

Plano Diretor Regional do Turismo Responsável para a Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama-Bijagós, Guiné- Bissau.



GOVERNO DA GUINÉ-BISSAU



MINISTÉRIO DO TURISMO E DO
ARTESANATO
Direção-Geral do Turismo



NOVEMBRO DE 2020



MINISTÉRIO DE AMBIENTE E DA
BIODIVERSIDADE



FICHA TÉCNICA

Título: Plano Diretor Regional do Turismo Responsável para Reserva Biosfera Arquipélago de Bolama Bijagós (RBABB) – IBAP

ISBN:

Coordenação: Abdulay Seca

Autores: Denise Valéria de Lima & Rodrigo Zomkowski Ozorio

Revisão do texto: Aissa Regalla, Meio Dia Sepa Maria Lé Có & Abílio Rachid Said

Colaboradores – IBAP: Justino Biai - Diretor Geral, Abílio Rachid Said – Encarregado de Programa, Jean Louis Sanka - Responsável de Programa da UICN - GB, Quintino Tchamtchalam – Coordenador de RBABB, António Pires Diretor de PNMJVP, Emanuel Dias – Diretor de PNO Manuel Nanque – Diretor de UROK, Miguel de Barros e Manecas Ramos – ONG Tiniguena

Credito Fotográfico: Hellio Van Ingen, Abdulay Seca, Rodrigo Ozorio & Denise Lina

Parceiros: Ministério Turismo e Artesanato, Autoridade de Avaliação Ambiental Competente – AAAC, União Internacional para a Conservação da Natureza - UICN, Operadores Turístico & Comunidade local

Financiador: Fundação MAVA para a Natureza



EDITORIAL

Nas últimas seis décadas, o turismo experimentou uma expansão e diversificação contínuas e tornou-se num dos setores económicos de mais rápido crescimento e dos mais importantes do mundo, beneficiando destinos e comunidades em todo o mundo. De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT) ressalta que a chegada de turistas internacionais em todo o mundo cresceu de 25 milhões em 1950 para quase 1,3 bilhão hoje. E, da mesma forma, as receitas do turismo obtidas à nível internacional por destinos em todo o mundo aumentaram de US \$ 2 bilhões em 1950 para 1260 trilhões em 2015, representando assim cerca de 10% do PIB mundial. Uma (1) pessoa em cada 10 no mundo trabalha direto ou indiretamente com o turismo. (OMT)



Considerado como o setor que pode contribuir direta ou indiretamente para a consecução de todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pelas Nações Unidas, devido à sua natureza transversal e alcance global.

Especificamente, o turismo aparece nas metas dos Objetivos 8, 12 e 14. A consecução desses objetivos requer uma estrutura de implementação clara, com financiamento e investimento sustentáveis em tecnologias apropriadas, infraestruturas amigas do ambiente e recursos humanos.

De acordo com o Banco Mundial, em 2008 as entradas turísticas internacionais na Guiné-Bissau foram pouco mais de 18.000 visitantes, e as despesas do turismo têm crescido de 1,8 milhões USD (2003) para 2,8 milhões dólares USD (2006). Em 2004, a contribuição das despesas do turismo para o PIB foi de apenas 0,8%, enquanto a contribuição média do turismo para o PIB de toda a região da África Subsaariana (SSA) foi de 5.9%. Segundo os indicadores proxy estima-se atualmente que na Guiné-Bissau o turismo gera mais ou menos 3.600 postos de trabalho (UN report, 2015) e segundo o Banco Mundial, 2018, o turismo tem sido visualizado como um dos principais setores de desenvolvimento no país. No entanto, este grande potencial não é refletido no atual nível de desenvolvimento e sua contribuição para a economia nacional e local é insignificante.

A Guiné-Bissau é um país rico em recursos naturais, com boa parte do seu território com cobertura florestal e dotado de uma biodiversidade significativa e paisagens exuberantes.

Na sua parte marítima, tem a vantagem de ter o Arquipélago dos Bijagós com 88 ilhas e ilhéus, que alberga uma biodiversidade única onde se destacam hipopótamos de água salgada, crocodilos, cinco espécies de tartarugas marinhas, duas espécies de golfinhos, manatins, entre outros. Em termos de avifauna, a localização do país, numa zona de transição entre a floresta da Guiné e a savana subsaariana oferece condições favoráveis para uma rica variedade de espécies estimada em 518. O Arquipélago dos Bijagós é também considerado o segundo sítio mais importante para as aves aquáticas no corredor migratório do Atlântico Leste. Na parte terrestre, é possível encontrar uma grande diversidade de mamíferos emblemáticos de grande e médio porte, como, o elefante-africano, hipopótamo, elande, chimpanzé, leopardo e leão (MTA & IBAP, 2018).

Embora o contexto atual evidencie que o desenvolvimento do turismo é ainda embrionário no país, a riqueza do capital natural e cultural da Guiné-Bissau constitui um forte potencial comparativo, altamente propício para a promoção do turismo responsável de base comunitária com foco na valorização dos Patrimónios natural e cultural.

Dentre as oportunidades e as principais vantagens comparativas da Guiné-Bissau em relação ao turismo, destacam-se: a) a sua rica biodiversidade e paisagens exuberantes; b) o seu Sistema Nacional das Áreas Protegidas (SNAP); c) a sua diversidade étnica e cultural; d) o seu posicionamento geográfico estratégico; e) a segurança para os visitantes; f) abertura das comunidades (e juventude) para o turismo responsável.

A Guiné-Bissau destaca-se igualmente por possuir um Sistema Nacional das Áreas Protegidas (SNAP) que cobre 26,3% do seu território que, em termos percentuais se aproxima da Costa Rica, país que se diferencia por possuir políticas avançadas voltadas à conservação e que desenvolveu um mercado de ecoturismo reconhecido mundialmente. O país é também de fácil acesso, situando-se apenas a quatro horas da Europa, sendo os Bijagós o único arquipélago tropical mais próximo da Europa, sem alteração significativa de fuso horário, o que coloca a Guiné-Bissau numa posição privilegiada e ainda por ser considerado seguro para os visitantes, com baixos índices de criminalidade, um povo muito acolhedor e com espírito impregnado de guinendade.

Assim sendo, o presente Plano Diretor Regional de Turismo Responsável para a RBABB, baseada em seis (6) eixos estratégicos (Gouvernança; Ordenamento e minimização de impactos; Desenvolvimento da fileira do turismo responsável; Capital natural e património cultural; Envolvimento da comunidade e juventude e; Desenvolvimento/reforço de capacidades) reforça o slogan do país **“Guiné-Bissau, Terra da Biodiversidade”**, em razão das confluências das potencialidades e do seu diferencial perante os países da sub-região.

Pelo:

Abdulay Sêca

Coordenador Dep. Ecoturismo



Paisagem de Mangal - Parque Nacional das Ilhas de Orango Grande

SUMÁRIO

Acrónimos	5
Lista de Quadros e Figuras	7
PARTE 1: INTRODUÇÃO AO PLANO	8
1.1 Introdução	8
1.2 Objetivos do Plano	9
1.3 Metodologia de Elaboração do Plano	9
PARTE 2: ÁREA DE ESTUDO	13
2.1 Contextualização do País	13
2.2 Economia de Guiné-Bissau	13
2.3 O Arquipélago dos Bijagós	14
2.4 A Reserva da Biosfera do Arquipélago de Bolama-Bijagós (RBABB)	15
2.5 As Áreas Protegidas do Arquipélago	18
2.5.1 Parque Nacional de Orango	18
2.5.2 Parque Nacional Marinho de João Vieira–Poilão	19
2.5.3 Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Urok	20
PARTE 3: ANTECEDENTES	22
3.1 Contexto normativo e institucional	22
3.1.1 Instrumentos internacionais	22
3.1.2 Instrumentos nacionais	23
3.2 Iniciativas recentes de planeamento	24
3.2.1 Terra Ranka	25
3.2.2 Estratégia Nacional de Ecoturismo	26
3.2.3 Carta da Política de Ecoturismo	27
3.2.4 Sinergias entre o Plano Terra Ranka, a Carta da Política, a Estratégia do Ecoturismo e o Plano Diretor Regional do Turismo na RBABB	29
PARTE 4: DIAGNÓSTICO	30
4.1 A Guiné-Bissau como destino turístico	30
4.1.2 Situação atual da oferta turística	30
4.1.3 A demanda turística atual	32

4.1	Oportunidades e Constrangimentos para a Fileira do Turismo na Guiné-Bissau	33
PARTE 5: PROPOSTA ESTRATÉGICA		42
5.1	Princípios Orientadores do Plano	42
5.2	Eixos estratégicos	45
I.	GOVERNANÇA	45
II.	ORDENAMENTO E MINIMIZAÇÃO DE IMPACTOS	49
III.	DESENVOLVIMENTO DA FILEIRA DO TURISMO RESPONSÁVEL	54
IV.	CAPITAL NATURAL E PATRIMÓNIO CULTURAL	59
V.	ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE E JUVENTUDE	62
VI.	DESENVOLVIMENTO/ REFORÇO DE CAPACIDADES	67
PARTE 6: IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA		72
PARTE 7: SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO		85
7.1	Metas e Indicadores	85
7.2	Avaliação, Revisão e Vigência do Plano	89
PARTE 8: CONSIDERAÇÕES SOBRE POSSIBILIDADES DE FINANCIAMENTO DO PLANO		90
PARTE 9: ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO DO PLANO		101
PARTE 10: CONSIDERAÇÕES FINAIS		104
BIBLIOGRAFIA		105
ANEXOS		107
Anexo 1: Proposta preliminar de modelo de Governança para o Turismo Responsável na RBABB		107
Anexo 2: Mapa com a localização das áreas e seus respectivos Conselhos Locais de Turismo		108

Acrónimos

AAAC - Autoridade de Avaliação Ambiental Competente

AMP – Áreas Marinhas Protegidas

AMPC Urok – Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Urok

AP – Áreas Protegidas

BM – Banco Mundial

CDB - Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica

CITES - Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção

CONVEMAR - Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar

DGC – Direção Geral do Cadastro

DGDD - Direção Geral de Desenvolvimento Durável

DGOT - Direção Geral de Ordenamento do Território

DGT - Direção Geral de Turismo

EU – União Europeia

FMI – Fundo Monetário Internacional

GEF – Global Environment Facility

GSTC- Conselho Global de Turismo Sustentável

IBAP – Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas

IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza

MAB - Ministério de Ambiente e Biodiversidade

MATPL - Ministério de Administração Territorial e Poder Local

OMT -Organização Mundial de Turismo

PNMJVP - Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PIB – Produto Interno Bruto

RAMPAO – Rede Regional das Áreas Marinhas Protegidas da África Ocidental

RBABB – Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama-Bijagós

RI - Regulamento Interno

SSA – Africa Sub Shariana

SET – Secretaria de Estado de Turismo

SNAP – Sistema Nacional de Áreas Protegidas

TBC – Turismo de Base Comunitária

UNEP – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

VUE – Valor Universal Excecional

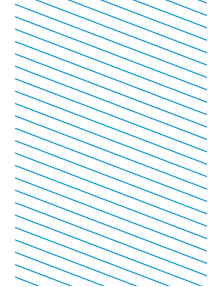
WACA - West Africa Coastal Areas Management Program

WCPA – World Comission on Protected Areas

WWF- World Wildlife Fund

ZTS - Zona Turística Especial





Lista de Quadros e Figuras

Q 1: Eixos estratégicos e objetivos específicos	12
Q 2: Áreas Marinhas Protegidas do Arquipélago dos Bijagós.	21
Q 3: Problemas e desafios das Áreas Marinhas Protegidas	24
Q 4: Tratados e convenções internacionais dos quais a Guiné-Bissau participa	25
Q 5: Estrutura lógica da Estratégia Nacional de Ecoturismo	29
Q 6: Comparativo sobre oferta de serviços turísticos na África Ocidental.	34
Q 7: Desempenho do turismo internacional em países da África Ocidental.	36
Q 8: Estatísticas coletadas pelo Observatório de Turismo de Galápagos	51
Q 9: Quadro organizacional e institucional de intervenção do Plano.	75
Q 10: Critérios considerados para a priorização das ações	77
Q 11: Síntese da implantação da estratégia.	79
Q 12: Metas e indicadores do Plano	88
Q 13: Tipos potenciais de financiamento do Plano	94
Q 14: Instituições com potencial para busca de recursos financeiros	102
Q 15: Síntese de uma estratégia de comunicação do Plano	104
F 1: Percurso metodológico da elaboração do Plano Diretor	13
F 2: Encontros com atores-chave durante missão no terreno	14
F 3: Atelier de validação do Plano Diretor.	15
F 4: Mapa da Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama-Bijagós	20
F 5: Instrumentos normativos que incidem sobre a atividade turística na Guiné-Bissau	26
F 6: Árvore de problemas construída durante a etapa de diagnóstico participativo.	44
F 7: Princípios Orientadores e Eixos Estratégicos do Plano.	45
F 8: Visualização da lógica de implementação do Plano	78
F 9: Avaliações e revisões propostas para o Plano	92

PARTE 1: INTRODUÇÃO AO PLANO

1.1 Introdução

Este documento apresenta os resultados do processo participativo de elaboração do Plano Diretor Regional do Turismo Responsável na Reserva da Biosfera Bolama-Bijagós. Trata-se de um documento orientador para a política do setor do turismo para a RBABB com eixos estratégicos, objetivos específicos, ações e indicadores que espelham as estratégias para o desenvolvimento de um Turismo Responsável com potencial para contribuir ao processo de desenvolvimento sustentável da região.

Propõe-se uma visão de Turismo alinhada aos objetivos da criação da RBABB e que valoriza a conservação dos ecossistemas, por se tratar de um capital natural sem o qual a atividade turística perde seu valor e sustentabilidade; também reforça os valores culturais e espirituais locais e a importância de envolvimento das comunidades (sobretudo jovens e mulheres), como medida de proteção social e promoção do desenvolvimento económico inclusivo, equitativo e duradouro. Para que seja mantido esse equilíbrio ambiental e sociocultural, o turismo deve ser um dos componentes de uma agenda de desenvolvimento integrado para o território, sendo fundamental pensá-lo sob a lógica de uma atividade complementar à economia local, contribuindo para a melhoria de vida das populações sem gerar dependência e a perda dos valores socioculturais e ambientais.

A estratégia proposta para o presente Plano foi construída a partir dos problemas e potencialidades revelados em diagnósticos anteriores e considera também os princípios preconizados na Carta Nacional da Política de Desenvolvimento de Ecoturismo, buscando conciliar os programas propostos no dossier de candidatura da Reserva da Biosfera como sítio de Património Natural da UNESCO e no Plano Terra Ranka para o desenvolvimento do turismo, com as ações descritas na Estratégia Nacional de Ecoturismo. Alimenta-se também das contribuições dos técnicos e diretores das instituições públicas implicadas diretamente no processo, especificamente Ministério de Administração Territorial, Secretaria de Estado de Turismo (SET), Secretaria de Estado do Ambiente, Direção Geral de Cadastro e Geografia, Autoridade de Avaliação Ambiental Competente (AAAC), ONGs parceiras do IBAP que trabalham nas AMPs, autoridades políticas e tradicionais, atores da sociedade civil que participaram nos ateliers de consulta e validação. Por fim, as propostas contemplam ações inspiradas em iniciativas bem-sucedidas de outras regiões do planeta, especialmente em áreas tropicais, em contextos de áreas protegidas com presença de populações tradicionais.

1.2 Objetivos do Plano

O Plano Diretor Regional para o Desenvolvimento do Turismo na Reserva da Biosfera do Arquipélago de Bolama-Bijagós tem por objetivo dotar o Governo da Guiné-Bissau de um documento para orientar a política do sector turístico na RBABB, através da definição de eixos estratégicos, planos, programas e projectos para o desenvolvimento do Turismo Responsável a curto, médio e longo prazos.

O Plano está estruturado em **seis eixos estratégicos** com os seguintes objetivos: (ver Quadro 1).

Quadro 1: Eixos estratégicos e objetivos específicos

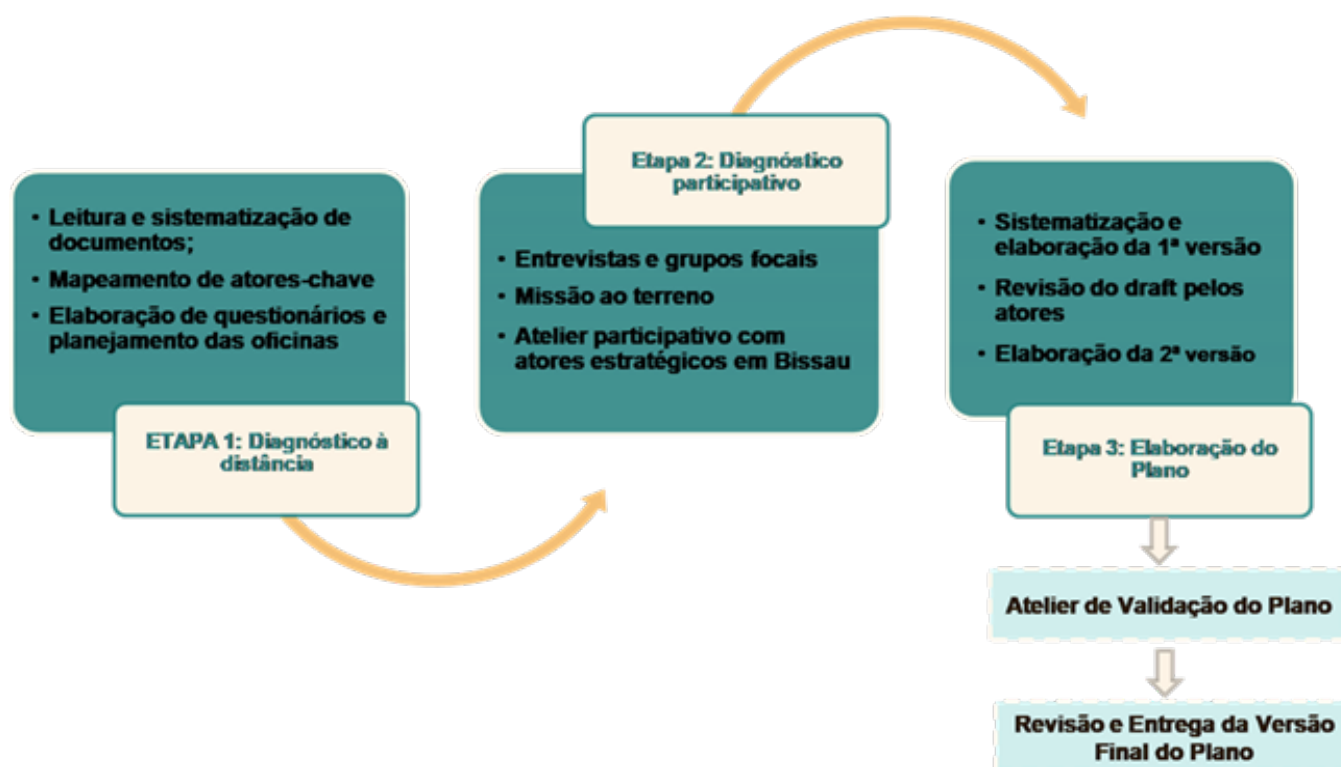
Eixo estratégico	Objetivos
I – Governança	Promover o desenvolvimento do turismo responsável na RBABB a partir de um enfoque integrado e participativo, com diretrizes claras, efetivamente implementadas e acompanhadas por instâncias que garantam a participação multissetorial.
II- Ordenamento e Minimização de Impactos	Orientar o desenvolvimento do Turismo Responsável em consonância com o ordenamento territorial da RBABB, incluindo a cartografia dos sítios de interesse ecológico, científico e sagrados, de forma a reforçar a conservação dos Valores Universais Excepcionais (VUE), fortalecer suas potencialidades e assegurar a salvaguarda integral dos ecossistemas e a preservação do património histórico-cultural.
III- Desenvolvimento da Fileira do Turismo Responsável	Melhorar a qualidade da oferta turística na RBABB por meio de investimentos nas pequenas infraestruturas de base que se enquadram na perspectiva ecoturística, ademais de promover o incentivo ao empreendedorismo nacional, à cooperação entre os <i>stakeholders</i> e as boas práticas dos empreendimentos turísticos.
IV- Capital Natural e Património Cultural	Fomentar a participação da comunidade e da juventude no desenvolvimento do turismo de forma a melhorar as oportunidades de trabalho, estimular o empreendedorismo comunitário (Turismo de Base Comunitária), maximizar o acesso aos benefícios económicos, garantir o envolvimento local nas decisões e fortalecer o apoio das comunidades às Áreas Marinhas Protegidas.
V- Envolvimento da Comunidade e Juventude	Fomentar a participação da comunidade e da juventude no desenvolvimento do turismo de forma a melhorar as oportunidades de trabalho, estimular o empreendedorismo comunitário (Turismo de Base Comunitária), maximizar o acesso aos benefícios económicos, garantir o envolvimento local nas decisões e fortalecer o apoio das comunidades às Áreas Marinhas Protegidas.
VI- Desenvolvimento de Capacidades	Implementar um programa de reforço e desenvolvimento de capacidades nos níveis Institucional, Organizacional e de Pessoas, promovendo assim as condições adequadas para se atingir os objetivos do Plano Diretor.

1.3 Metodologia de Elaboração do Plano

O processo de elaboração do Plano Diretor preocupou-se com a consulta e a participação dos atores intervenientes na regulamentação, promoção, desenvolvimento do turismo e também dos atores mais suscetíveis a sofrer os impactos da atividade turística, nomeadamente, as comunidades residentes na área de abrangência da RBABB.

A abordagem metodológica utilizada na elaboração do documento está ilustrada na Figura 1.

Figura 1: Percurso metodológico da elaboração do Plano Diretor



O quadro de atores e o questionário semiestruturado foram elaborados em conjunto com o IBAP e constam do plano de missão aprovado. No total foram envolvidos em entrevistas e grupos focais cerca de 150 atores dentre técnicos e gestores públicos, empresários do turismo, comunidades, jovens, mulheres e turistas. Em Bissau foram entrevistadas as seguintes autoridades: Secretária de Estado do Turismo e Artesanato, Ministra da Administração Territorial, Secretária de Meio Ambiente, Governador de Bubaque, Diretor do IBAP. Também foram entrevistados o Administrador e o Secretário de Administração do Sector de Bubaque.

Foram realizados três Grupos Focais: com técnicos e gestores de Parques, com técnicos e gestores da Secretaria de Estado do Turismo e com empresários, técnicos do governo e organizações da sociedade civil do Arquipélago. Foram realizadas reuniões com as comunidades de Menegue e Anhôr, além de visitas aos empreendimentos turísticos Orango Parque Hotel e Chez Claude.

Um atelier com a presença de cerca de 30 pessoas foi o ponto culminante da missão ao terreno. Aos participantes foram apresentados à metodologia e aos achados iniciais da consultoria. Contribuíram com uma análise conjunta sobre as forças e oportunidades do turismo responsável na RBABB, assim como as fragilidades e ameaças, construindo em seguida propostas de medidas e ações em quatro domínios: Aspectos Políticos e Económicos; Aspectos Culturais, e Aspectos Ambientais. Por fim, o grupo realizou um exercício de priorização de medidas e ações.

Figura 2: Encontros com atores-chave durante missão no terreno





A partir da sistematização e análise das informações levantadas no diagnóstico participativo foi elaborado o primeiro draft do Plano Diretor, o qual foi revisado por técnicos das instituições contratantes. Com os inputs dos técnicos, o segundo draft foi redigido e submetido ao Atelier de validação do Plano Diretor realizado em formato híbrido (virtual e presencial) no início de agosto de 2020.

Participaram do evento aproximadamente 50 pessoas, com o envolvimento de representantes do IBAP, Secretaria de Estado do Turismo (DGT), Direção de Geral do Desenvolvimento Sustentável (DGDS), Direção Geral de Geografia e Cadastro (DGGC), Direção Geral de Ordenamento de Território (DGOT), GMAB, CDB-Habitat, Ministério de Ambiente e Biodiversidade (MAB), União Internacional da Conservação da Natureza (UICN), Assembleia Nacional Popular (ANP), Autoridade de Avaliação Ambiental Competente (AAAC), Ministério de Administração Territorial e Poder Local (MATPL), Direção Geral de Artesanato, Direção Geral de Migração, ONG Palmeirinha, Secretaria de Estado de Cultura, Governo de Bolama, ONG Tiniguena e operadores nacionais.

O encontro propiciou um espaço para debates e validação coletiva do Plano e serviu também para a recolha de informações dos participantes para o aprimoramento do documento final.



PARTE 2: ÁREA DE ESTUDO

2.1 Contextualização do País

A Guiné-Bissau é um jovem país da África Ocidental, que faz fronteira com o Senegal ao norte, República da Guiné ao sul e ao leste e com o Oceano Atlântico a oeste. O território guineense possui 36 125 quilómetros quadrados de área abrangendo o Arquipélago dos Bijagós, constituído por 88 ilhas e ilhéus, classificado pela UNESCO como Reserva da Biosfera. Com população estimada de 1,844 mil habitantes, Guiné-Bissau é um país rico em recursos naturais para a agricultura, a silvicultura, as pescas e o turismo. A população da Guiné-Bissau abrange uma grande diversidade étnica, linguística e cultural. Os principais grupos étnicos são os Fulas, Balantas e Mandingas, que compõem a maior parte da população e estão concentrados no norte e nordeste do território; os Balantas, que vivem no Norte e nas regiões costeiras do sul; e os Mandjacos, que ocupam as áreas costeiras do centro e norte.

2.2 Economia de Guiné-Bissau

Segundo dados do Banco Mundial, as condições económicas recentes da Guiné-Bissau são favoráveis, oferecendo uma oportunidade para avançar com reformas e reforçar as fundações para um desenvolvimento de mais longo prazo. As receitas públicas baixas e voláteis constituem um obstáculo à realização das despesas em infraestruturas e sociais. O ambiente de negócios fraco desestimula o investimento privado e a diversificação económica. Para o Fundo Monetário Internacional (FMI), com a aplicação contínua de medidas de políticas acertadas e de gestão orçamental eficaz, é provável que a expansão económica permaneça robusta no médio prazo. Com a estabilidade política, o potencial económico, em grande medida inexplorado da Guiné-Bissau—em especial na agricultura, no turismo e nas pescas—associado a melhorias em curso na administração pública, oferece perspectivas de um desenvolvimento rápido .

Dados do Banco Mundial indicam que a receita do turismo na Guiné-Bissau em 2015 foi de 17,3 milhões de dólares – aproximadamente 2% do PIB do país – superando apenas a República da Guiné (Conacri) na sub-região. Vários fatores explicam essa situação: as constantes crises políticas, a falta de políticas consistentes e continuadas para valorizar e promover o potencial turístico, as deficientes infraestruturas, dentre outros fatores.

O Banco Mundial ressalta que a previsão de crescimento económico do país está assentada no pressuposto de que a produção do setor agrícola se manterá bastante robusta e que será conseguida a estabilidade política, abrindo caminho para o financiamento dos doadores. O caminho para o crescimento também pressupõe uma recuperação na geração de energia elétrica e distribuição de água.

Tendo em conta o historial de fragilidade da Guiné-Bissau, as perspectivas são pouco seguras, com riscos acentuados para o crescimento e redução da pobreza. Nesse quadro, a busca de eficiência na aplicação dos recursos públicos é de vital importância. A participação da sociedade civil, a qual num cenário de tantas vulnerabilidades se fortaleceu para atender minimamente às necessidades de algumas comunidades, também é vista como relevante para apoiar o governo a reconstruir a trajetória de crescimento e inclusão social.

¹ Relatório do FMI n.º 17/380, dezembro de 2017.

Para o Banco Mundial, o investimento em áreas que contribuam para a construção do capital humano, físico e institucional do país é, portanto, basilar para a retomada. Também ressalta o Banco Mundial que a dependência da castanha de caju como fonte de subsistência económica, expõe dois terços da população às consequências de choques no comércio desse produto. Uma maior diversificação através do apoio à cadeia de valor, aportes de novas tecnologias e sistemas de apoio do mercado poderiam fortalecer essa cultura, mas é também fundamental promover a diversificação da produção, ampliando a base de geração de emprego e renda e reduzindo a vulnerabilidade do país ao comércio do caju.

Faz-se necessário reforçar a capacidade de avaliação de projetos e promover a equidade na atribuição de verbas orçamentais visando erradicar as grandes desigualdades. A melhor prestação de serviços e o acesso aos serviços básicos pela população são condições para a melhoria da qualidade de vida e dos indicadores sociais da Guiné-Bissau.

2.3 O Arquipélago dos Bijagós

O Arquipélago dos Bijagós localiza-se no sudoeste da Guiné-Bissau, com uma área de 10 000 km² é o único arquipélago deltaico da costa Africana com uma superfície de mangal de 37 000 ha rica em biodiversidade. No que se relaciona à superfície terrestre do Arquipélago, 50% é ocupada por palmeirais. O arquipélago tem 32 500 habitantes (quase 90% são Bijagós) e é composto por 88 ilhas e ilhéus, sendo que somente 21 delas são ocupadas de forma permanente; as demais ilhas são utilizadas na época de plantação de arroz e da coleta dos frutos da palmeira.

De religião animista, o povo Bijagó tem assegurado, ao longo das gerações, a conservação das paisagens e dos recursos naturais e culturais do arquipélago por meio de um modo de gestão tradicional do território baseado no seu uso sagrado. Na cosmogonia Bijagó, os locais e os recursos naturais estratégicos são protegidos pelos espíritos e a sua utilização é estabelecida através de cerimónias religiosas. Essa sacralização do território garantiu a manutenção de importantes refúgios para a biodiversidade.

O arquipélago tem uma considerável diversidade de fauna e a riqueza do ambiente natural está ligada principalmente à presença do mar e à existência de mangais e bancos arenosos e vasosos. Todos os anos, por exemplo, o arquipélago é visitado por cerca de 800 mil aves migradoras (limícolas vindas da Norte de Europa), o que faz da região o segundo sítio mais importante da rota migratória para aves Marinhas na África Ocidental, depois de Banc d'Arguin, na Mauritânia. Além da avifauna, também podem ser encontradas grande diversidade de mamíferos, répteis e peixes de grande valor científico e comercial.

Das setes espécies de tartarugas marinhas existentes no mundo, foi confirmado a

ocorrência de cinco espécies Arquipélago. A ilha de Poilão no Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão (PNMJVP) foi reconhecida como o local mais importante do continente para a desova da Tartatuga-verde (*Chelonia mydas*), com cerca de 10 000 fêmeas adultas. Outras espécies protegidas ou raras ainda são relativamente abundantes, como o crocodilo do Nilo (*Crocodylus niloticus*), o hipopótamo (*Hippopotamus amphibius*), o manatim (*Trichechus senegalensis*), entre outros.

2.4 A Reserva da Biosfera do Arquipélago de Bolama-Bijagós (RBABB)

Em 1996, o Estado da Guiné-Bissau decidiu criar a Reserva da Biosfera de Bolama-Bijagós com objetivo de preservar o ecossistema e os habitat das espécies ameaçadas, preservar o seu valor ecológico e científico e promover a salvaguarda integral dos valores universais excepcionais do Arquipélago.

Reservas da Biosfera fazem parte do Programa O Homem e a Biosfera (MAB) da UNESCO, lançado em 1971, que consiste em “um programa científico intergovernamental que visa estabelecer uma base científica para melhorar a relação entre os seres humanos e o ambiente. MAB combina a aplicação prática das ciências naturais e sociais, economia e educação para melhorar a subsistência humana, o uso equitativo dos benefícios e a preservação dos ecossistemas naturais e geridos, promovendo assim abordagens inovadoras ao desenvolvimento económico que sejam social e culturalmente apropriadas e ambientalmente sustentáveis” (UNESCO, 2017). Na prática, o Programa MAB é implementado em Reservas da Biosfera.

As Reservas da Biosfera são territórios reconhecidos pela UNESCO, com um título que atesta o seu grande valor ecológico, económico e social para humanidade, podendo conter ecossistemas terrestres, costeiros e/ou marinhos que devem ser representativos da sua região biogeográfica e de importância para a conservação da biodiversidade (UNESCO, 2017). São nomeadas pelos governos nacionais e permanecem sob a jurisdição soberana dos Estados

² Disponível em <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/biosphere-reserves/africa/guinea-bissau/boloma-bijagos/>, consultado em: 01/12/2019.

onde estão localizadas. Em cada Reserva da Biosfera são promovidas soluções para conciliar a conservação e utilização sustentável da biodiversidade, com vista a um desenvolvimento sustentável a nível regional. A UNESCO define-as como “locais de apoio à ciência para a sustentabilidade - locais especiais para testar abordagens interdisciplinares com vistas à compreensão e gestão das alterações e interações entre sistemas sociais e ecológicos, incluindo a prevenção de conflitos e a gestão da biodiversidade”. A Rede Mundial de Reservas da Biosfera é composta por 701 unidades em 124 países .

Na RBABB, o zoneamento da Reserva, em grande parte foi inspirado na organização tradicional Bijagó do espaço, o que permitiu identificar as áreas núcleo e assim orientar, posteriormente, a criação de três Áreas Marinhas Protegidas de grande relevância para a Conservação: o Parque Nacional das Ilhas de Orango, o Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão e a Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Uruk.

Foi concedido a RBABB em 2014 o estatuto de “Zona Húmida de Importância Internacional” (SÍTIO RAMSAR) no quadro da Convenção Mundial das zonas Húmidas - e em 2015 o arquipélago foi inscrito para classificação como “Sitio de Património Mundial da Humanidade” reconhecendo assim o valor universal excepcional do seu património.



³ <https://en.unesco.org/biosphere>

Réserve de biosphère de l'Archipel Bolama-Bijagós



Fonte: Proposition D'Inscription sur la liste du Patrimoine Mondial, IBAP (2012).

2.5 As Áreas Protegidas do Arquipélago

Três Áreas Marinhas Protegidas (AMP) foram criadas no Arquipélago dos Bijagós para proteger algumas das suas zonas centrais. Estas AMP's em conjunto perfazem aproximadamente 260 mil hectares de superfície total. São dois Parques Nacionais e uma Área Marinha Protegida Comunitária que são incluídas como parte integrante do Sítio Ramsar do Arquipélago dos Bijagós.

Quadro 2: Áreas Marinhas Protegidas do Arquipélago dos Bijagós.

Área Marinha Protegida	Ano de criação	Superfície Terrestre	Superfície Marítima	Superfície Total (ha)
Parque Nacional das Ilhas de Orango	1997	26 000	132 200	158 200
Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão	2000	1 500	48 000	49 500
Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas de Urok	2005	14 700	39 800	54 500

Fonte: Estratégia Nacional para as Áreas Protegidas e a Conservação da Biodiversidade na Guiné-Bissau, 2014-2020.

2.5.1 Parque Nacional de Orango

O Parque foi criado em 1997 e oficializado em Dezembro de 2000. Cinco ilhas principais (Orango Grande, Canogo, Meneque, Orangozinho e Imbone) e diversos ilhéus - incluindo Adonga, Tenhiba, Ancurum, Anabena, Amenopo, Canuopa, Anabaca, Adagar e Anhetibe - compõem o parque. Com 26 000 ha de terras permanentemente emersas, 17 000 ha de mangal/tarrafe e 13 600 ha de bancos de lodo e areia, o Parque inclui extensos sectores marinhos até à batimétrica dos 10m. As vastas áreas de mar pouco profundo, com canais e mangais, constituem excelentes zonas de reprodução e crescimento para numerosas espécies de elevado valor comercial. Nos bancos de areia onde há rochas e raízes de mangal encontram-se importantes recursos de crustáceos e moluscos, nomeadamente o camarão, a ostra e arca ("combé"), que desempenham um papel fundamental na segurança alimentar das populações residentes. As paisagens terrestres são dominadas por palmares e por savanas arbustivas.

Segundo o censo populacional de 2009, havia 33 Tabancas no parque de Orango, com população de 3 369 habitantes em sua maioria da etnia Bijagó. As atividades económicas principais são o plantio de caju, arroz de sequeiro e feijão. Também a criação de animais, além da exploração dos produtos da palmeira e de outros frutos silvestres, corte de “tarra” (*Raphia exica*) para confecção de esteiras e pesca. Próximo a tabanca de Eticoga localiza-se o Orango Parque Hotel, gerido pela ONG CBD Habitat, que emprega pessoas da comunidade e atua como parceiro do IBAP.

Verifica-se no parque a presença de mamíferos marinhos ameaçados como os manatins (*Trichechus senegalensis*) e os golfinhos-corcunda (*Sousa teuszii*), além de uma população de hipopótamos (*Hippopotamus amphibius*) parcialmente ligados ao meio marinho. Quatro espécies de tartarugas marinhas nidificam no parque, com várias centenas de ninhos por ano. Também alberga uma parte significativa das 700 000 limícolas migradoras que invernam no arquipélago dos Bijagós. As colónias de aves marinhas, sobretudo de garajaus (particularmente *Sterna caspia* e *Sterna maxima*) chegam a juntar milhares de ninhos no ilhéu de Acapa-Imbone, que são de importância internacional.

No território do parque encontram-se lagoas temporárias e permanentes de água doce ricas em avifauna, crocodilos, hipopótamos e peixes, assim como um núcleo importante de papagaio-cinzento-de-timneh (*Psittacus timneh*), que é uma espécie rara e ameaçada. Os recursos em peixe são riquíssimos, mas ainda pouco estudados, nomeadamente tubarões, barracudas e sereias (*Carangidae*).



2.5.2 Parque Nacional Marinho de João Vieira–Poilão

O Parque Nacional Marinho de João Vieira - Poilão foi criado em Agosto de 2000. No ano seguinte foi declarado pelo Estado da Guiné-Bissau como Dom à Terra (Gift to the Earth), no âmbito da campanha mundial promovida pelo WWF. Tem superfície total de 49 500 ha, sendo a maior parte de águas marinhas pouco profundas (<10m), nalgumas áreas chegando aos 30m de profundidade. Inclui quatro ilhas principais (João Vieira, Cavalos, Meio e Poilão) e pequenos ilhéus e bancos de areia, compostos por habitats terrestres com florestas sub-húmidas, palmeirais e savanas.

Tradicionalmente, as ilhas do PNMJVP não têm população humana residente. Cada uma das 4 ilhas é propriedade tradicional de uma das 4 tabancas (Menegue, Anbeno, Bine e Ndena) da ilha de Canhabaque. João Vieira e Meio são utilizados sazonalmente para atividades agrícolas, por grupos que podem ir de algumas dezenas a algumas centenas de pessoas. Poilão e Cavalos normalmente são visitados esporadicamente pelos seus proprietários tradicionais, no quadro de cerimónias de significado sagrado, e ali não decorrem atividades extrativas.

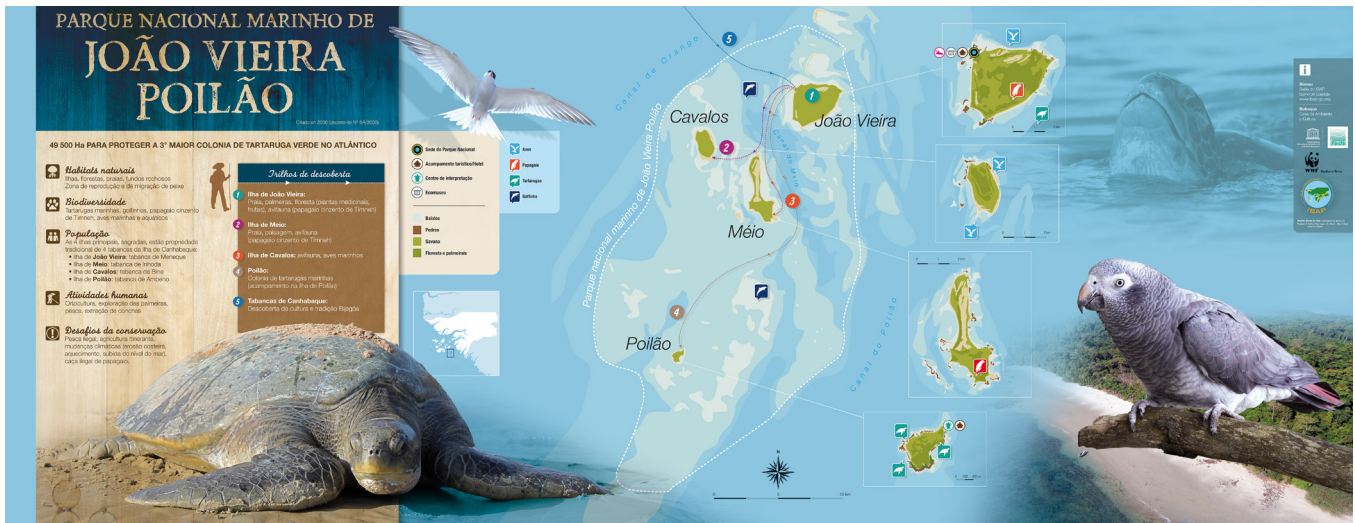
Atualmente, existe uma pequena estrutura hoteleira (Chez Claude) permanente na ilha de João Vieira. As águas do parque são utilizadas por pescadores desportivos. No que se relaciona às incursões à parte terrestre do Parque, a maior parte acontece essencialmente no quadro das atividades de pesquisa. O número de visitas turísticas é bastante reduzido por questões de limites de capacidade de carga, que tem o objetivo de evitar perturbações antrópicas à subida e nidificação das tartarugas marinhas. Existem visitas organizadas e guiadas pelo IBAP para a observação de tartarugas no quadro de atividades de ecoturismo, existindo, portanto, uma sinergia entre a pesquisa e o turismo.

O parque abriga, no ilhéu de Poilão, o maior local de reprodução de tartarugas-verdes (*Chelonia mydas*) de África ocidental, e o sexto maior do Atlântico. Em alguns anos as tartarugas chegam a depositar 30 000 posturas. Também ocorre no parque a desova de um pequeno número de tartarugas-de-pente (*Eretmochelys imbricata*), espécie criticamente ameaçada. Nas ilhas de João Vieira e Meio encontram-se as principais concentrações conhecidas da Guiné-Bissau de papagaios-cinzentos-de-timneh (*Psittacus timneh*).

As águas do parque acolhem muitos milhares de garajaus e gaivinas (*Sterna* e *Chlidonias* – 10 espécies), sendo o principal local de invernada no Atlântico identificado para o garajau-pequeno (*Sterna bengalensis*).

Segundo informações de pescadores, a área deverá ser importante para tubarões e raias-

guitarra, além de várias outras espécies de peixe, mas não existem ainda resultados disponíveis de estudos mais detalhados. É uma zona de grande abundância de peixes predadores como sereias (*Carangidae*), e barracudas (*Sphyrnaenidae*).



2.5.3 Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Urok

A Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas de Formosa, Nago e Chediã (Ilhas Urok) foi criada em 2005, como resultado de um processo de criação e de gestão comunitárias animado pela ONG Tiniguena, à qual o IBAP tem voluntariamente delegado grande parte das suas funções enquanto gestor do SNAP.

Segundo dados do último recenseamento populacional, a população residente das ilhas Urok, dispersa por 33 aldeias/tabancas, é de aproximadamente 3 000 habitantes, sendo a maior concentração na ilha Formosa (cerca de 1.900), seguida de Nago (cerca de 600) e Chediã (cerca de 400). A população apresenta uma estrutura etária jovem. Ao nível das 3 ilhas, os jovens com menos de 20 anos representam 55% da população enquanto os que têm mais de 40 anos representam apenas 20% (2º Plano de gestão, 2013). A população não residente é considerável, sendo em grande parte constituída por indivíduos de etnia Papel oriundos do continente, que temporariamente imigram para o complexo de Urok no quadro da exploração de recursos naturais (peixe, moluscos, óleo de palma, etc.), bem como por pescadores Nhomincas originários do Senegal (Said e Abreu, 2011).

As atividades económicas principais são o plantio de caju e arroz de sequeiro, criação de vacas e porcos e exploração dos produtos da palmeira, colheita de bivalves (sobretudo arca “combé” e lingueirão “lingron”) e pesca.

As Ilhas Urok têm superfície total de 54 500 ha, incluindo as três ilhas principais (Formosa,

Nago e Chediã) e vários ilhéus com uma superfície permanentemente emersa de 14 700 ha, 6 600 ha de mangais e 20 300 ha de zonas intermareais vasosas. Os ecossistemas terrestres são dominados por savanas de densidade arbórea variável e por palmares.

Compõe-se de ecossistemas marinhos pouco profundos muito ricos em peixes e em moluscos, verdadeiras zonas de reprodução e crescimento para recursos de importância económica e ecológica assinalável. Também há presença de mamíferos marinhos ameaçados como os manatins e os golfinhos-corcunda. A chamada “coroa de Urok”, parte desta área protegida, alberga uma parte significativa das 700 000 limícolas migradoras que invernam no arquipélago dos Bijagós. Censos já realizados sugerem que o número de aves aquáticas que utiliza esta AP poderá ascender às 190 000, o que por si só confere enorme importância internacional a esta área. Também ocorre nessa área a presença de um pequeno núcleo de papagaio-cinzento-de-timneh.

Para uma classificação do arquipélago no Património Mundial da Humanidade

UNESCO
United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

Um pedido de classificação do arquipélago no Património Mundial da Humanidade está em curso. Trata-se do rótulo ambiental mais prestigiado. Para a sua obtenção é preciso demonstrar que o sítio apresenta um valor universal excepcional e que o país dispõe de meios suficientes para o conservar. Uma primeira avaliação confirmou o valor universal na base dos atributos seguintes: único arquipélago de arquipélago das costas africanas, maiores vassas do continente, superfícies de mangal, 3ª maior população de tartarugas verdes do Atlântico, 2ª maior local de hibernação da continente para as limícolas, santuário de raias, lubardês, golfinhos e manatins e de biodiversidade marinha em geral, paisagens. A este conjunto acrescenta-se a dimensão cultural do património, mas esta ainda não foi avaliada. Para obter o rótulo o país deve demonstrar as suas capacidades de gestão (pesca, turismo, indústrias extrativas, resíduos) e associar o conjunto das partes envolvidas num sistema de governação partilhada.

Vers un classement de l'archipel au Patrimoine mondial de l'Humanité

Une demande de classement de l'archipel au Patrimoine mondial de l'Humanité est en cours. Il s'agit du label environnemental le plus prestigieux. Pour l'obtenir, il faut faire la preuve que le site présente une valeur universelle exceptionnelle et que le pays dispose de moyens suffisants pour le conserver. Une première évaluation a confirmé la valeur universelle sur la base des attributs suivants: unique arquipélago das costas africanas, maiores vassas do continente, superfícies de mangal, 3ª maior população de tartarugas verdes do Atlântico, 2ª maior local de hibernação da continente para as limícolas, santuário de raias, lubardês, golfinhos e manatins e de biodiversidade marinha em geral, paisagens. A este conjunto acrescenta-se a dimensão cultural do património, mas esta ainda não foi avaliada. Para obter o rótulo o país deve demonstrar as suas capacidades de gestão (pesca, turismo, indústrias extrativas, resíduos) e associar o conjunto das partes envolvidas num sistema de governação partilhada.

A Área Marinha Protegida Comunitária das ilhas Urok

As ilhas Urok (Formosa, Nago, Chediã e uma dezena de ilhéus) são caracterizadas pela presença de grandes superfícies de mangais e de vassas que explicam a particular abundância de moluscos, peixes, aves e manatins. Próximas do continente e ricas em recursos, estas ilhas têm despertado a cobiça de utilizadores externos. Por esta razão as comunidades de Urok pediram a classificação do seu território como área protegida. Urok tornou-se assim a 1ª área marinha protegida comunitária da Guiné-Bissau. Foi elaborado um modelo de governação participativa que integra os diferentes intervenientes. Foi dada uma particular ênfase à dimensão cultural, considerada como condição da coesão social e da valorização dos saberes e dos mecanismos de gestão tradicionais. Uma reflexão está em curso para determinar as modalidades de um turismo compatível com esta dimensão cultural.

L'Aire Marine Protégée Communautaire des îles Urok

Les îles Urok (Formosa, Nago, Chediã et une dizaine d'îlots) se caractérisent par la présence de grandes surfaces de mangroves et de vassiers qui expliquent l'abondance particulière de mollusques, poissons, oiseaux et manatins. Proches du continent et riches en ressources, ces îles ont souvent attiré la convoitise d'utilisateurs extérieurs. C'est pour cette raison que les communautés d'Urok ont demandé le classement de leur territoire en aire protégée. Urok est ainsi devenue la 1ère aire marine protégée communautaire de la Guinée-Bissau. Un modèle de gouvernance participative a été mis au point qui intègre les différents acteurs concernés. Un accord particulier a été porté sur la dimension culturelle considérée comme la condition de la cohésion sociale et de la valorisation des savoirs et des mécanismes de gestion traditionnels. Une réflexion est en cours afin de déterminer les modalités d'un tourisme compatible avec cette dimension culturelle.

⁶ IBID

⁷ Realizado em 2009 e atualizado em 2014.

Quadro 3: Problemas e desafios das Áreas Marinhas Protegidas

Problemas e Desafios	Parque de Orango	Parque de João Vieira e Poilão	AMP Ilhas Urok
Pesca ilegal			
Potencial exploração petrolífera offshore			
Expansão das plantações de caju			
Captura accidental de espécies ameaçadas na pesca			
Captura ilegal de papagaios-cinzentos-de-timneh			
Expansão do gado bovino			
Queimadas para agricultura e pastagens			
Abate de grandes árvores para construção de barcos			
Captura ilegal de tartarugas			
Presença humana crescente e sedentarização			
Conflitos com operadores turísticos			
Exploração comercial dos recursos de bivalves			
Caça ilegal			

PARTE 3: ANTECEDENTES

3.1 Contexto normativo e institucional

3.1.1 Instrumentos internacionais

Alguns tratados e convenções internacionais relacionados com a conservação dos ecossistemas, da biodiversidade e do património cultural foram ratificados pelo governo da Guiné-Bissau e, de forma direta ou indireta, incidem no Arquipélago dos Bijagós. Tais instrumentos precisam ser levados em conta nos processos de planeamento e ordenamento do território, uma vez que versam sobre questões sobre os quais a atividade de turismo interage. O quadro a seguir reúne os principais tratados e convenções internacionais dos quais a Guiné-Bissau é signatária.

Quadro 4: Tratados e convenções internacionais dos quais a Guiné-Bissau participa
Denominação Objetivo

Denominação	Objetivo
Programa Homem e Biosfera (Programa MaB)	Programa de cooperação científica internacional sobre as interações entre o homem e seu meio. As Reservas da Biosfera (RBs) são a principal linha de ação do Programa e sua concepção é um inovador instrumento de planeamento para combater os efeitos dos processos de degradação ambiental.
Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB)	Conservação e utilização racional da diversidade biológica, bem como partilha equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos.
Convenção das Zonas Húmidas de Importância Internacional – Sítio Ramsar	Proteção das zonas húmidas de importância internacional como habitat de aves aquáticas.
Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (Convenção de Paris)	Proteção do património cultural e natural mundial.
Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES)	Regulamentação do comércio internacional de certas espécies da fauna e da flora selvagens.
Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Convemar)	Regular no que diz respeito a: fronteiras das zonas marítimas; plataforma continental e alto mar; direitos de navegação e estreitos para a navegação internacional; paz e segurança nos oceanos e mares; conservação e gestão dos recursos marinhos vivos; proteção e preservação do ambiente marinho; investigação científica marinha; e procedimentos para a resolução de litígios.

⁸ Disponível em http://www.unesco.org/eri/la/conventions_by_country.asp?contr=GW&language=S&typeconv=1, consultado em 30/11/2019.

⁹ Disponível em https://www.cites.org/eng/disc/parties/chronolo.php?order=field_country_official_name&sort=asc, consultado em: 30/11/2019

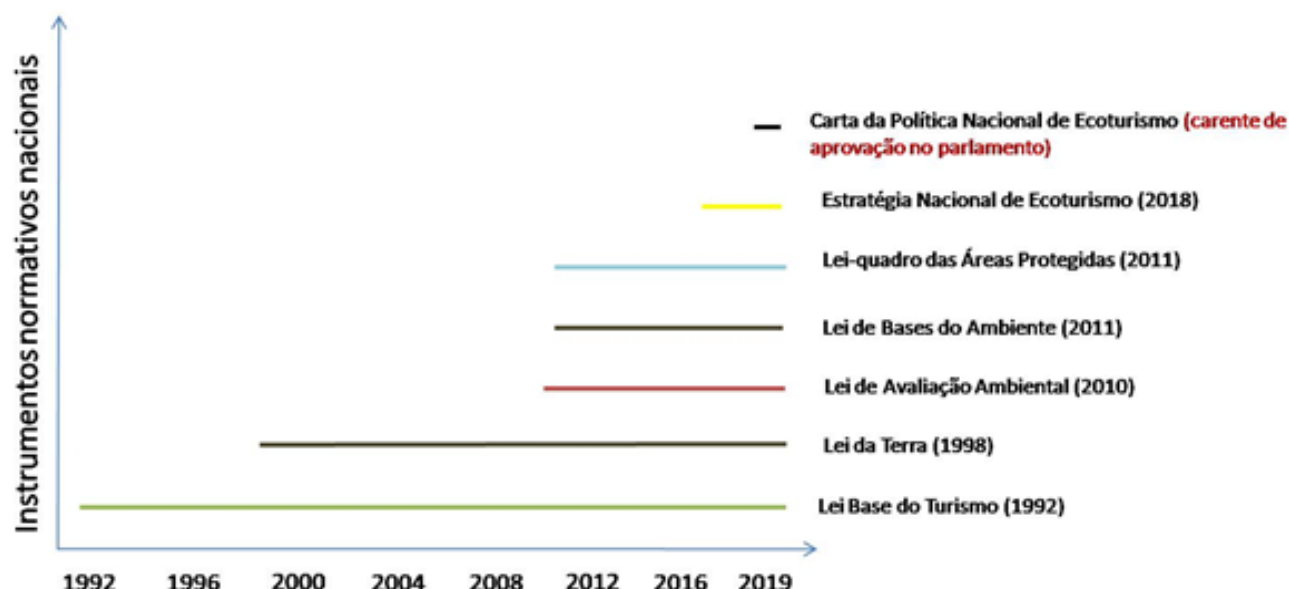
Convenção de Bonn sobre a Conservação das Espécies Migratórias	A conservação das espécies migratórias em todo o seu território e o reforço das medidas de conservação através da assinatura de acordos específicos para cada espécie.
--	--

3.1.2 Instrumentos nacionais

O quadro legal e normativo específico para o sector do turismo na Guiné-Bissau é ainda insuficiente. A Inexistência de Plano Diretor Nacional de Turismo, a desatualização da Lei Base de Turismo e do Regime Jurídico que regulamenta e sustenta o sector do Turismo Nacional, por exemplo, são constrangimentos que trazem dificuldades para regulamentar e implementar as atividades turísticas na escala nacional. Ademais, leis cuja jurisprudência tem incidência no turismo - como a Lei da Terra - precisam ser atualizadas. Há também grandes dificuldades para o Estado aplicar o marco regulatório vigente. Por outro lado, tem havido uma produção normativa crescente no domínio ambiental e dos recursos naturais na última década (Da Silva, W.; 2018), sendo que muitas destas leis versam sobre questões que em alguma medida incidem na atividade turística.

No que diz respeito aos instrumentos de planeamento, muito embora não exista um Plano Diretor Nacional de Turismo que oriente o desenvolvimento do turismo de forma integrada com os distintos setores produtivos do país, há de se reconhecer os esforços recentes do IBAP e da Secretaria de Estado de Turismo por meio da elaboração da Estratégia Nacional de Ecoturismo e da Carta da Política Nacional de Ecoturismo. Estas iniciativas recentes contribuem para o estreitamento do diálogo entre os diferentes órgãos governamentais e entre o governo e a sociedade civil.

Destacam-se também os esforços para a criação e implementação de normas e regulamentos específicos para a prática de pesca desportiva e as condições de visitação no âmbito das Áreas Marinhas Protegidas do Arquipélago (regras para pesca desportiva, por exemplo). A figura a seguir apresenta o ano de criação dos principais instrumentos normativos que podem ter jurisprudência sobre a atividade turística.



3.2 Iniciativas recentes de planificação

O Plano Estratégico e Operacional para o período 2015 a 2020 da Guiné Bissau – “Terra Ranka” - considera como basilar para a criação de riquezas a preservação do capital natural e da biodiversidade e a diversificação da economia. Nesse sentido, o ecoturismo é apresentado com um papel muito importante que deve contribuir para a redução da pobreza e garantia da sustentabilidade socioeconómica e ambiental das comunidades locais.

Seguindo essa orientação, foi elaborada uma Estratégia Nacional do Ecoturismo estruturada a partir de três domínios estratégicos: 1) Condições de acolhimento e de estadia dos turistas;

2) Os produtos ecoturísticos e sua promoção; e, 3) Ecoturismo fator de desenvolvimento local e de conservação do Património.

Posteriormente, uma proposta Carta da Política Nacional do Ecoturismo na Guiné-Bissau que traz os princípios orientadores para o desenvolvimento do setor, além de outras disposições normativas, e que estabelece os seguintes instrumentos de implementação da política de ecoturismo:

- a) Lei base do Turismo
- b) Regime jurídico hoteleiro e Similar
- c) Proposta a finalizar do Plano Diretor Nacional do Turismo;
- d) Estratégia Nacional de Ecoturismo;
- e) Mapa de Zonagem dos sítios de interesse científico, ecoturísticos e sagrados;
- f) Carta da Política Nacional de Ecoturismo
- g) Certificação de empreendimentos ecoturísticos;
- h) Código de conduta.

Buscando situar o presente documento como Plano Diretor do Turismo para a Reserva

da Biosfera Bolama-Bijagós, o qual está sendo elaborado simultaneamente ao Mapa de Zonagem dos Sítios de Interesse Ecoturísticos, deve-se ter em mente que este documento não contempla o instrumento citado no item b da Proposta de Carta da Política, posto que contemple apenas o território do Arquipélago Bolama-Bijagós. Trata-se, portanto, de um documento que orientará estratégias, planos, programas e projetos para o desenvolvimento do ecoturismo na região Bolama-Bijagós a curto, médio e longo prazo, tendo por princípios aqueles preconizados na Carta da Política, buscando conciliar os programas propostos no Plano Terra Ranka para o desenvolvimento do turismo, com as ações descritas na Estratégia de Ecoturismo, complementando-as com as propostas dos atores envolvidos no atelier de consulta.

3.2.1 Terra Ranka

Dentro do Plano Terra Ranka, que é o principal orientador para o desenvolvimento da Guiné-Bissau, com aval dos parceiros da cooperação internacional, apresenta-se uma visão particularmente estratégica do papel do turismo na diversificação económica, com foco especial no Arquipélago Bolama-Bijagós. Para concretizar o objetivo de tornar a Guiné-Bissau em um destino de ecoturismo mundialmente reconhecido, atraindo 300 mil turistas até 2025, foram propostos três Programas, dois dos quais têm a RBABB como área de influência:

Programa 50a: Programa integrado Turismo Bijagós.

Este programa prevê um impulso ao desenvolvimento acelerado e sustentável do turismo no arquipélago através do fortalecimento da gestão das áreas protegidas e da declaração do arquipélago como Zona Turística Especial, passando a contar com uma autoridade administrativa. O estatuto da Zona Turística Especial (ZTS) permitiria criar um ambiente de negócios específico e atraente, e de reunir, sob a forma dum Centro de Formalização, o conjunto de administrações necessárias ao desenvolvimento do turismo (criação de empresa, emissão de licenças e autorizações, validação de estudos de impacto ambiental e social, etc.).

Também estão contempladas ações de desenvolvimento das infraestruturas, em regime de urgência, que contemple o fortalecimento dos investimentos hoteleiros, serviços de saúde, segurança, transporte, energia e telecomunicações e a modernização do aeroporto de Bubaque, e a criação do transporte intra e inter-ilhas em parceria com os sítios hoteleiros.

Para prover o setor de mão de obra qualificada, está previsto um centro de formação profissional no ramo do turismo que possibilite a inserção profissional das populações locais no sector. Ademais, Bolama, antiga capital da Guiné Portuguesa e candidata à inscrição no Património da Humanidade da UNESCO, será objeto de uma redinamização

económica (turismo, pesca artesanal, caju) e duma verdadeira renovação urbana, arquitetónica e cultural.

Programa 50b: Reformas e fortalecimento institucional do setor turístico

Este programa complementar ao anterior tem por foco o fortalecimento do quadro jurídico, normativo e institucional do setor com vistas ao desenvolvimento do sector (nova Zona Turística Especial), assim como as exigências de desenvolvimento sustentável a serem respeitadas. Estas reformas preveem a atualização dos textos e normas específicos do setor, que abrangerão especialmente a classificação hoteleira e os textos regulamentares vinculados às atividades de transporte turístico, de restauração ou de comercialização de produtos de carácter turístico (souvenirs).

Também prevê a revisão da gestão do destino Guiné-Bissau, especialmente: i) a organização e a governação do sector, ii) o marketing e a promoção do destino, iii) os recursos humanos e a formação profissional. Citam-se nesse âmbito o fortalecimento de capacidades de planeamento e controlo do sector, a melhoria do acompanhamento estatístico do turismo, ações de Marketing e promoção da marca “Bijagós”.

Vale ressaltar que, se considerarmos os números atuais da Guiné-Bissau no que se relaciona à demanda turística internacional, as perspectivas de crescimento previstas no Terra Ranka pressupõem um incremento de aproximadamente 600% na afluência de visitantes internacionais ao país em um horizonte temporal curto. Tal estimativa, além de ser pouco realista, gera questionamentos acerca do modelo de turismo que de fato se almeja impulsionar no país, dando a impressão de um enfoque mais voltado ao turismo de massa. No caso do ecoturismo, a adoção de princípios e critérios de sustentabilidade muito possivelmente seria prejudicada num cenário de crescimento tão acelerado da atividade.

3.2.2 Estratégia Nacional de Ecoturismo

A Estratégia Nacional do Ecoturismo é um documento educativo, traz definições, princípios e informações sobre a situação atual do ecoturismo na Guiné-Bissau, suas oportunidades e constrangimentos. A partir dessa informação inicial estabelece uma matriz de ação estratégica baseada em três domínios: 1) Condições de acolhimento e de estadia dos turistas; 2) Os produtos ecoturísticos e sua promoção; e, 3) Ecoturismo fator de desenvolvimento local e de conservação do Património.

Quadro 5: Estrutura lógica da Estratégia Nacional de Ecoturismo

ESTRUTURA LÓGICA DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE ECOTURISMO	
1) Condições de acolhimento e de estadia dos turistas;	
Objetivo 1.1.:	Produzir uma informação clara e de fácil acesso no estrangeiro e à nível nacional sobre as condições de entrada e de estadia.
Objetivo 1.2.:	Melhorar as condições de acolhimento no território.
Objetivo 1.3:	Sensibilizar e educar o público nacional sobre o turismo e as suas implicações no plano social, cultural e económico.
2) Os produtos ecoturísticos e sua promoção	
Objetivo 2.1.:	Conhecer melhor, fazer conhecer e valorizar os sítios de interesse turístico no território nacional.
Objetivo 2.2.:	Valorizar a rede nacional das Áreas Protegidas.
Objetivo 2.3.:	Promover um turismo de qualidade na Reserva da Biosfera do Arquipélago dos Bijagós.
Objetivo 2.4.:	Produzir e difundir uma documentação de qualidade para os potenciais visitantes estrangeiros.
Objetivo 2.5.:	Promover as oportunidades de desenvolvimento do ecoturismo junto dos atores nacionais.
3) Ecoturismo fator de desenvolvimento local e de conservação do Património.	
Objetivo 3.2.:	Reforçar as capacidades das comunidades locais em matéria de guiagem, interpretação, acolhimento e valorização da gastronomia tradicional através de produtos locais.
Objetivo 3.3:	Promover cadernos de encargo e códigos de conduta para os gerentes dos hotéis, operadores turísticos e os turistas compatíveis com a abordagem do ecoturismo.
Objetivo 3.4:	Realizar a formação do pessoal nacional responsável pelo seguimento da implementação e do respeito do Caderno de encargo e dos códigos de conduta.

3.2.3 Carta da Política de Ecoturismo

A Carta da Política representa uma proposta de compromisso voluntário da Guiné-Bissau, ainda em fase de aprovação, que afirma valores, princípios e regras para o desenvolvimento do ecoturismo na Guiné-Bissau, compatíveis com os princípios da UNESCO para o turismo sustentável em sítios do património mundial. As bases propostas para esse desenvolvimento são a valorização dos patrimónios naturais e culturais com a implicação de todos os atores, a divisão equitativa dos benefícios para a população local e a garantia da sustentabilidade social, ambiental e económica.

Especificamente, a Carta busca definir as modalidades de aquisição de terreno (com as autoridades administrativas tradicionais), de forma a salvaguardar os sítios de interesse científico, ecológico e sagrados e responder as fragilidades do meio insular; garantir a sustentabilidade social, ambiental e cultural, através de integração das infraestruturas na paisagem local e promover as boas práticas de tratamento das águas usadas e do lixo sem esquecer a fonte de energia utilizada; além de fortalecer as condições ligadas as visitas turísticas: em consonância com as diretrizes das áreas protegidas (códigos de conduta, respeito das capacidades de acolhimento e capacidade de carga) e a outros espaços potencialmente sensíveis. Relação com a população visitada (vestuário, condições para tirar fotos, etc.). Por fim, a carta compromete-se a banir as práticas nefastas no domínio social (prostituição, pedofilia e mendicidade) e cultural (a folclorização que tenham uma ligação com o dinheiro ou a «donativos» em geral).

A tradução dos princípios da UNESCO para o turismo sustentável em sítios do Património Mundial foi expressa nos seguintes objetivos da Carta da Política Nacional do Ecoturismo :

- a.** Compatibilizar as atividades de ecoturismo com a conciliação dos esforços da conservação de patrimónios cultural, natural e subaquático;
- b.** Dinamizar a sinergia integrada entre as partes implicadas na promoção do ecoturismo ao nível nacional e internacional;
- c.** Facilitar a participação efetiva de todos os stakeholders no processo de promoção do ecoturismo;
- d.** Promover e estimular a capacitação de recursos humanos e investimentos sustentáveis para o desenvolvimento do ecoturismo;
- e.** Promover a construção de empreendimentos arquitetura que enquadram na paisagem natural e melhoria das infraestruturas e acessibilidade para a atividade de ecoturismo;
- f.** Garantir o aproveitamento do ecoturismo como veículo de educação ambiental e promoção de boas práticas ecoturísticas.

A Carta também estabelece uma Grelha de Avaliação Social e Ambiental dos Empreendimentos Turísticos instalados nas Áreas Protegidas da Guiné-Bissau que considera aspectos sociais, ambientais, culturais e infraestruturais. Foram estabelecidas pontuações conforme um manual de utilização para apoiar na classificação dos estabelecimentos turísticos, que podem atingir os seguintes níveis de certificação:

¹¹ **Cabe ressaltar que a Carta considera a Pesca Desportiva, dentre outras atividades, como atividade de ecoturismo, embora, segundo a literatura essa prática não está alinhada dentre as atividades consideradas ecoturísticas.**

Pontuação de 36 – 45 (Ouro) » Empreendimento com Elevada Eficiência Ambiental;
 Pontuação de 26 – 35 (Prata) » Empreendimento com Media Eficiência Ambiental; e
 Pontuação de 17 – 2x5 (Bronze) » Empreendimento com Baixa Eficiência Ambiental.
 Por fim, a Carta com os aperfeiçoamentos necessários de forma para dar maior clareza sobre seus objetivos, e uma vez aprovada pelo parlamento, será um instrumento útil, alinhado com o que está proposto no Plano Terra Ranka, que atualizará a legislação anterior, estabelecendo princípios e critérios claros para definir o que é um empreendimento ecoturístico e como pode ser avaliado e certificado.

3.2.4 Sinergias entre o Plano Terra Ranka, a Carta da Política, a Estratégia do Ecoturismo e o Plano Diretor Regional do Turismo na RBABB

O Plano Terra Ranka é um plano de médio prazo, com abrangência nacional, que, em virtude das crises políticas e institucionais que a Guiné-Bissau enfrenta, vem sendo implementado de forma lenta e fragmentada. Essa fragmentação é ao mesmo tempo um reflexo da necessidade de apropriação de uma visão integrada sobre o desenvolvimento do Turismo e de outras áreas da economia do país. Talvez por isso, tanto a Carta da Política quanto a Estratégia Nacional do Ecoturismo ganhem um tom educativo e afirmativo sobre princípios, diretrizes e valores que devem orientar a prática do turismo. A Carta da Política Nacional constitui uma declaração de compromissos frente às exigências para que a RBABB seja reconhecida como Patrimônio Natural Mundial e a Estratégia Nacional do Ecoturismo propõe um quadro lógico mínimo para buscar soluções para os problemas e ameaças mais imediatas que se apresentam no terreno. No entanto, as ações propostas na Estratégia para materializar cada um dos domínios estratégicos se mostram insuficientes e ainda desarticuladas, carecendo de uma revisão para aprimoramento do quadro lógico.

Ambas as iniciativas, a Carta da Política e a Estratégia Nacional de Ecoturismo, são documentos preliminares que ainda precisam ser referenciados pelo Governo da Guiné-Bissau e que apresentam oportunidades de aprimoramento para melhor cumprirem o seu papel específico dentro do arcabouço institucional.

Nesse quadro, surge a demanda de elaborar-se um Plano Diretor do Turismo específico para o território da Reserva da Biosfera Bolama-Bijagós, onde os três documentos citados são basilares. Entretanto, demanda-se um passo além do Plano Diretor que é apontar caminhos de curto, médio e longo prazo que promovam uma coerência nas ações a desenvolver.

Assim, o presente documento do Plano Diretor considera as iniciativas anteriores, incorpora os princípios, diretrizes, domínios estratégicos e ações, agregando dimensões do desenvolvimento do turismo que possam garantir maior coerência da ação coordenada entre os atores na RBABB.

PARTE 4: DIAGNÓSTICO

O diagnóstico do Turismo na Guiné-Bissau e na Reserva da Biosfera Bolama-Bijagós serviu-se de diversos estudos e análises já realizados, além das entrevistas, grupos focais e missão ao terreno que permitiu vivenciar in loco os potenciais e os constrangimentos para a atividade turística na RBABB.

Diante de todos os estudos citados, este capítulo pretende trazer uma síntese dos aspetos fundamentais que delineiam os desafios para o desenvolvimento do turismo na Guiné-Bissau e mais especificamente no território do Arquipélago Bolama-Bijagós.

4.1 A Guiné-Bissau como destino turístico

“Como um microcosmo da África, esta pequena nação contém multidões - de paisagens, povos, culturas e vida vegetal e animal. Tudo isso ao alcance da capital, Bissau”. É dessa forma que o Lonely Planet, um dos guias de viagem mais conceituados do mundo, introduz a Guiné-Bissau a seus leitores, sintetizando o potencial turístico que se concentra no país.

Todo esse potencial é abordado em relatórios de diversas instituições internacionais que atuantes no território e que mencionam o turismo como um dos possíveis setores de desenvolvimento para a Guiné-Bissau - juntamente com a agricultura e agronegócio, a pesca e a mineração. Embora sejam perceptíveis as potencialidades, é evidente que o nível atual de desenvolvimento que caracteriza o setor e sua contribuição real para a economia nacional e local é ainda largamente insignificante (Banco Mundial, 2018).

4.1.2 Situação atual da oferta turística

A baixa disponibilidade de serviços turísticos ou a falta de articulação entre os serviços ofertados são características marcantes da incipiente oferta turística na Guiné-Bissau. Um visitante que chega de modo independente ao país com interesse em atividades de ecoturismo, por exemplo, certamente precisará estar disposto a despendar bastante tempo na busca de informações turísticas fiáveis, enfrentando desafios para visitar a maior parte dos destinos do país, sobretudo na parte continental.

São poucos os serviços disponíveis de atendimento ao visitante, a oferta de meios de

¹² Disponível em <https://www.lonelyplanet.com/guinea-bissau>, consultado em 15/08/2019.

transporte é escassa, as condições de acesso são ruins em muitos casos, assim como praticamente não existem operadoras de turismo receptivo que ofereçam roteiros de ecoturismo pelo país. As agências existentes especializaram-se em vender passagens aéreas, sobretudo para residentes estrangeiros e os poucos operadores turísticos locais existentes são focados, em sua maioria, na pesca desportiva (Ozorio e Lima, 2018). É possível constatar a prevalência desta atividade logo no desembarque no aeroporto de Bissau, quando operadores de pesca desportiva abordam os visitantes recém-chegados para oferecer roteiros, principalmente para o Arquipélago dos Bijagós, o principal destino turístico do país.

De acordo com Polet et al (2011), a atividade turística nos Bijagós é principalmente empreendida por estrangeiros, essencialmente franceses, que concebem o Arquipélago como uma extensão de Casamance (Senegal) “rica em peixe e preservada do turismo de massas”. Os seus pacotes “all inclusive” são vendidos na Europa através de agências de viagem especializadas na pesca e na caça, estes clubes são regularmente capa das revistas de pesca europeias e norte-americanas (Polet et al, 2011). A maior concentração destes empreendimentos está nas Ilhas de Rubane e Bubaque.

Em comparação à oferta turística da África Ocidental, o país tem um posicionamento tímido. Uma consulta realizada ao maior site de viagens do mundo (Tripadvisor) indicou que a Guiné-Bissau possui a menor disponibilidade de serviços turísticos dentre 6 países da África Ocidental analisados (Quadro 6).

		Hotéis	Restaurantes	Aluguer de temporada	O que fazer (Atrativos)
Guiné (Conacry)	Nº cadastros	60	52	6	16
	Nº avaliações	916	912	Nenhuma	140
Gâmbia	Nº cadastros	49	230	140	59
	Nº avaliações	15.096	16.933	224	4.788
Guiné-Bissau	Nº cadastros	11	9	3	8
	Nº avaliações	476	227	Nenhuma	79
Senegal	Nº cadastros	129	380	296	101
	Nº avaliações	23.079	13.005	207	7.726
Serra Leoa	Nº cadastros	24	41	6	35
	Nº avaliações	2.034	1.112	Nenhuma	673
Cabo Verde	Nº cadastros	855	360	385	435
	Nº avaliações	33.819	28.230	1.350	17.584

Fonte: OZORIO e LIMA (2018)

¹³ O segmento parece ser menos sensível às questões de instabilidade do país que repercutem negativamente na sua imagem no mercado internacional

Ozorio e Lima (2018) identificaram também, por meio de uma pesquisa virtual junto a sites de operadoras estrangeiras (Europa e América do Norte), que o turismo no país ainda é muito pouco comercializado internacionalmente e que possui nichos específicos, com alguns

O segmento parece ser menos sensível às questões de instabilidade do país que repercutem negativamente na sua imagem no mercado internacional

programas ofertados por operadoras de países próximos – operadoras de Senegal, Togo, Gana, por exemplo. A pesquisa constatou também que alguns desses programas são de longa duração e feitos por terra, mas o tempo de permanência na Guiné-Bissau é pequeno, evidenciando que o país serve de passagem para outros destinos como Senegal, Gâmbia, Mauritânia, Marrocos. No caso de roteiros do segmento de pesca desportiva, foram encontrados roteiros exclusivos para a Guiné-Bissau sem a combinação com outros países.

Dentre os destinos mais comercializados pelas operadoras, o arquipélago de Bijagós claramente se posiciona como o principal do país (Rubane, Bubaque, PN Orango, PN João Vieira e Poilão, Canhabaque, etc.), seguidos da capital Bissau e da antiga capital Bolama. A pesquisa também constatou – em corroboração com alguns relatórios sobre o turismo no país - que muito pouco se fala sobre a Guiné-Bissau nas notícias e quando estas são encontradas, há uma prevalência das que possuem teor negativo, prejudicando a imagem do país como destino. Quando utilizada a palavra-chave em inglês “Guinea-Bissau Travel”, por exemplo, dos cinco primeiros websites que veiculavam notícias sobre turismo no país, quatro deles possuíam informações com conteúdo negativo, inclusive desaconselhando a visita ao país .

4.1.3 A demanda turística atual

São praticamente inexistentes as informações sobre a demanda turística do país, fato que restringe as análises sobre o perfil do visitante que chega à Guiné-Bissau (motivação, origem, faixa etária, renda, etc.). Dados do Banco Mundial sobre a chegada de turistas internacionais confirmam que a Guiné-Bissau encontra-se praticamente fora da rota turística africana e que o turismo possui baixa expressividade junto à economia. Dentre os países da África Ocidental analisados no Quadro 7, a Guiné-Bissau apresentou o menor fluxo de visitantes internacionais, tendo recebido no ano de 2016 - seu melhor ano da série histórica - aproximadamente 45,200 mil turistas estrangeiros. Isso posiciona o país como um dos menos visitados do mundo, ocupando o 189º lugar em termos absolutos no que diz respeito ao fluxo de visitantes internacionais

Quadro 7: Desempenho do turismo internacional em países da África Ocidental.

	Chegadas internacionais	% das exportações
República da Guiné	99.000	0,2
Gâmbia	552.000	48,3
Guiné-Bissau	45.200	5,6
Senegal	1.365.000	10,2
Serra Leoa	57.000	5,2
Cabo Verde	710.000	54,1

Fonte: Banco Mundial (2020)



¹⁴ O website do U.S. Department of State veicula a seguinte mensagem a respeito de viagens à Guiné-Bissau:

“Reconsiderar viagens para a Guiné-Bissau devido a crime e agitação civil. Crimes violentos são comuns na Guiné-Bissau. Vendedores agressivos, mendigos e, ocasionalmente, criminosos atacam estrangeiros no aeroporto de Bissau e em outras áreas populosas, especialmente no mercado de Bandim, no centro da capital. A polícia local não possui recursos, capacidade e treinamento para responder efetivamente a incidentes criminais graves. O país tem sido afetado por disfunções políticas e institucionais crônicas há décadas, e existe o potencial para a violência.” <https://travel.state.gov/content/travel/en/international-travel/International-Travel-Country-Information-Pages/Guinea-Bissau.html>

¹⁵ <https://data.worldbank.org/indicator/ST.INT.ARVL?view=map>

¹⁶ <https://www.worlddata.info/africa/guinea-bissau/tourism.php>

Com relação à participação da atividade junto às exportações do país, em 2016 o turismo internacional contribuiu para 5,6% do total, segundo o Banco Mundial. Importante ressaltar, no entanto, que os países da sub-região que se destacam pelo número de chegadas internacionais e pela receita total gerada pelo turismo (Senegal, Gâmbia e Cabo Verde), optaram pelo modelo de turismo de massa, com foco na construção de resorts de sol e praia nas regiões costeiras ou insulares. Esse modelo de desenvolvimento do turismo tem sido fortemente questionado enquanto promotor real de benefícios sociais e económicos, uma vez que gera evasão económica, promove exclusão e acirra problemas sociais, além de gerar passivos ambientais significativos.

4.1 Oportunidades e Constrangimentos para a Fileira do Turismo na Guiné-Bissau

São vários os relatórios de agências de fomento que destacam a riqueza do capital natural e do património cultural da Guiné-Bissau como uma forte vantagem comparativa para o desenvolvimento do Turismo Responsável no país. Apesar deste grande potencial, o turismo no país ainda é incipiente e a Guiné-Bissau é um dos destinos menos visitados do planeta.

Oportunidades

Dentre as **oportunidades e as principais vantagens comparativas** da Guiné-Bissau em relação ao turismo, destacam-se:

- Rica Biodiversidade e paisagens exuberantes

A Guiné-Bissau é um país rico em recursos naturais, com boa parte do seu território com cobertura florestal e dotada de uma diversidade significativa de paisagens. Na parte marítima, tem a vantagem competitiva de ser composto por mais ilhas do que qualquer outro país africano (88 ilhas), com uma biodiversidade única que se destaca pelos hipopótamos de água salgada, crocodilos, cinco espécies de tartarugas marinhas, inúmeras espécies de golfinhos, baleias e manatins. Além disso, o Arquipélago dos Bijagós é considerado a segunda área mais importante da África Ocidental para as aves aquáticas migratórias. Na parte terrestre, é possível encontrar uma grande diversidade de avifauna, além de mamíferos emblemáticos de grande e médio porte, elefante-africano, hipopótamo, elande, chimpanzé, leopardo e leão (MTA & IBAP, 2018). Em termos de avifauna, a localização do país no meio de uma zona de transição entre a floresta da Guiné e a Savana Subsaariana oferece uma rica variedade de espécies (a estimativa mais alta coloca o número em 518). Não para menos, o documento Estratégia Nacional de Ecoturismo elegeu como slogan turístico do país o termo **Guiné-Bissau, Terra da Biodiversidade**, em razão das potencialidades reunidas neste domínio e do seu diferencial perante os países da sub-região.

- Sistema de Áreas Protegidas

A Guiné-Bissau destaca-se também por possuir 26,3% do seu território declarado como protegido, percentuais próximos aos da Costa Rica, país Centro-americano que se diferencia por possuir políticas avançadas voltadas à conservação e que desenvolveu um mercado de ecoturismo reconhecido mundialmente. Dentre os espaços protegidos importantes da Guiné-Bissau encontram-se: a região de Bolama- Bijagós, considerada pela UNESCO, em 1996, uma Reserva da Biosfera, que possui 2 Parques Nacionais (PN Orango e PN João Vieira e Poilão) e uma Área Marinha Protegida Comunitária (AMPC UROK); o Parque Natural Lagoas de Cufada, o Parque Natural de Cantanhez, o Parque Natural dos Tarrafes de Rio Cacheu e o Complexo de Áreas Protegidas Terrestres Dulombi-Boé-Tchéché.

O Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP) incluiu todas as áreas protegidas acima, com exceção da AMPC UROK, em seu guia de ecoturismo (fevereiro de 2016) que tem o objetivo de divulgar as APs para os visitantes que chegam ao país. No entanto, vale ressaltar que algumas dessas APs ainda não possuem uma oferta turística estruturada apesar de já estarem sendo divulgadas como produtos de ecoturismo. As APs mais visitadas do país estão no Arquipélago dos Bijagós (PN Orango e PN JV Poilão) enquanto que na parte terrestre, o PN Cantanhez e o Parque Natural das Lagoas de Cufada. As curtas distâncias do território guineense bem como a diversidade de atrativos dessas APs permitiriam que o país desenvolvesse circuitos turísticos integrados voltados para o ecoturismo (birdwatching, fotografia de natureza, cultural, científico, etc.), desde que questões relacionadas à acessibilidade, infraestrutura e disponibilidade de serviços fossem superadas.

- Diversidade étnica e cultural de destaque

A riqueza étnica e cultural é notável, o país ainda mantém povos com tradições muito bem conservadas e que, sem sombra de dúvidas, trata-se de um diferencial com potencial para roteiros de ecoturismo. Os recursos culturais na Guiné-Bissau incluem uma culinária diversa e interessante, diversos festivais culturais, danças e músicas tradicionais, herança histórica, artesanatos autênticos e uma gastronomia muito diversificada. A diversidade cultural do país, associada a recursos naturais e paisagens diversificadas, é um recurso crucial que pode sustentar uma indústria turística de sucesso (MTA & IBAP, 2018). Há um grande potencial de fomentar um modelo de turismo responsável que beneficie as populações locais e que as coloque no centro do planejamento e desenvolvimento da atividade.

- Posicionamento geográfico estratégico

País de fácil acesso pelo mercado europeu (quatro horas de voos) ainda que as opções de voos não sejam as ideais em termos de disponibilidade e preço. Uma vantagem

comparativa é o fato de o arquipélago dos Bijagós ser o arquipélago tropical mais próximo da Europa, localizado a apenas 4 horas de voo de Lisboa, sem alteração significativa de fuso horário.

- País seguro para visitantes

Apesar das notícias negativas veiculadas pela mídia que têm relação, sobretudo, com a instabilidade e fragilidade política, o país pode ser considerado seguro para os visitantes, com baixos índices de criminalidade, um povo muito acolhedor e com espírito impregnado de guinendade.

- Abertura das Comunidades (e juventude) para o Turismo Responsável

É inquestionável o potencial de fortalecer a participação das comunidades no turismo, já que hoje se encontram praticamente excluídas do modelo de desenvolvimento turístico vigente. No Arquipélago, especificamente, existe uma abertura e interesse visível destes atores, sobretudo jovens que anseiam por melhores condições de educação e de oportunidades de trabalho e renda. Muitos têm reivindicado sua participação, querem aprender, tomar parte e envolver-se e protagonizar na atividade turística. A existência dessa juventude vibrante, interessada e que demanda por melhores condições é uma oportunidade no desenvolvimento do Turismo Responsável, que pode contribuir para o fortalecimento do protagonismo a longo prazo, assim como a valorização da cultura e da identidade Bijagó.

Constrangimentos

Com relação aos principais **constrangimentos, bem como possíveis ameaças** para o desenvolvimento do turismo responsável, pode-se citar:

- Instabilidade política, recessão económica e imagem negativa do país

A situação política global na sub-região e, mais especificamente, na Guiné-Bissau. O fato do país ser considerado instável de acordo com os websites de informações oficiais de vários países ocidentais, contribui bastante para desencorajar muitos potenciais visitantes (MTA & IBAP, 2018). Nos últimos meses de 2019, por exemplo, a instabilidade pela qual o país passou por razões políticas teve forte repercussão negativa nas mídias estrangeiras. Vale ressaltar que episódios que ocorrem nos países vizinhos também repercutem negativamente na imagem e na demanda para a Guiné-Bissau, como por exemplo, a epidemia de Ébola que se instalou na República da Guiné e em Serra Leoa em anos anteriores.

- Falta de Visão estratégica compartilhada: turismo de massa ou ecoturismo?

Embora o Plano Terra Ranka enfatize que a estratégia para o turismo na Guiné-Bissau esteja assentada na visão do Ecoturismo, uma das ameaças que pode inviabilizar o turismo em moldes sustentáveis no país é a recorrente tentativa de se promover um turismo de massa, similar ao modelo adotado em outros países da sub-região. Esse tipo de desenvolvimento teria um impacto dramático sobre o frágil ambiente natural e as comunidades locais muito vulneráveis (MTA & IBAP, 2018).

São comuns as solicitações de instalação de hotéis de grande porte na região insular e de entrada de grandes navios. “Com o apoio de atores internacionais, o IBAP e a Autoridade de Avaliação Ambiental Competente (AAAC) conseguem, todavia, bloquear algumas vezes os novos projetos de implantação (nomeadamente no últimos anos, nas ilhas de Papagaio, João Vieira, Meio e Orango)”. “Contudo, estas conquistas são frágeis, temporárias e sistematicamente postas à prova, cada vez que ocorre uma mudança política, em função dos interesses dos eleitos e das suas ligações com os investidores potenciais” Barros, M. in Polet et al (2011).

- Fragilidade das instituições, monitorização e disponibilização de informações sobre o turismo deficientes

A Secretaria de Estado do Turismo conta com um expressivo quadro de funcionários e pode se tornar um importante instrumento para o desenvolvimento do turismo na Guiné-Bissau. No entanto, carece de um forte investimento em desenvolvimento institucional, capacitação de pessoal e construção de uma visão ao longo prazo coerente com o contexto do país e com o potencial de impactos sociais e ambientais que o turismo pode acarretar. O Ministério pode exercer uma liderança que concilie as diferentes visões, atuando como indutor do turismo responsável e de forma preventiva em relação aos impactos potenciais.

Outro aspeto que revela a fragilidade institucional tem a ver com a ausência de estatística fiável acerca das atividades turísticas ao nível nacional, fundamental para sustentar o planeamento e estratégias setoriais, assim como a tomada de decisões de investidores do setor privado (Banco Mundial, 2018). Para suportar um processo de planeamento correto, é necessário um sistema de informação estatística que não apenas colete as informações, mas realizem uma análise periódica gerando uma base estatística confiável, articulada entre o Ministério do Interior que controla as migrações, a Secretaria do Turismo, responsável pela dinamização do setor e o Ministério de Administração Territorial, que gere a circulação de pessoas e bens e as estruturas de administração ao nível das regiões e sectores do país.

Estudos de mercado que subsidiem planos de marketing para o turismo no país constituem também elementos essenciais para o desenvolvimento do sector. A Guiné-Bissau somente conseguirá inserir-se no mercado internacional por meio de uma estratégia de

comercialização e promoção responsável, que valorize suas reais potencialidades.

Igualmente, não há informações disponíveis sobre o país em veículos de amplo alcance, como a web por exemplo. Além da oferta turística subdesenvolvida, a que existe é pouco informada, impondo dificuldades aos potenciais viajantes.

- Conflitos fundiários, sociais, ambientais e institucionais

No contexto das Áreas Protegidas e da Reserva da Biosfera, o IBAP, além de todas atividades que desempenha com competência e reconhecimento internacional, vê-se pressionado com a missão de conciliar os conflitos recorrentes que a atividade turística gera na RABABB.

Grande parte dos conflitos é provocada pela pressão de operadores turísticos para aquisição de terras junto às comunidades, mediante promessas e acordos tácitos, não documentados e sem o acompanhamento do governo. Nessas condições, abusos por parte dos operadores, questionamentos no âmbito das comunidades em face dos acordos beneficiarem uma parcela das famílias, ou por serem negociadas áreas sagradas, geram conflitos que batem à porta do IBAP, o qual não tem os instrumentos necessários para encontrar soluções duradouras.

O ciclo de regularização fundiária estabelecido abre várias possibilidades de fraudes e corrupção no processo, carecendo de um órgão colegiado que inclua o Ministério da Administração Territorial, o Ministério das Infraestruturas, Habitação e Desenvolvimento Humano, o Governo do Arquipélago, o IBAP e as estruturas de governança dos Parques Nacionais que integram as lideranças locais para analisar e monitorizar os acordos de cessão de terras.

Esse quadro torna as comunidades cada vez mais vulneráveis e excluídas do processo de desenvolvimento do turismo. Caso o governo assumisse a avaliação das cessões de terra de forma mais criteriosa e acompanhasse as prestações acordadas, as comunidades poderiam receber em maior proporção os benefícios diretos da atividade turística, com geração de ocupação e renda para os jovens e mulheres das comunidades.

Diante dessa lacuna, o próprio IBAP executa esporadicamente ações de operador turístico, com a intenção de favorecer as comunidades das ilhas e gerar fundos para apoiar as ações de fiscalização do próprio IBAP. Esse é o exemplo da Casa de Anhor que, entretanto, não avança na sua estratégia de sustentabilidade, provavelmente porque o IBAP não tem os recursos necessários para dinamizar a iniciativa.

- Governança pouco efetiva no contexto da RBABB

As dimensões territoriais da RBABB, que representam quase 1/3 do tamanho país, somadas a uma realidade de recursos financeiros e humanos limitados, trazem desafios para a operacionalização desse sistema de governança. As Assembleias Gerais da Reserva que reúnem os distintos stakeholders acontecem com pouca regularidade. Houve momentos em que se iniciaram Conselhos Regionais Temáticos que traziam assuntos relacionados à pesca, turismo, agricultura, etc.; e também um comitê científico, porém devido à falta de recursos não foi possível dar seguimento a essas iniciativas.

Nesse contexto, o IBAP, pelo seu mandato institucional, estrutura de gestão e também pelo fato de dispor de um quadro de técnicos, meios de transporte e recursos provenientes de vários projetos, é a instituição com maior atuação no território e acaba sobrecarregado em razão das lacunas de um sistema de governança pouco efetivo. Por essa razão, recai sobre o instituto atribuições que seriam de outros órgãos. O Ministério da Administração Territorial, o Governo Regional de Bolama-Bijagós e também as administrações Setoriais parecem ter pouco impacto no território, embora seu papel seja de fundamental importância em questões que afetam diretamente o turismo.

No que diz respeito à sociedade civil organizada, as ONGs também têm um papel muito importante na Reserva uma vez que executam projetos de caráter social, cultural e ambiental que podem favorecer e mitigar impactos da atividade turística.

Existe a necessidade de se rever o Sistema Governança atual, reestruturando as instâncias existentes e fortalecendo o papel da Casa de Ambiente e Cultura de Bubaque, entidade executora do sistema de governança da RBABB.

Igualmente, faz-se necessário investir na melhoria das capacidades técnicas dos profissionais diretamente envolvidos na linha de frente, ou seja, na construção e implementação dos processos de governança, nomeadamente técnicos do IBAP (chefes de parque, por exemplo), da Casa do Ambiente, administração local, etc.

A Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Urok possui um sistema de governança e gestão que tem se destacado pelos seus resultados, inclusive com reconhecimento internacional. Em que pesem as características peculiares da AMPC e do diferencial da presença continuada da ONG Tiniguena como facilitadora do processo, é possível fomentar oportunidades de partilha das lições aprendidas de Urok com a RBABB, envolvendo-a no desenvolvimento das capacidades necessárias para se aprimorar e operacionalizar o modelo de governança para a Reserva da Biosfera.

- *Relações de Trabalho precárias e não aproveitamento dos jovens das comunidades e estudantes de turismo*

Muitos empresários jogam com a informalidade local, com a baixa presença do estado e com as pressões económicas a que os moradores locais estão sujeitos para

desenvolver os seus negócios a menor custo. São poucas as oportunidades de trabalho para a população local e quem tem acesso a empregos, na maior parte dos casos, ocupa posições subalternas, com raras possibilidades de ascensão. A qualidade das relações de trabalho nos empreendimentos é ruim, sendo necessário reforço dos contratos de trabalho e contribuição previdenciária. Há uma grande quantidade de jovens no Arquipélago interessada em trabalhar na atividade, mas que não possui a capacitação necessária e tampouco oportunidades para tal. Apesar de existirem universidades no país que formam profissionais para a Gestão do Turismo, inclusive com estudantes oriundos do Arquipélago, não há parcerias entre universidade e empresários para a oferta de vagas de estágios à juventude.

- *Diálogo Intercultural e lacunas do desenvolvimento de capacidades*

A convivência das populações locais de diferentes etnias com os operadores de turismo, em sua maioria pessoas estrangeiras, e também com os agentes do Estado, sejam técnicos ou gestores de governo, demanda uma atenção especial aos aspetos culturais e ao necessário diálogo interculturais. Grande parte da população local do Arquipélago Bijagós fala e compreende apenas a língua bijagós, com diferenças entre as diferentes ilhas. Sua cultura e tradicionalidade levam essas populações a ver e interpretar o mundo de forma muito particular, gerando dificuldades em todas as partes envolvidas, para a leitura e interpretação dos códigos implícitos na comunicação cotidiana. Essa barreira de comunicação pode explicar em grande parte os conflitos e as situações de abusos de que são vítimas as comunidades locais.

Durante as visitas e conversas com empresários do turismo no Arquipélago Bijagós, percebe-se claramente a confusão que os empresários fazem entre a filantropia e a responsabilidade social e ambiental. Quando perguntados sobre os benefícios recebidos pelas comunidades via turismo, uma resposta comumente utilizada para justificar os benefícios é a de que os empreendimentos realizam pequenas doações eventuais de itens materiais, nomeadamente géneros alimentícios, material escolar, folhas de zinco para cobertura das casas, etc. Essa narrativa evidencia a visão limitada do trade turístico sobre o que é realmente envolver a comunidade no desenvolvimento da atividade (fomento de oportunidades, capacidades, autogestão e promoção da inclusão e a distribuição justa de benefícios, etc.). A visão dos operadores está maioritariamente ancorada num entendimento assistencialista que não contribui para a superação das questões sociais e que não tem o objetivo fomentar a real participação, a qual pressupõe um processo emancipatório.

Os acordos celebrados entre comunidades locais e empreendedores do ramo turístico não são acompanhados, nem do conhecimento do Estado, o qual teria o papel de proteger as comunidades de invasões e prejuízos de várias ordens. É da competência do Estado

verificar se há uma proporção justa entre os benefícios recebidos pelas comunidades e os benefícios que os empresários auferem da exploração das ilhas, suas paisagens e recursos naturais.

Em grande parte essas dificuldades são decorrentes da falta de capacidades institucionais e humanas, não só do Estado e das comunidades, mas também dos empresários. Construir processos de responsabilidade social não é algo trivial, muito embora existam muitas experiências internacionais que poderiam servir de inspiração.

Em todas as áreas verificam-se lacunas de desenvolvimento de capacidades, ao mesmo tempo que se percebe um enorme potencial da juventude local, interessada e desejosa de participar com maior protagonismo do processo de desenvolvimento social, económico e ambiental.

Um dos problemas encontrados é a ausência de programas de desenvolvimento de capacidades locais, não apenas para o Estado, mas especialmente para a população jovem.

Seguramente, no âmbito do Estado há muito espaço para desenvolvimento de capacidades, mas, dada a situação de pobreza extrema e de vulnerabilidade das populações locais, esse processo é urgente e prioritário.

- Quadro legal e marco regulatório insuficientes / Recursos institucionais deficientes

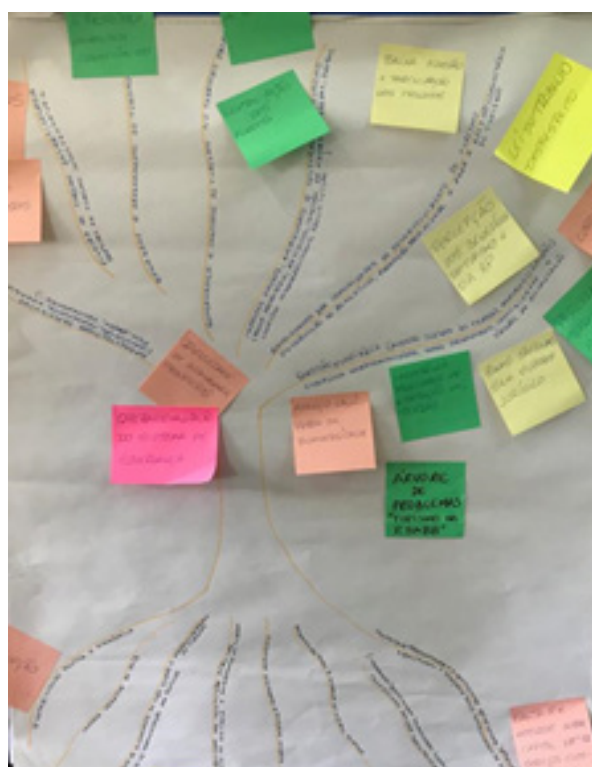
O quadro legal em vigor para o sector do turismo na Guiné-Bissau é insuficiente. A desatualização da Lei Base de Turismo e o Regime Jurídico que regulamenta e sustenta o sector do Turismo Nacional, por exemplo, são constrangimentos que trazem dificuldades para regulamentar e implementar as atividades turísticas na escala nacional. Do ponto de vista institucional, o sector do turismo é caracterizado por um grande número de stakeholders e uma estrutura de governação relativamente instável e com poucos recursos (Banco Mundial, 2018). Tal realidade enfraquece as capacidades de controlo dos órgãos competentes, abrindo espaço para práticas inadequadas de operadores, as quais criam riscos para o ambiente e para as populações locais. Segundo a Estratégia Nacional de Ecoturismo, “o Ministério de Turismo e Artesanato, o Ministério da Administração Territorial, Ministério de Negócios Estrangeiros, o IBAP, a Autoridade de Avaliação Ambiental Competente (AAAC), e a Direção Geral do Cadastro (DGC), devem dispor gradualmente de competências e de meios para fazer respeitar as suas prerrogativas e assegurar de que o desenvolvimento do sector respeite as regras, normas e códigos de conduta impostos pela lei. As autoridades administrativas locais e outras autoridades tradicionais devem igualmente ser informadas quanto aos procedimentos em vigor, os direitos das comunidades e os deveres dos promotores, bem como das modalidades de sua aplicação no terreno.”

- **Práticas insustentáveis da oferta turística atual**

A grande maioria do trade turístico, sobretudo do segmento da pesca desportiva, não adota práticas alinhadas aos princípios do Turismo Responsável. Muitos empresários parecem aproveitar-se da ausência do estado, da vulnerabilidade das comunidades locais e da fraca regulação administrativa do sector. Este tipo de comportamento é geralmente gerador de conflitos entre os investidores e os proprietários tradicionais, com a administração territorial, com as estruturas de conservação da natureza. Em um contexto como esse, o turismo pode acarretar prejuízos sérios aos ecossistemas e populações que ancestralmente habitam esse território. Além de problemas de ordem social (perda do território, aculturação, a fragilização da coesão social dentro das tabancas, etc.), impactos ambientais ligados ao lixo, energia e as águas usadas, à poluição e a perda da biodiversidade podem ser amplificados caso a fileira do turismo não adote critérios de responsabilidade socioambiental.

De acordo com as informações levantadas no terreno, por meio de entrevistas, grupos focais e do Atelier Nacional para delineamento do Plano Diretor, alguns destes constrangimentos estão na raiz (causas) da situação de baixo nível de desenvolvimento do turismo no país, e acabam por contribuir para uma oferta turística escassa e desarticulada, pouco inclusiva e geradora de conflitos e problemas socioambientais. Foram pontuadas como causas raízes mais evidentes: a instabilidade política e económica, a falta de alinhamento da visão sobre o desenvolvimento do turismo dentro do governo, a fragilidade das instituições públicas, o marco Jurídico ainda frágil e desatualizado, as infraestruturas deficientes em todos os âmbitos.

Figura 6: Árvore de problemas construída durante a etapa de diagnóstico participativo.



PARTE 5: PROPOSTA ESTRATÉGICA

A seção estratégica do Plano Diretor de Turismo da RBABB foi elaborada com base nas problemáticas e potencialidades discutidas e ressaltadas na etapa de diagnóstico, a qual contou com a participação e retroalimentação técnica e política de autoridades e técnicos de distintos departamentos do governo e de várias instituições da sociedade civil organizada, além de empresários e atores comunitários do território insular. Igualmente, fundamentou-se em iniciativas anteriores (Terra Ranka, Estratégia Nacional de Ecoturismo e Carta da Política), com o objetivo de articular ações e apontar caminhos de curto, médio e longo prazos que promovam uma coerência nas ações a desenvolver.

A seção inicia-se com Princípios Orientadores que representam valores essenciais e de natureza transversal para se alcançar os objetivos do Plano. Em seguida, apresenta os Eixos Estratégicos, que contemplam as grandes áreas temáticas prioritárias para perseguir a solução dos problemas e o fortalecimento das oportunidades do Turismo Responsável na RBABB, onde cada Eixo possui objetivos (geral e específicos) e ações específicas. A seção traz também inspirações, ou seja, boas práticas de Turismo Responsável em regiões tropicais com resultados positivos significativos e que podem servir de inspiração para o desenvolvimento do sector na RBABB.

Figura 7: Princípios Orientadores e Eixos Estratégicos do Plano.



5.1 Princípios Orientadores do Plano

Preservação dos Valores Culturais e Espirituais do Território

O ótimo estado de conservação dos recursos naturais da RBABB tem relação com a gestão tradicional que a etnia Bijagó historicamente fez do território. De religião animista, o povo Bijagó mantém relações de ordem espiritual com o ambiente que o rodeia. Muitos locais naturais (ilhas, areais e praias, mato, florestas, árvores, rios, mar) são pensados como espaços onde habitam seres sobrenaturais ou a eles devotados e apropriados para

um vasto número de ações rituais e, como tal, considerados sítios sagrados (Saraiva, C. 2015). Em muitas sociedades, os sítios naturais sagrados desempenham funções semelhantes às das áreas legalmente protegidas. Devido aos valores espirituais que são atribuídos a estes locais, com frequência se aplicam restrições de acesso e uso e muitos desses sítios permanecem em condições naturais ou quase naturais (Wild, R. y McLeod, C. 2008). No arquipélago dos Bijagós permaneceram até os dias atuais verdadeiros oásis de biodiversidade, abrigando, por exemplo, as praias de postura de tartarugas marinhas ou as colónias reprodutoras de aves aquáticas (IBAP, 2014). A experiência da RBABB prova que o reconhecimento, conservação e promoção dos valores culturais e espirituais que as populações locais atribuem ao território são fundamentais para a conservação das Áreas Marinhas Protegidas. Assim, o turismo responsável deve guiar-se por princípios e diretrizes que salvaguardem este princípio.

Parcerias Responsáveis e Equitativas

Os especialistas em responsabilidade social das empresas afirmam que o conceito de desenvolvimento sustentável está totalmente integrado ao conceito de responsabilidade social, ou seja, não haverá crescimento económico em longo prazo sem progresso social e também sem cuidado ambiental. Ao contrário do que muitos pensam, as empresas também precisam ser capacitadas para o exercício da responsabilidade social. Durante as visitas e conversas com empresários do turismo no Arquipélago Bijagós, percebe-se claramente a confusão que os empresários fazem entre a filantropia e a responsabilidade social e ambiental. As parcerias e os acordos com as comunidades são pouco claros e não são objeto de monitorização e avaliação, tampouco de mecanismos de transparência.

De fato, as comunidades vivem em um mundo regido pela tradição oral, o que dificulta os acordos firmados em documentos escritos. Também é fato que não existem mecanismos de proteção social, nem do ponto de vista jurídico, nem das organizações que garantam a justiça e o carácter equitativo dos acordos. A fragilidade do Estado, a corrupção e o isolamento das comunidades cria o ambiente propício a acordos e parcerias desiguais, promessas não cumpridas, desequilíbrios de poder, conflitos intracomunitários e depreciação do património ambiental e cultura.

A construção de mecanismos de controle das parcerias estabelecidas entre os operadores turísticos e as comunidades é fundamental para que haja uma garantia mínima de que essas comunidades não perderão seus principais patrimónios: o território e a cultura. Ao mesmo tempo criará oportunidades de criação de valor compartilhado, onde todos ganham.

Foco na Inclusão de Mulheres e Jovens

A população das ilhas é composta predominantemente por jovens e crianças e a juventude do arquipélago precisa ser vista como o seu grande património. Os problemas são os mesmos estruturais que afetam toda a população: a oferta educacional é precária, forçando os jovens a se deslocarem para a capital se desejam continuar os estudos; não há serviços de saúde que possam favorecer a qualidade e a esperança de vida; a falta de meios de comunicação e acesso a qualificação profissional limita o aproveitamento dos recursos naturais e a geração de oportunidades de trabalho e renda. Por outro lado, as atividades tradicionais já não atraem ou absorvem a mão-de-obra juvenil e a maior parte do trabalho recai sobre as mulheres, cujas oportunidades de desenvolvimento pessoal e económico são menores. Sem essa visão de oportunidade, a cadeia do turismo deixa de aproveitar o potencial humano local que necessita de capacitação, mas também de oportunidades para o desenvolvimento de sua criatividade, de sua expressão artística, da sua cultura e dos saberes tradicionais.

Transparência e Prestação de Contas

A transparência é fundamental enquanto direito, mas é especialmente importante para o controle social e a construção de políticas públicas mais efetivas. A transparência trata da integridade, da prestação de contas, do monitoramento e avaliação de políticas, e está diretamente relacionada com a Governança e a comunicação. No caso das populações das Ilhas, há um sistema de poder instituído no papel do Régulo, onde fica pouco clara a extensão e qualidade da participação da população. Embora o IBAP tenha transferido para as comunidades parte dos recursos financeiros gerados com as taxas turísticas, na forma de investimentos e infraestruturas, essa transferência nem sempre é suficientemente clara para as comunidades.

Criar sistemas de transparência com estratégias de comunicação e acompanhamento claros, que considerem que há muitos jovens alfabetizados, mas também há muitas lideranças e mulheres não letradas que precisam compreender quais são os benefícios económicos gerados pelas Áreas Protegidas e pelos Empreendimentos Turísticos, é condição para a redução dos conflitos.

A Governança não é um processo estabelecido em uma norma, mas um processo de construção, de capacitação de atores, de negociação, de comunicação e de relações de confiança. E a confiança é construída através da transparência, sem a qual não há um engajamento e apropriação reais das estratégias de conservação pelas comunidades.

5.2 Eixos estratégicos

I. GOVERNANÇA

Objetivo geral do eixo estratégico

Promover o desenvolvimento do turismo responsável na RBABB a partir de um enfoque integrado e colaborativo, com diretrizes claras, efetivamente implementadas e acompanhadas por instâncias que garantam a participação multissetorial.

Objetivos específicos

I.a) Fortalecer o Turismo Responsável enquanto política pública, promovendo uma visão alinhada ao nível nacional e na RBABB;

I.b) Salvar e garantir os direitos das populações tradicionais - assim como as zonas sagradas e/ou áreas de elevado interesse ecológico – do processo de especulação imobiliária;

I.c) Fortalecer os governos locais e operacionalizar as instâncias participativas de governança para o turismo;

I.d) Monitorizar e avaliar o desenvolvimento, a gestão e a coordenação do turismo no território.

Ações/medidas

Objetivo específico I.a

Fortalecer o Turismo Responsável enquanto política pública, promovendo uma visão alinhada ao nível nacional e na RBABB

Ação I.a.1: Criar uma Comissão Nacional de implementação da política pública para o Turismo Responsável com a finalidade de alinhar e aplicar de forma integrada as políticas, estratégias e planos existentes;

Ação I.a.2: Revisar e realizar ajustes nas funções e organigramas das secretarias e departamentos (ao nível nacional e regional) ligados ao turismo;

Ação I.a.3: Promover seminários periódicos para discutir o Turismo Responsável.

Objetivo específico I.b

Salvaguardar os direitos das populações tradicionais - assim como as zonas sagradas e/ou áreas de elevado interesse ecológico – do processo de especulação imobiliária.

Ação I.b.1: Aprimorar o quadro jurídico e normativo associado à atividade turística.

Ação I.b.1: Revisar e propor atualizações para as leis existentes que incidem (ou deveriam incidir) sobre a atividade turística à luz dos planos e estratégias vigentes;

Ação I.b.2: Criar o estatuto das ilhas sagradas;

Ação I.b.3: Revisar, atualizar e tornar lei o Guião de Acesso às Terras do Arquipélago dos Bijagós para Efeitos de Concessão/Legalização de Direitos de Uso Privativo (2009);

Ação I.b.4: Estruturar um órgão colegial que inclua o Ministério da Administração Territorial, o Governo do Arquipélago, o IBAP e as estruturas de governança das AMPs que integram as lideranças locais para analisar e monitorizar os acordos de cessão de terras;

Ação I.b.5: Dar ampla divulgação às leis e normas vigentes relacionadas ao turismo.

Objetivo específico I.c

Fortalecer os governos locais e operacionalizar as instâncias participativas de governança para o turismo

Ação I.c.1: Fortalecer as estruturas locais do governo (Delegacia de Turismo de Bolama-Bubaque e Administração Local) no que diz respeito a recursos financeiros e de pessoal;

Ação I.c.2: Criar/adaptar e validar a estrutura de governança do Turismo Responsável da RBABB (ver proposta preliminar em anexo 1).

Sub-ações:

- Criar Conselhos Locais circunscritos às diferentes zonas da RBABB (exemplo: Áreas Protegidas, Bubaque, Bolama, Caravela);
- Criar uma instância para diálogo com a Juventude das Ilhas;
- Estabelecer um Manual de Procedimentos para a Governança do Turismo, considerando

as diferentes instâncias de tomada de decisão;

- Estruturar um Conselho Regional do Turismo Responsável (RBABB) para discutir e deliberar temas de abrangência territorial, sediado na Casa do Ambiente em Bubaque;
- Fortalecer a Casa do Ambiente em Bubaque na função de animação do processo turístico na RBABB, dando estrutura e condições para tal.

Ação I.c.3: Criar mecanismos para o financiamento das estruturas de governança.

Sub-ações:

- Avaliar a criação de um fundo para financiar os processos de governança e de monitorização com as taxas cobradas dos operadores turísticos;
- Estabelecer um sistema de transparência sobre os valores arrecadados e utilizados que contemple a prestação de contas às comunidades e a todos os atores intervenientes na Fileira do Turismo Responsável.

Objetivo específico I.d

Monitorizar e avaliar o desenvolvimento do turismo no território

Ação I.d.1: Estruturar o Observatório do Turismo Responsável da RBABB (braço técnico-científico do Conselho Regional de Turismo Responsável) para a recolha de informações e apoio à tomada de decisões;

Sub-ações:

- Estabelecer indicadores simples e realistas que permitam acompanhar o desenvolvimento da atividade turística (exemplos: demanda, oferta, situação ambiental e socioeconómica e satisfação dos turistas);
- Definir metodologia de recolha das informações;
- Criar e manter um banco de dados virtual que permita análises periódicas;
- Definir os recursos necessários (físicos, financeiros e de pessoal);
- Captar recursos para a implementação e manutenção.

Ação I.d.2: Estabelecer parcerias técnico-científicas para geração de conhecimento e informação para a gestão de impactos.

¹⁸ Lei Base do Turismo, Lei da Terra, Lei Quadro das APs, Lei Base do Ambiente, etc.

Inspirações

Observatório de Turismo de Galápagos

Em 2011, no quadro de um novo plano de Ecoturismo para Galápagos, foi criado e implementado o Observatório do Turismo do Arquipélago. Trata-se de uma plataforma de investigação e acompanhamento da dinâmica turística da província. Desde então, o Observatório tem gerado e publicado informação-chave sobre os indicadores de turismo das Ilhas Galápagos para apoiar a tomada de decisões. “Como política principal, os dados gerados pelo Observatório são acessíveis ao público por meio de um modelo de dados abertos, onde atores de diferentes setores podem consultar a informação oportuna e atualizada para melhorar as suas decisões para a sustentabilidade do turismo em Galápagos”. O quadro a seguir reúne os principais indicadores coletados e disponibilizados para consulta no website do Observatório.

Quadro 8: Estatísticas coletadas pelo Observatório de Turismo de Galápagos

Estatísticas coletadas	Detalhes	Periodicidade de atualização
Chegadas turísticas anuais	Quantos visitantes entram em Galápagos por ano? Quais são os principais países?	Anual
Chegadas mensais e diárias	Quantos visitantes entram em Galápagos por dia? Quantos são nacionais ou estrangeiros? Pode onde entram?	Mensal
Perfil dos visitantes	Quais são as diferenças entre os visitantes do país A e do país B ao visitar Galápagos? Qual é a faixa etária da maioria dos visitantes do país X? Quantos dias os visitantes do país Q ficam em Galápagos? Em que meses os visitantes do país Y vêm para Galápagos a maioria?	Semestral
Cadastro turístico	Quantas empresas de turismo existem em Galápagos? Quantas empresas existem por categoria de serviço? Quantas empresas existem por ilha? Onde está localizado o negócio X?	Não informado
Estatísticas de mergulho	Perfil demográfico dos mergulhadores, origem, idade, motivação, idade, estada média, nível de experiência do mergulhador, motivação principal da viagem a Galápagos e satisfação geral do mergulhador com a sua experiência, registros de espécies-bandeiras facilmente identificadas por mergulhadores experientes e divemasters, etc.	Semestral
Informações coletadas pelos 700 guias naturalistas atuantes	Que espécies introduzidas são as mais avistadas nos locais de visita das Ilhas Galápagos? Que problemas de gestão são relatados pelos guias? Que espécies endêmicas apresentaram comportamentos particulares durante o ano?	Mensal

II. ORDENAMENTO E MINIMIZAÇÃO DE IMPACTOS

Objetivo geral do eixo estratégico

Orientar o desenvolvimento do Turismo Responsável em consonância com o ordenamento territorial da RBABB - incluindo a cartografia dos sítios de interesse ecológico, científico e sagrados - de forma a reforçar a conservação dos Valores Universais Excepcionais (VUE), fortalecer suas potencialidades e assegurar a salvaguarda integral dos ecossistemas e a preservação do património histórico-cultural.

Objetivos específicos

II.a) Definir o sistema de zonagem turística da RBABB em consonância com a zonagem territorial da RBABB (em curso) e com o processo de nomeação para o título de Sítio de Património Mundial;

II.b) Estabelecer e implementar o sistema de gestão de visitação da RBABB;

II.c) Estabelecer medidas de prevenção, controlo de avaliação dos impactos e restauração ambiental;

II.d) Implementar, testar e avaliar projetos pilotos de ordenamento turístico.

Ações/medidas

Objetivo específico II.a

Definir o sistema de zonagem turística da RBABB em consonância com o processo de zonagem da RBABB e do sítio do património em curso.

Ação II.a.1: Concluir a identificação, seleção e cartografia dos sítios de interesse ecológico e cultural da RBABB, definindo zonas de vocação turística com as regras e critérios de uso possíveis, bem como as áreas de uso interdito.

Sub-ações:

- Identificar, selecionar e cartografar as atividades potenciais em cada zona (Ecoturismo, Turismo Científico, Turismo Cultural, Pesca Desportiva Responsável, etc.);

- Identificar, selecionar e cartografar as zonas de total preservação (ilhas sagradas, pontas de fanados, praias de desovas, etc.);
- Selecionar e cartografar áreas onde podem ser instalados empreendimentos ecoturísticos;
- Legendar as zonas cartografadas com as cores (verde, amarelo e vermelho) definidas de acordo com as categorias, pertinência e vocação de uso.

Objetivo específico II.b

Estabelecer e Implementar o sistema de gestão de visitação da RBABB.

Ação II.b.1: Criar e/ou aprimorar as normas e regras de visitação dentro das zonas de uso turístico.

Sub-ações:

- Regras gerais para atividades de Ecoturismo e Turismo Científico;
- Regras e códigos de conduta específicos para observação de fauna em áreas sensíveis (nidificação, repouso e alimentação de aves, desova de tartarugas, etc.);
- Integrar as regras e códigos de conduta para atividades de pesca desportiva responsável;
- Regras e códigos de conduta específicos para visitação em tabancas e áreas de interesse cultural (adaptar o Código de Conduta do Turista no domínio social);
- Regras e códigos de conduta para visitação de cruzeiros.

Ação II.b.2: Definir os respectivos limites de uso turístico de cada área (capacidade de carga).

Ação II.b.3: Implementar uma estratégia de comunicação e divulgação do Sistema de Gestão de Visitação da RBABB para os stakeholders e visitantes.

Objetivo específico II.c

Estabelecer medidas de prevenção, controlo de impactos e restauração ambiental.

Ação II.c.1: Mapear os principais vetores de pressão e impacto, assim como as áreas sensíveis e vulneráveis;

²⁰ Segundo o Diretor de Ecoturismo da MTA, há um código de conduta do turista no domínio social que encontra-se pronto para ser aprovado no parlamento.

Ação II.c.2: Realizar plano de restauração das zonas degradadas, incluindo infraestruturas e monumentos coloniais;

Ação II.c.3: Apoiar o fortalecimento do Conselho de Concertação do Desenvolvimento Urbano em Bubaque e Bolama;

Ação II.c.4: Criar e implementar uma política de saneamento básico com especial atenção a sistemas duráveis de recolha e tratamento do lixo;

Ação II.c.5: Fiscalizar de forma partilhada as zonas turísticas buscando a prevenção e controlo de impactos;

Ação II.c.6: Promover campanhas de educação, sensibilização a respeito da vulnerabilidade ecológica e sociocultural do destino, bem como campanhas de combate a impactos negativos do turismo.

Sub-ações:

- Realizar campanhas de combate à exploração sexual;
- Realizar campanhas voltadas à questão do lixo e saneamento;
- Realizar atividades de sensibilização sobre doenças sexualmente transmissíveis;
- Atividades de sensibilização para boas práticas nas interações culturais entre turistas e moradores autóctones;
- Sensibilização a respeito de boas práticas em ambientes naturais.

Objetivo específico II.d

Implementar, testar e avaliar projetos pilotos de ordenamento turístico.

Ação II.d.1: Realizar um projeto piloto de ordenamento de pesca desportiva responsável de base comunitária (sítio demonstrativo);

Sub-ações:

- Identificar o local adequado para implementar o sítio demonstrativo;
- Definir as comunidades que participarão do projeto piloto;
- Definir a zonagem e as regras de pesca;

- Capacitar os guias/monitores locais da pesca desportiva que acompanharão as embarcações e realizarão a monitorização e fiscalização da atividade;
- Definir tamanho dos grupos e o calendário da atividade;
- Definir sistema de monitorização e fiscalização contínuos da atividade e da área destinada para tal ao longo de toda a temporada de pesca;
- Realizar parcerias com operadores interessados mediante condições determinadas em contrato;
- Implementar mecanismo de distribuição dos benefícios económicos que garanta recursos para as comunidades envolvidas e o sistema de fiscalização da atividade;
- Avaliar anualmente os resultados do projeto piloto.

Ação II.d.2: Realizar um plano piloto de ordenamento para visitas de cruzeiros (sítio demonstrativo).

Sub-ações:

- Avaliar a primeira experiência de visita da empresa Ponant realizada em outubro de 2019 (AAAC e IBAP);
- Definir a zonagem da atividade, com itinerários pré-determinados para os barcos;
- Definir calendário da atividade e número de cruzeiros por temporada;
- Estabelecer regras de visitação, tais como número de pessoas por grupo, tempo de permanência nos atrativos, acompanhamento obrigatório de monitores locais e guias naturalistas do IBAP ou AAAC, normas de conduta nos ambientes naturais e nas tabancas, etc.;
- Avaliar a possibilidade de implantação de um sistema de licença operacional para a (as) empresa (as) renovado anualmente (similar ao de Galápagos);
- Definir as comunidades que participarão do projeto piloto;
- Capacitar os guias/monitores locais da pesca desportiva que acompanharão as embarcações e realizarão a monitorização e fiscalização da atividade;
- Definir parâmetros de monitorização e fiscalização;
- Implementar um sistema de pagamento por serviço ambiental (ver Ação IV.c.1), além de mecanismos distribuição dos benefícios económicos que garanta recursos para as comunidades envolvidas e para o sistema de fiscalização da atividade;
- Definir as percentagens para o esforço de conservação e benefícios para comunidade local em consonância as regras preestabelecidas no RI e na Lei quadro das APs.

Ação II.d.3: Realizar um projeto piloto de turismo de base comunitária (sítio demonstrativo).

Sub-ações:

- Identificar a (as) comunidade (es) que participarão do projeto piloto (com foco nos jovens);
- Definir regras de visitação;
- Desenhar o roteiro vivencial, com atividades produtivas e culturais;
- Capacitar os monitores locais;
- Planejar serviços de hospedagem e alimentação;
- Realizar parcerias com operadores;
- Criar sistema de distribuição de benefícios económicos para a comunidade.

Inspirações

Ordenamento da Pesca Desportiva Responsável em Terras Indígenas da Amazônia Brasileira .

O Rio Marié é uma importante área de uso tradicional de 15 comunidades multiétnicas com mais de 250 famílias majoritariamente Baré, Baniwa e Tukano. A discussão do turismo de pesca esportiva na região iniciou-se por pressão da atividade operada de forma ilegal, realizada por pescadores em busca de tucunarés (*Cichla spp*), principalmente os que atingem maior porte, o tucunaré-açu (*Cichla temensis*).

Em 2013, o Ministério Público Federal Brasileiro publicou uma recomendação proibindo qualquer empresa de operar na região sem que antes fossem feitos estudos de impacto socioambiental coordenados pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A FUNAI estabeleceu uma cooperação técnica com o IBAMA e o Instituto Socioambiental (ONG) para realizar os estudos e promover a avaliação e discussão dos resultados de forma participativa, dando condições aos indígenas de decidirem se e como pretendiam desenvolver o turismo em seu território. Os resultados dos estudos confirmaram o potencial para o turismo de pesca esportiva na região.

Um termo de referência com todos os critérios técnicos para implementação do turismo de pesca no Rio Marié foi então elaborado ao longo de três assembleias. A Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) realizou uma chamada pública de empresas interessadas em serem parceiras da ACIBRN. A empresa que melhor atendeu ao termo de referência e aos anseios das comunidades foi selecionada e o projeto iniciado em 2014 foi orientado por um contrato que determinou: **repartição equivalente de benefícios** entre as comunidades e a empresa; investimento dos resultados feito a partir de decisões coletivas;

²¹ Na Guiné-Bissau é utilizada também a expressão Turismo de Tabanca para referir-se ao Turismo Comunitário cujo foco é a vivência do visitante no que se relaciona aos modos de vida das populações locais.

capacitação e contratação de mão de obra local; implementação de um programa de gestão e vigilância do território associado ao manejo e monitoramento das atividades de pesca; expedições anuais de avaliação com acompanhamento da FUNAI e do IBAMA.

O projeto foi desenhado buscando uma escala limitada e com impactos socioambientais controlados, além de respeitar a dinâmica social das comunidades e garantir que estas tivessem o controle sobre a execução e gerência das atividades de visitação, com a devida repartição de benefícios. A temporada anual é restrita a 12 semanas, no período da seca, recebendo até 144 turistas que irão pescar exclusivamente na modalidade pesque e solte, na área pré-determinada pelo projeto sem impactar as áreas de subsistência. Os turistas são acompanhados por uma dupla de guias: um profissional de “pesque e solte” e um guia indígena, que realiza o monitoramento da operação e orienta sobre o comportamento do tucunaré e as áreas de pesca. A decisão de cada comunidade sobre o uso do recurso é apresentada e aprovada em assembleia, em que também é realizada a prestação de contas do projeto, com a participação de todas as lideranças. Além dos benefícios diretos para as comunidades, a ACIBRN faz a gestão do sistema de proteção e vigilância: durante todo o ano uma equipe de 18 vigilantes indígenas se reveza na fiscalização do seu território.

Ordenamento da visitação em Galápagos

O Sistema de Manejo de Visitação em Galápagos inclui a designação de locais específicos para visitantes, a utilização de trilhas definidas, itinerários pré-determinados para os barcos de turismo, número de pessoas por grupo, exigência de guias naturalistas e um sistema de licenças e concessões. Estas práticas têm contribuído para manter os impactos ecológicos nos locais de visitação dentro de níveis aceitáveis e/ou gerenciáveis. A gestão dos visitantes e as atividades de interpretação se concentram em oferecer aos viajantes a oportunidade de vivenciar a natureza de perto. As técnicas de interpretação têm procurado promover a apreciação e compreensão da vida selvagem e das paisagens das Galápagos. Atualmente, uma série de ferramentas de gestão turística, tais como Capacidade de Carga (Cayot et al., 1996), Monitorização Turística (PNG, 2000), e a Rede de Zonas para o Ecoturismo (PNG, 2005), estão sendo adaptadas e integradas com base nas necessidades e realidades atuais.

²² **Texto adaptado da publicação: Pesca Esportiva em Terras Indígenas no Médio Rio Negro, Povos Indígenas no Brasil 2011/2016, Instituto Socioambiental, de autoria de Camila Barra.**

Ordenamento da visitação de embarcações

Em Galápagos, as embarcações com fins turísticos devem seguir um protocolo para a visitação. Inicialmente, devem obter uma licença de operação turística, que trata-se de um documento indispensável para a realização de atividades nos locais de visitação permitidos dentro das Áreas Protegidas de Galápagos, administradas pela Direção do Parque Nacional de Galápagos. O período de validade da licença é anual. Todas as operações turísticas têm um itinerário com os locais a visitar e, de acordo com a modalidade solicitada e autorizada, os itinerários podem ter horas específicas para a realização das visitas.

III. DESENVOLVIMENTO DA FILEIRA DO TURISMO RESPONSÁVEL

Objetivo geral do eixo estratégico

Melhorar a qualidade da oferta turística na RBABB por meio de investimentos nas pequenas infraestruturas de base que se enquadram na perspectivas ecoturísticas, ademais de promover o incentivo ao empreendedorismo nacional, à cooperação entre os stakeholders e às boas práticas dos empreendimentos turísticos.

Objetivos específicos

III.a) Melhorar as capacidades de acolhimento do visitante (infraestrutura, acesso, informação, etc);

III.b) Apoiar o desenvolvimento de produtos com incentivos ao empreendedorismo nacional;

III.c) Fomentar as boas práticas do Turismo Responsável no setor privado;

III.d) Realizar um marketing turístico para o arquipélago de forma responsável, coordenada e compatível com as circunstâncias ecológicas, sociais e culturais.

Ações/medidas

Objetivo específico III.a

Melhorar as capacidades de acolhimento do visitante na RBABB.

²³ Texto adaptado de Reck, G. et al (2011), System of Managing Visitors of the Galapagos National Park.

²⁴ Art. 66 do Estatuto Administrativo do Parque Nacional das Galápagos.

Ação III.a.1: Reabilitar a infraestrutura aeroportuária e melhorar a eficiência dos serviços no aeroporto em Bubaque e Bolama;

Ação III.a.2: Construir um hospital de referência nas Ilhas (Bolama e Bubaque) e um barco hospital itinerante que percorra e possa assegurar situações de emergência nas distintas ilhas;

Ação III.a.3: Melhorar as condições de conforto, segurança e oferta de transporte público, com base num sistema de transporte pendular e articulado a diferentes níveis de forma a assegurar a ligação com o continente e a ligação inter-ilhas no interior do arquipélago;

Ação III.a.4: Implementar centros de informação turística em locais estratégicos de Bissau e da RBABB;

Ação III.a.5: Realizar ações de formação para a melhoria da qualidade dos serviços turísticos (ver Eixo VI);

Ação III.a.6: Reforçar parcerias com instituições (embaixadas, fundações, universidades, organismos internacionais, empresas) para iniciar um projeto de recuperação do património arquitetónico e monumentos de Bolama e das outras ilhas do arquipélago.

Objetivo específico III.b

Apoiar o desenvolvimento de produtos com incentivos ao empreendedorismo nacional.

Ação III.b.1: Criar um programa de incubadora de pequenos negócios ligados ao turismo responsável (operadoras, empresas de transporte, serviços de hospedagem, etc.);

Ação III.b.2: Criar linhas de financiamento e crédito específicos para essas iniciativas;

Ação III.b.3: Criar circuitos turísticos pilotos direcionados a quem mora no país (guineenses e residentes) de forma a estimular a demanda nacional;

Ação III.b.4: Criar circuitos turísticos diversificados e integrados na RBABB que fortaleçam a fileira do turismo responsável (ver eixos IV e V).

Objetivo específico III.c

Fomentar boas práticas do Turismo Responsável no setor privado

Ação III.c.1: Definir normas de qualidade turística para os empreendimentos e atividades turísticas existentes na RBABB.

Sub-ações:

- Aprimorar a Grelha de Avaliação Social e Ambiental dos Empreendimentos Turísticos instalados nas Áreas Protegidas da Guiné-Bissau (anexo da Carta da Política Nacional) com base nos critérios do GSTC (Conselho Global de Turismo Sustentável);
- Elaborar um guião sobre as normas de qualidade para os empreendimentos.

Ação III.c.2: Capacitar um pool de técnicos do IBAP, AAAC e Sector para realizar a avaliação, monitoria e seguimento;

Ação III.c.3: Realizar ações de sensibilização e qualificação para empresários e gestores sobre as normas de Avaliação Social e Ambiental dos Empreendimentos Turísticos;

Ação III.c.4: Aplicar a ferramenta, recolher as informações e emitir pareceres a respeito da situação dos empreendimentos;

Ação III.c.5: Definir os parâmetros para ajustes de conduta dos empreendimentos que encontram-se em discordância com as normas;

Ação III.c.6: Aplicar os termos de ajuste de conduta e acompanhar o seu cumprimento;

Ação III.c.7: Estabelecer um sistema de licença para uso turístico aplicado aos empreendimentos mediante o pagamento de uma taxa periódica para financiar a governança do Turismo Responsável no território;

Ação III.c.8: Criar uma premiação nacional para as iniciativas de destaque no âmbito do Turismo Responsável.

Objetivo específico III.d

Promover o Turismo no arquipélago por meio de uma estratégia de marketing responsável

Ação III.d.1: Elaborar um Estudo de Mercado e Plano de Marketing para o Turismo Responsável na RBABB.

Sub-ações:

- Estudar e selecionar os mercados internacionais prioritários para o país;
- Desenvolver um portal virtual com informações turísticas de qualidade;
- Selecionar operadoras internacionais reconhecidas pelas boas práticas para a realização de famtrips (viagens de familiarização);
- Apoiar o fomento de parcerias entre empresas nacionais e as empresas estrangeiras para acesso ao mercado internacional;
- Participar em feiras internacionais reconhecidas pelo foco no Turismo Responsável;
- Participar em premiações internacionais ligadas à Conservação;
- Apoiar a realização de FAMPRESS trips (imprensa) em canais de mídia especializados;
- Realizar exposições itinerantes sobre a RBABB em países emissores;
- Produzir materiais de promoção e divulgação das áreas protegidas (T-shirts, bonés, souvenirs, etc.) para venda e utilização em feiras e eventos internacionais.

Inspirações

O ordenamento da fileira do Turismo Responsável em Bonito

Uma pequena cidade no interior do Brasil chamada Bonito foi lançada como destino turístico quando sua beleza natural foi revelada ao país pela televisão em 1990. A região ficou famosa por suas águas cristalinas, cachoeiras, cavernas, montanhas e vida selvagem. Com a chegada dos turistas, os stakeholders locais começaram a ter algumas preocupações: de que o turismo não regulamentado pudesse afetar o ambiente - em particular, as águas cristalinas - dos possíveis efeitos negativos que a concorrência entre as empresas causaria se cada uma pretendesse maximizar o número de turistas nos atrativos. Igualmente, preocuparam-se com a satisfação dos turistas e com a reputação do destino no mercado de ecoturismo. Foi nesse contexto que o setor privado e as autoridades públicas (articuladas em um Conselho Local de Turismo) perceberam que o desenvolvimento do turismo em Bonito precisava ser gerido dentro da capacidade de carga do ambiente natural e das instalações disponíveis. Os atrativos naturais, mesmo localizando-se em propriedades privadas, passaram a ter uma determinação de número máximo de visitantes por dia. Os agendamentos dos passeios passaram a ser obrigatoriamente centralizados nas agências de turismo do município. Graças a uma comunicação constante entre as fazendas - onde os atrativos estão localizados - e as agências, é possível realizar os agendamentos dos passeios com horário definido. Todas as operadoras de Bonito utilizam o mesmo sistema de voucher único. O voucher confere os serviços de um guia local credenciado (obrigatório nos passeios), a entrada no destino e a atividade a ser realizada. A emissão do documento garante também a tributação das atividades turísticas no município - reduzindo a informalidade e a sonegação - e permite a monitorização dos impactos econômicos do ecoturismo. O voucher único é o principal instrumento de controlo e ordenamento da atividade turística em Bonito. Em 2013, Bonito foi eleito o melhor destino de Turismo Responsável do mundo, durante o WTM (World Travel

Market), em Londres. Os juízes da premiação ficaram impressionados com o sistema de voucher e fizeram questão de reconhecer a sua contribuição para a sustentabilidade do destino.

Boas práticas na relação operadora turística e comunidades

A operadora Estação Gaboraba atua na Amazônia Brasileira no segmento de Ecoturismo e Turismo de Base Comunitária há mais de uma década e tem se destacado na construção de parcerias justas com as comunidades. As parcerias estabelecidas entre as comunidades e a Estação Gaboraba têm como premissa que:

- a) o turismo seja planejado e desenvolvido a partir da comunidade;
- b) as atividades cumpram um papel estruturante e complementar ao modo de vida local;
- c) se estabeleçam oportunidades de aprendizagem mútua (intercâmbio de saberes entre turistas e comunidades);
- d) exista transparência nas relações e a partilha equitativa dos recursos financeiros; e
- e) as comunidades e os turistas sejam envolvidos em atividades de conservação da natureza.

Dentre as **práticas** adotadas pela operadora, estão:

- Valorizar a força do trabalho coletivo, sempre atuando com grupos representativos das comunidades [não beneficiando apenas uma família];
- Respeitar os acordos de cada grupo, adaptando sua forma de operar em cada lugar conforme as tomadas de decisões das comunidades locais;
- Realizar reuniões participativas nas comunidades, convidando amplamente os moradores, para que desde o planejamento, incluindo a formatação do roteiro e do orçamento, a avaliação e o acompanhamento do trabalho, sejam feitos de forma transparente e coletiva;
- Incentivar a criação de grupos de trabalho nas comunidades (alimentação, hospedagem, condução de trilhas, artesanato, etc.) e o sistema de rodízio entre as famílias que atuam nessas atividades, para que em cada roteiro seja uma equipe diferente de moradores participando diretamente;
- Possibilitar um incremento na renda das famílias envolvidas no ecoturismo, sempre com duas formas de pagamentos: a) direto, para os serviços prestados diretamente pelas famílias envolvidas no dia do passeio; b) indireto, para um fundo comunitário que permita que todos os moradores sejam beneficiados com as visitas, mesmo que não atuem diretamente no dia do roteiro;
- Promover a transparência, pois gera confiança e, a médio e longo prazo, reforça as

relações. Essa confiança e a autonomia das comunidades estão sempre em primeiro lugar, mesmo quando são também para dar margem ao erro;

- Cuidar sempre da boa comunicação;

- Por último, contribuir para o estabelecimento de uma inovação no âmbito das relações econômicas de compra e venda de produtos turísticos, na qual moradores e turistas na Amazônia estão apoiando a construção de uma sociedade mais participativa, inclusiva e amigável com o ambiente.

IV. CAPITAL NATURAL E PATRIMÓNIO CULTURAL

Objetivo geral do eixo estratégico

Reforçar a conciliação entre a conservação e a valorização do capital natural e do património cultural por meio da promoção do Turismo Responsável.

Objetivos específicos

IV.a) Promover a compreensão entre os atores da RBABB de que os serviços ecossistêmicos e o patrimônio cultural são essenciais para o turismo;

IV.b) Apoiar o desenvolvimento de produtos que utilizem de forma sustentável os serviços ecossistêmicos e o património cultural;

IV.c) Garantir que o Turismo Responsável possa contribuir financeiramente para atividades relacionadas à pesquisa e manejo das Áreas Protegidas.

Ações/medidas

Objetivo específico IV.a

Promover a compreensão entre os atores de que os serviços ecossistêmicos e o património cultural são essenciais para o turismo

Ação IV.a.1: Estabelecer parcerias com universidades e/ou instituições científicas para a realização de pesquisas sobre serviços ecossistêmicos e património cultural na RBAAB;

Ação IV.a.2: Realizar ações de formação para gestores públicos, profissionais do terceiro setor, representantes comunitários e empresários em temas relacionados aos serviços ecossistêmicos e o património cultural;

Ação IV.a.3: Desenhar uma campanha de comunicação e sensibilização acerca dos serviços ecossistêmicos ligados ao turismo .

Objetivo específico IV.b

Apoiar o desenvolvimento de produtos que utilizem de forma sustentável os serviços ecossistêmicos e o património cultural.

Ação IV.b.1: Elaborar um calendário de atividades culturais, produtivas e de observação das espécies conciliado com as condições climáticas e a temporada de turistas, de forma a promover roteiros com base em uma sinergia responsável entre oferta e demanda ;

Ação IV.b.2: Integrar circuitos de ecoturismo com foco na observação de fauna e fotografia de natureza percorrendo distintas zonas ecológicas do Arquipélago de forma a interligar as 3 AMPs (birdwatching, tartarugas marinhas, hipopótamos, etc.);

Ação IV.b.3: Integrar roteiros que articulem atrativos naturais, culturais e científicos (exemplo: caminhada de longo percurso no PN Orango Eticoga – Anhor);

Ação IV.b.4: Alavancar o roteiro de ecoturismo de base comunitária em Anhor (ver eixo V);

Ação IV.b.5: Elaborar roteiros de turismo científico e/ou voluntariados (nos moldes da Wildlife Act – ver inspirações) criando sinergias positivas entre o turismo e as atividades de pesquisa e conservação em curso (tartarugas marinhas, aves aquáticas, moluscos, manatim, etc.);

Ação IV.b.6: Estruturar roteiros com foco nos aspetos culturais da cultura Bijagó (turismo de tabanca ou turismo comunitário – palmeira, arroz, savana, tarrafe, óleo e vinho de palma, conchas) (ver eixo V);

Ação IV.b.7: Integrar roteiros nas AMPs do Arquipélago com outras APs e/ou destinos nacionais do continente ou da sub-região de forma a ampliar e diversificar a oferta.

²⁷ Exemplo da campanha realizada pelo ICMBio, órgão ambiental brasileiro responsável pela gestão das Áreas Protegidas: <https://www.youtube.com/watch?v=pDUBkKo5uj4>

Objetivo específico IV.c

Garantir que o Turismo Responsável possa contribuir financeiramente para atividades de conservação dos serviços ecossistêmicos.

Ação IV.c.1: Desenhar mecanismo de Pagamento por Serviços Ambientais para as atividades de visitação de cruzeiros e pesca desportiva responsável gerido pela Fundação Bio-Guiné;

Ação IV.c.2: Levantar recursos para atividades de fiscalização e de pesquisas na RBABB.

Inspirações

Pagamento por Serviços Ambientais no Ecoturismo

A empresa & Beyond, inicialmente chamada CC Africa, foi criada em 1990 e atua no segmento de ecoturismo em vários países africanos, na Ásia e na América Latina. Atualmente, são 29 hotéis de selva e 18 escritórios de propriedade da empresa espalhados pelos três continentes. Logo após sua criação, a empresa adotou como uma de suas estratégias de atuação socioambiental apoiar a criação de uma organização sem fins lucrativos independente, com base local (em África) e que trabalha em colaboração com a & Beyond. A ONG chamada Fundação África visa facilitar o empoderamento e o desenvolvimento das pessoas que vivem dentro ou perto das áreas protegidas da vida selvagem em África, estabelecendo parcerias entre as iniciativas de conservação e as comunidades locais. São desenvolvidas ações com as temáticas de educação, saúde, desenvolvimento de pequenos negócios, conservação do meio ambiente e formação de lideranças. A parceria entre a empresa &Beyond e a Fundação África já dura mais de 25 anos e os resultados desta aliança são monitorizados e divulgados por meio de um website . Além dos recursos diretos anuais repassados do caixa da &Beyond para a Fundação África, a ONG tem outros parceiros financeiros. A empresa de ecoturismo ajuda na captação de doadores para a Fundação. O modelo da &Beyond é um tipo de arranjo de pagamento por serviços ambientais relacionados ao turismo que direciona os recursos a uma Fundação com capacidade técnica para desenvolver as ações de cunho socioambiental.

Sinergias entre Pesquisa Científica e Turismo

Na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mamirauá, Amazônia Brasileira, existem dois exemplos interessantes de parcerias entre pesquisadores e um empreendimento de Ecoturismo de Base Comunitária, a Pousada Uacari. A pesquisa sobre o boto-vermelho (*Inia geoffrensis*), uma das mais longas envolvendo cetáceos no mundo, realiza palestras

²⁸ Exemplos: meses de avifauna, de tartaruga, de hipopótamos, de atividades culturais e produtivas, meses de chuva, meses de atividades científicas, período de turistas, etc.;

informativas para todos os grupos de visitantes que chegam à Reserva. Em troca, o projeto recebe uma taxa por turista atendido, além de ter a oportunidade de sensibilizar sobre a conservação da espécie e divulgar o trabalho feito para potenciais financiadores. Outro arranjo realizado entre o projeto Boto-Vermelho e a atividade de turismo trata-se de uma parceria com a organização Global Vision International (GVI), que envia voluntários que pagam pela oportunidade de estar junto aos pesquisadores, acompanhando e participando das atividades do projeto no terreno. Na mesma Área Protegida, o Projeto Iauaretê estuda a ecologia, dieta e dinâmica populacional de onça-pintada. Muito se sabe hoje sobre essa espécie em uma área de várzea, mas as interações negativas com os humanos ainda são um problema difícil de resolver. Como um meio para a conservação da onça-pintada foram propostas atividades de ecoturismo científico voltado a esse felino. É um meio do turista vivenciar o dia a dia do pesquisador, aprender as técnicas de pesquisa e ainda ter a oportunidade de procurar as onça-pintadas monitorizadas. A atividade tem o objetivo de gerar renda para ajudar a financiar a pesquisa, gerar benefícios econômicos para as comunidades locais e promover a ideia entre os moradores locais de que a onça-pintada viva pode render mais economicamente do que morta.

Na África, a Wildlife Act é uma organização que atua com programas de turismo científico (voluntariado) em trabalhos de conservação de espécies ameaçadas e prioritárias. A organização tem 11 anos e conquistou, em 2018, o 2º lugar na premiação mundial de Turismo Responsável no WTM de Londres, na categoria Best for Wildlife Conservation. Os juízes da premiação reconheceram a contribuição cumulativa que a Wildlife Act vem fazendo para a conservação, trabalhando em parceria com os profissionais de conservação em Botswana, Seychelles e África do Sul. Segundo os juízes, os voluntários têm sido fundamentais para ajudar a recolher os dados necessários para tomar decisões informadas sobre a conservação efetiva das espécies da fauna selvagem africana ameaçadas ou em perigo de extinção. Os voluntários, cuja faixa etária varia de 18 anos a mais de 65, realizam atividades de monitorização diária da vida selvagem, salvam e tratam animais apanhados em armadilhas, transportam animais para outras reservas e recolhem dados essenciais para contribuir para decisões de manejo.

²⁹ <https://www.andbeyond.com/impact/africa-foundation/>

V. ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE E JUVENTUDE

Objetivo geral do eixo estratégico

Fomentar a participação da comunidade e da juventude no desenvolvimento do turismo de forma a melhorar as oportunidades de trabalho, estimular o empreendedorismo comunitário (Turismo de Base Comunitária), maximizar o acesso aos benefícios económicos, garantir o envolvimento local nas decisões e fortalecer o apoio das comunidades às Áreas Marinhas Protegidas.

Objetivos específicos

V.a) Melhorar as condições e oportunidades de trabalho nos empreendimentos turísticos;

V.b) Fomentar a participação e o empreendedorismo juvenil e de mulheres no Turismo Responsável;

V.c) Garantir a distribuição dos recursos económicos advindos do turismo.

Ações/medidas

Objetivo específico V.a

Melhorar as condições e as oportunidades de trabalho nos empreendimentos turísticos privados

Ação V.a.1: Criar um Programa de Primeiro Emprego para jovens, em parceria com as instituições de formação académica e profissional;

Ação V.a.2: Criar uma política de incentivo para a contratação de trabalhadores locais e para a ocupação de postos gestores pelos mesmos;

Ação V.a.3: Criar um centro de formação profissional para o Turismo em Bolama ou Bubaque em parceria com organizações internacionais;

Ação V.a.4: Estabelecer cotas de contratação de populações locais nos empreendimentos turísticos;

Ação V.a.5: Disseminar informações sobre Responsabilidade Social e o papel do Setor Privado no apoio ao Turismo.

Objetivo específico V.b

Fomentar a participação e o empreendedorismo juvenil e de mulheres no Turismo Responsável

³⁰ <https://wildlifeact.com/>

Ação V.b.1: Identificar coletivos interessados em participar e/ou empreender no turismo e apoiar e/ou fortalecer o processo de articulação e formação destes coletivos;

Sub-ações:

- Animar o processo de reflexão e discussão sobre o foco de atuação dos coletivos;
- Fortalecer a participação dos jovens e das mulheres;
- Apoiar o processo planejamento e regularização (associação, cooperativa);
- Promover ações de intercâmbio e troca entre os coletivos em formação e iniciativas/empreendimentos já estabelecidos;
- Criar um programa de capacitação para as organizações sociais juvenis;

Ação V.b.2: Formar um grupo de guias/monitores ambientais locais;

Ação V.b.3: Criar um programa de apoio e financiamento de projetos de produção artística e cultural dos Jovens da RBABB;

Ação V.b.4: Criar um programa de apoio e financiamento de projetos de gastronomia tradicional e artesanato para mulheres;

Ação V.b.5: Promover a qualificação dos comunitários interessados no trabalho com o turismo (ver Eixo VI);

Ação V.b.6: Criar e/ou dinamizar roteiros pilotos de turismo comunitário na área de atuação dos coletivos.

Sub-ações:

- Desenhar roteiros com operadores interessados e os coletivos fomentando parcerias responsáveis (articular com o objetivo específico b do eixo III);
- Elaborar um plano de negócios simplificado para as iniciativas;
- Realizar viagens experimentais para fins de teste, avaliação e ajustes dos roteiros;
- Implementar o roteiro definitivo e a estratégia de comercialização prevista no Plano.

³¹ Exemplos: jovens de Menegue e de Bubaque, Anhor, comunidades de Urok, etc.;

Ação V.b.7: Incentivar o desenvolvimento de arranjos produtivos locais que promovam a sinergia entre produtos da socio-biodiversidade e o turismo responsável;

Sub-ações:

- Incentivar a implantação de sistemas agroflorestais;
- Incentivar a pesca artesanal;
- Apoiar a transformação de pescados, moluscos, frutas, etc.;
- Incentivar a integração dos produtos localmente transformados (doces, compotas, mel, flor de sal, etc);
- Fortalecer o aproveitamento de pratos típicos da culinária local no turismo;
- Estimular a produção de artesanato;
- Apoiar a atividade de apicultura.

Objetivo específico V.c

Garantir a distribuição equitativa dos recursos económicos do turismo.

Ação V.c.1: Desenhar arranjos para maximizar a distribuição dos benefícios financeiros do turismo;

Ação V.c.2: Direcionar recursos do turismo para projetos sociais previamente selecionados pelo Conselho Regional de Turismo (estrutura de governança proposta).

Inspirações

Protagonismo das Comunidades no Turismo

Em muitos destinos turísticos do planeta, as comunidades locais possuem uma participação bastante periférica no desenvolvimento do turismo, fato que contribui para se perpetuar um modelo de turismo promotor de desigualdades e impactos socioambientais. Com essa necessidade de se criar modelos mais justos de turismo, que envolvam as comunidades colocando-as no centro das tomadas de decisão, surgem inúmeras iniciativas ao redor do mundo.

No Brasil, a terminologia mais utilizada para esse modo de fazer turismo é o Turismo Comunitário ou Turismo de Base Comunitária (TBC). São inúmeras as iniciativas de TBC existentes no país e que acontecem em ambientes rurais, urbanos, nos diversos biomas do país, em contextos de Áreas Protegidas e de Terras Indígenas. O principal coletivo formado para discutir e fomentar essas iniciativas é a Rede Turisol, que se “caracteriza pela união de diversas organizações no Brasil que desenvolvem projetos de turismo comunitários e que buscam, através da união e troca de experiências, fortalecer as iniciativas existentes e despertar outras comunidades para a construção de um turismo diferente.” Reconhecendo a importância que o TBC vem tomando no contexto de Terras Indígenas e Áreas Protegidas - e com o aumento da demanda dos povos e comunidades em envolver-se com turismo -, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) têm se aproximado de forma significativa ao tema nos últimos anos.

Nos países hispanoamericanos, o Turismo Comunitário ou Turismo Rural Comunitário (nomenclaturas mais comumente utilizadas) ocorre em praticamente todos os países, com destaque para Equador, Colômbia, Costa Rica, Guatemala e Bolívia. O fórum mais representativo das iniciativas do continente é a Rede de Turismo Rural Comunitário Sustentável da América Latina (REDTURS), que reúne comunidades camponesas, indígenas, instituições de apoio e profissionais.

Na África Sub-Sahariana, o Turismo de Base Comunitária é promovido em muitos países. A África do Sul, por exemplo, possui políticas nacionais específicas voltadas para a atividade. São várias as formas de Turismo de Base Comunitária existentes nestes países, as quais contemplam distintos segmentos (ecoturismo, aventura, etc.) e arranjos de gestão variados - desde parcerias de comunidades com empresas até modelos de empreendimentos comunitários autogeridos. O Bulungula Lodge, para exemplificar um caso, é uma pousada para mochileiros localizada na costa que tem a comunidade Nqileni

³² <https://www.projetobagagem.org/historico-1>

³³ **Série Turisol de Metodologias no Turismo Comunitário:** <https://www.projetobagagem.org/veja-aqui>

³⁴ **Determinou na Instrução Normativa que estabelece normas e diretrizes para a visita com fins turísticos nas Terras Indígenas, que a atividade a ser desenvolvida nas TIs deve ser de base comunitária**

³⁵ **Em 2017, o ICMBio publicou um documento com os princípios e diretrizes da atividade de Turismo de Base Comunitária nas Áreas Protegidas Federais:** http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/turismo_de_base_comunitaria_em_uc_2017.pdf

³⁶ <https://www.facebook.com/groups/redturs/>

³² <http://bulungula.com/>

como proprietária e gestora. O negócio era originalmente uma joint-venture com um parceiro do setor privado que esteve envolvido durante dez anos. Durante esse tempo, o empreendimento alcançou lucratividade e a comunidade foi treinada para administrar o alojamento. O parceiro privado retirou-se do empreendimento em 2014 e a comunidade assumiu a gestão integral a partir desse momento. Durante os dez anos de joint venture, o negócio ajudou a estabelecer várias empresas de propriedade da comunidade que criaram empregos e renda para 33 famílias, além daquelas empregadas diretamente na pousada. Esses negócios de base comunitária incluem um restaurante e atividades relacionadas ao turismo. Em 2007, a empresa criou a Incubadora Bulungula, uma organização sem fins lucrativos que trabalha em projetos de educação, saúde e infraestrutura na comunidade.

Operadora de Turismo apóia projetos de micro-créditos

A operadora One Seed destina 10% da sua receita (não lucros) em projetos locais de micro-créditos. Fundada em 2010 por uma equipa de professores, guias e pesquisadores, com sede no estado do Colorado, Estados Unidos, já realizou mais de 700 empréstimos, investindo US\$ 350.000 em esquemas de microfinanças nos destinos onde operam: Nepal, Chile, Argentina, Tanzânia, Colômbia e Perú. Os empréstimos são destinados ao empreendedorismo local em atividades relacionadas à agricultura, varejo, pecuária, serviços de alimentação, etc. A operadora também possui uma enorme equipa de guias locais, empregando mais de 40 pessoas em todos esses destinos. Outro fato notável é que 90% destes esquemas de microfinanciamento se destinaram a mulheres empresárias, em países onde há desafios relacionados a questões de gênero.

Promovendo Produtos da Sociobiodiversidade em Áreas Protegidas Federais do Brasil

Em 2018, o Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade, homólogo brasileiro do IBAP, lançou um Catálogo de Produtos da Sociobiodiversidade ofertados pelos povos e comunidades tradicionais habitantes das Áreas Protegidas gerenciadas pelo órgão ambiental. Nas 66 áreas protegidas federais geridas diretamente pelo ICMBio atuam 128 cooperativas ou associações que se destacam pela organização socioprodutiva comunitária, fomentam a geração de renda local e envolvem diretamente mais de 25 mil trabalhadores. A publicação do catálogo busca promover a valorização do patrimônio natural e cultural do país e ainda oportunizar informação e conhecimento para a sociedade, divulgando a atuação das Associações e Cooperativas e seus produtos, sua origem, visando gerar oportunidades de melhores negócios com a possibilidade de se estabelecer relações mais justas e diretas entre os ofertantes e demandantes da produção agroextrativista.

³⁸ <https://www.oneseedexpeditions.com/>

³⁹ **“Produtos da Sociobiodiversidade são bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem” (Plano Nacional para a Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade – PNPSB, 2009).**

⁴⁰ Para acessar o catálogo: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/catalogo_de_produtos_da_sociobiodiversidade_do_brasil.pdf

VI. DESENVOLVIMENTO/ REFORÇO DE CAPACIDADES

Objetivo geral do eixo estratégico

Implementar um programa de reforço e desenvolvimento de capacidades nos níveis Institucional, Organizacional e de Pessoas, promovendo assim as condições adequadas para se atingir os objetivos do Plano Diretor.

Objetivos específicos

VI.a) Aprimorar a qualificação dos técnicos e gestores da área turística com foco na indústria cultural, no protagonismo juvenil e prevenção de riscos do turismo, com base em abordagens modernas de planificação e gestão;

VI.b) Aprimorar a qualificação dos técnicos e estruturas das áreas protegidas em planificação e participativo, facilitação de grupos e gestão de conflitos;

VI.c) Desenvolver capacidades nas comunidades e coletivos juvenis para a elaboração e gestão de projetos;

VI.d) Capacitar os atores da RBABB para a Gestão Compartilhada nas instâncias de Governança do Território.

Ações/medidas

Objetivo específico VI.a

Aprimorar a qualificação dos técnicos e gestores da área turística com foco na indústria cultural, no protagonismo juvenil e prevenção de riscos do turismo, com base em abordagens modernas de planificação e gestão.

Ação VI.a.1: Com apoio de parceiros da Cooperação, criar um programa modular de qualificação de gestores com duração de 4 anos com os temas: indústria cultural, planificação e gestão participativa, Técnicas de Hosting e Comunicação Não-Violenta;

Ação VI.a.2: Implementar um Programa de Capacitação para o Turismo Responsável;

Objetivo específico VI.b

Aprimorar a qualificação dos técnicos e chefes de Parque e Áreas Protegidas em Turismo e Uso Público, planificação participativa, facilitação de grupos e gestão de conflitos.

Ação VI.b.1: Implementar um Programa de Capacitação de Planificação e Gestão do Turismo em Áreas Protegidas;

Ação VI.b.2: Prospetar possibilidades de bolsas para técnicos do IBAP e da SECTUR para capacitação no exterior;

Ação VI.b.3: Programa de Reforço de Capacidades de Gestão Participativa e de Conflitos para Chefes de Parque e de Áreas Protegidas baseado na Pedagogia da Cooperação.

Objetivo específico VI.c

Desenvolver capacidades nas Comunidades e coletivos juvenis para a elaboração e gestão de projetos

Ação VI.c.1: Programa de desenvolvimento de capacidades comunitárias e de coletivos juvenis baseado no modelo da educação por alternância das casas-família rurais;

Ação VI.c.2: Promover o intercâmbio de conhecimentos e diálogo entre tabancas de diferentes ilhas do Arquipélago com experiências bem sucedidas;

Ação VI.c.3: Promover um intercâmbio de técnicos, gestores, representantes juvenis comunitários e empresários locais em parceria com instituições brasileiras, nomeadamente Instituto Mamirauá e Instituto Socioambiental, nas temáticas de Ecoturismo de Base Comunitária e Pesca Desportiva Responsável de Base Comunitária.

Objetivo específico VI.d

Capacitar os atores da RBABB para a Gestão Compartilhada nas instâncias de Governança do Território.

Ação VI.d.1: Criar “Escolas de Governança” nas ilhas principais do Arquipélago para apoiar o desenvolvimento de processos de gestão compartilhada.

Inspirações

Os processos de capacitação das organizações, dos atores sociais envolvidos na fileira do turismo e, principalmente, das comunidades e coletivos juvenis da RBABB não podem ser processos que destoem da dinâmica cultural e do caráter colaborativo que permeia a proposta do Turismo Responsável. Por essa razão, apresentamos três abordagens muito consistentes e alinhadas com o respeito a interculturalidade, inclusão de todos os atores com respeito e igualdade e principalmente, focadas na cooperação e não na competição.

Pedagogia da Cooperação

O Projeto Cooperação é uma organização que oferece soluções colaborativas voltadas ao processo de desenvolvimento individual e coletivo. Atua em diferentes contextos, por meio de consultoria, palestras, workshops, processos de Design Colaborativo, Cursos de Pós-graduação e Cursos Livres de Curta Duração, além do Festival Internacional da Cooperação (FICOO). Utiliza os Jogos Cooperativos e outras Metodologias Colaborativas, principais instrumentos de sua abordagem de trabalho. A Pedagogia da Cooperação combina leveza, profundidade, conhecimento e experiência. Além disso, o Projeto Cooperação acredita no acolhimento e na inclusão da diversidade, pois pessoas e ideias diferentes abrem possibilidades para a cooperação se desenvolver, a partir de novas soluções para determinada situação e da criação de ideais que só ocorrem em “encontros”.

<https://projetocooperacao.com.br/>

Programa Germinar

O Programa Germinar é uma formação que proporciona caminhos de desenvolvimento individual que ampliam a consciência e permitem a construção de ambientes sociais saudáveis.

Criado em 2003, a partir da iniciativa de alguns profissionais que haviam passado pela Formação de Consultores da Adigo e entendiam que os conteúdos e metodologia ali experimentados poderiam expandir seu alcance e se transformar em importante ferramenta para a conscientização e formação de lideranças sociais e empreendedores locais. Incentivada pela Adigo, acolhida e apoiada pelo EcoSocial, a ideia concretizou-se com a realização das primeiras turmas no interior da Bahia, que marcaram o início dessa história de sucesso. Atualmente é o principal programa da ComViver. Ao longo de sua

trajetória, o Germinar:

- Teve mais de 4.000 pessoas que passaram pela formação.
- Formou mais de 40 facilitadores e facilitadoras do programa, o que possibilita a realização cerca de 20 turmas por ano.
- Realizou turmas em mais de 40 locais, distribuídos em 14 estados brasileiros, Distrito Federal, além de estar consolidado na Argentina, Chile e México.

Conteúdo da formação

O Programa acontece em 5 módulos, em regime de imersão, com intervalo médio de 2 meses:

Módulo 1 – Entendendo a facilitação de Processo: Visa a compreensão do papel de facilitador de processos e da dinâmica de desenvolvimento de indivíduos, grupos e organizações.

Módulo 2 – Conhecendo as organizações: Aprofunda os conceitos e as habilidades necessárias para a facilitação de processos de mudança organizacional.

Módulo 3 – Entendendo a Dinâmica dos Conflitos: Trabalha o fenômeno conflito, identificando suas características, possíveis consequências e como atuar nessas situações.

Módulo 4 – Fazendo Acontecer: Aplica os conceitos aprendidos para atendimento e elaboração de planos de ação para clientes externos, a partir de situações reais trazidas pelos clientes.

Módulo 5 – Biografia do Ser Humano: Com a análise da biografia como ferramenta de autoconhecimento, o participante elabora um plano de ação para os próximos 04 anos.

A formação tem por base a Ecologia Social com abordagem Antroposófica.

Para mais informações: <https://comviver.net/programas/programa-germinar-2/>

Casa Família Rural

As Casas Familiares Rurais (CFRs) tiveram origem na França na década de 1930 por iniciativa de um grupo de famílias camponesas interessadas na formação profissional aliada à educação humana para seus filhos. Hoje, essa forma diferenciada de ensino está disseminada nos quatro cantos do planeta. No estado do Paraná, Brasil, o processo de implantação das Casas Familiares Rurais iniciou em 1988 seguida pelos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul com discussões dos agricultores e envolvimento das comunidades.

A oferta de escolarização nas CFRs acontece na forma de organização curricular integrada ao Ensino Secundário, ou Ensino Secundário com qualificação esta sob a responsabilidade da prefeitura do município. As aulas são ministradas em tempo integral, em três séries anuais e em regime de internato. Para os cursos Técnicos há uma carga horária de Estágio Profissional Supervisionado, prevista na Matriz Curricular.

Objetivos

- Possibilitar aos jovens do campo o conhecimento teórico e prático, para que tenham condições de trabalhar em sua propriedade rural e, assim, permanecerem no campo;
- Profissionalizar os jovens do meio rural assumindo a proposta pedagógica curricular integrada ao Ensino Médio;
- Elevar o nível de escolarização dos jovens rurais contribuindo para a melhoria dos índices da qualidade de vida das famílias;
- Aplicar os conhecimentos técnico-científicos organizados a partir dos conhecimentos familiares e por meio da metodologia da Pedagogia da Alternância;
- Oferecer aos jovens rurais, uma formação humana integral, adequada à sua realidade que lhes possibilite o exercício da cidadania plena nas comunidades rurais e o associativismo;
- Estimular no jovem rural o espírito de vivência em comunidade;
- Comprovar a possibilidade de viabilizar uma agricultura sustentável por meio de técnicas de produção agropecuária adequadas, de transformação e de comercialização dos produtos.

Organização

A oferta de escolarização nas CFRs acontece na forma de organização curricular integrada ao Ensino Médio, ou Ensino Médio com qualificação está sob a responsabilidade da prefeitura do município. As aulas são ministradas em tempo integral, em três séries anuais e em regime de internato. Para os cursos Técnicos há uma carga horária de Estágio Profissional Supervisionado, prevista na Matriz Curricular. Os alunos do Ensino Médio além da educação básica ainda recebem a qualificação profissional em atividades agropecuárias e agroecológicas e os alunos dos Cursos Técnicos quando terminam o curso recebem diploma de técnico.

Estrutura de Funcionamento

A Casa Familiar Rural apresenta uma forma diferenciada de aprendizado com base na concepção Pedagogia da Alternância, onde os alunos, filhos de produtores rurais e de localidades distantes podem ter acesso ao Ensino Médio e Técnico gratuito sem se desligarem de suas atividades na propriedade ao que se chama de tempo escola e tempo comunidade, ou seja, os alunos ficam uma semana na Casa Familiar Rural e uma semana em casa desenvolvendo as atividades práticas referentes à teoria aprendida no tempo escola, utilizando o conhecimento oriundo do meio rural vinculado ao necessário aprofundamento técnico-científico sistematizado.

Durante a semana na propriedade ou no meio profissional, o jovem desenvolve o Plano de Estudo elaborado junto aos professores e a turma. O aluno apresenta o Plano para a família discute o tema com a mesma e/ou comunidade provocando reflexões, planejando

soluções e realizando experiências, disseminando assim novas técnicas nas comunidades. Na semana em que estão na Casa Familiar Rural, os jovens apresentam o resultado do Plano de Estudo (colocação em comum) e com ajuda dos professores discutem as dificuldades levantadas na propriedade e buscam a articulação entre o conhecimento prático com o teórico científico para compreender e solucionar os problemas.

Manutenção

Cada Casa Familiar Rural possui um coordenador responsável pela administração e é mantida por meio de um Termo de Cooperação Técnica firmado entre a Seed e a Prefeitura do município. A Seed disponibiliza os professores da base nacional comum e de formação específica e a equipe pedagógica da Escola Base por sua vez, a prefeitura do município disponibiliza o coordenador, os profissionais de apoio e a estrutura física, material de consumo, alimentos, transporte e etc. Algumas Casas Familiares Rurais ainda contam com apoio financeiro de outras entidades. As CFRs possuem uma Associação de Pais que participa ativamente de todo o processo de criação e manutenção das mesmas, bem como de todas as atividades culturais e pedagógicas desenvolvidas no cotidiano escolar. Estabelece contato e articulações necessárias com outras entidades do entorno da comunidade.

Para o desenvolvimento do espírito de solidariedade as famílias dos jovens contribuem com aquilo que produzem em suas propriedades, para a alimentação dos estudantes na semana em que estes estão na CFR (partilha).

Os jovens das Casas Familiares Rurais desenvolvem a consciência crítica, a capacidade de entender melhor o mundo que o cerca, e passam a ser mais atuantes dentro de sua família e das comunidades em que vivem.

Para mais informações:

<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=185>,
<http://www.fetags.org.br/index.php?idp=MjY=&ids=Mjk=>

PARTE 6: IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA

O universo de instituições intervenientes no Plano Diretor é amplo e, portanto, faz-se necessário uma designação de papéis que oriente a intervenção do instrumento. Para tal, um quadro organizacional e institucional preliminar é proposto (Quadro 09), reunindo os principais intervenientes, seus perfis e seus papéis principais na estratégia de intervenção

Quadro 9: Quadro organizacional e institucional de intervenção do Plano.

Interveniente	Natureza	Papéis principais na implementação
Casa do Ambiente	Não governamental	- Sede, animação e braço executivo do Sistema de Governança do Turismo Responsável. - Coordena o funcionamento do Conselho Regional de Turismo Responsável da RBABB (ver anexo I) - Participa da Comissão Nacional de Política Pública do Turismo Responsável; - Integra órgão colegial de análise e monitorização de acordos de cessão de terras; - Coordena a estratégia de comunicação do Plano; - Participa da articulação Subregional (RAMPAO, etc.);
IBAP	Governamental	- Participa ativamente dos Conselhos do Sistema de Governança do Turismo Responsável da RBABB e da Comissão Nacional de Política Pública do Turismo Responsável; - Coordena o corpo técnico do observatório do Turismo Responsável; - Integra órgão colegial de análise e monitorização de acordos de cessão de terras; - Coordena ações no âmbito das AMPs da RBABB; - Participa da articulação Subregional (RAMPAO, etc.); - Executa ações de captação de recursos; - Coordena e supervisiona parcerias técnico-científicas com instituições estrangeiras; - Advocacia ambiental; - Realiza ou articula capacitações.
SECTUR	Governamental	- Participa ativamente do Sistema de Governança do Turismo Responsável da RBABB; - Integra o corpo técnico do observatório do Turismo Responsável; - Coordena a Comissão Nacional de Política Pública do Turismo Responsável; - Realiza articulação ministerial; - Assegura orçamento estatal mínimo; - Participa da articulação Subregional (RAMPAO, etc.); - Captação de recursos; - Advocacia; - Participa em eventos internacionais promocionais; - Realiza ou articula capacitações.
AAAC	Governamental	- Participa ativamente do Conselho Regional do Sistema de Governança do Turismo Responsável da RBABB e da Comissão Nacional de Política Pública;

		- Integra o corpo técnico do observatório do Turismo Responsável; - Integra órgão colegial de análise e monitorização de acordos de cessão de terras; - Fiscaliza o cumprimento das normas de qualidade dos empreendimentos; - Aplica penalizações, quando necessário; - Realiza Plano de Gestão Ambiental (lixo, saneamento, etc.).
Administração Territorial	Governamental	- Participa ativamente do Conselho Regional do Sistema de Governança do Turismo Responsável da RBABB e da Comissão Nacional de Política Pública; - Coordena criação do estatuto das ilhas sagradas; - Coordena órgão colegial de análise e monitorização de acordos de cessão de terras.
Administração Regional	Governamental	- Participa ativamente dos Conselhos do Sistema de Governança do Turismo Responsável da RBABB e da Comissão Nacional de Política Pública; - Integra órgão colegial de análise e monitorização de acordos de cessão de terras; - Assegura orçamento e condições para as administrações locais; - Executa plano de infraestrutura e gestão ambiental.
UICN Guiné-Bissau	Não governamental	- Participa do Sistema de Governança da RBABB e da Comissão Nacional de Política Pública; - Integra o corpo técnico do observatório do Turismo Responsável; - Articula parcerias técnico-científicas (Comissão Mundial de Áreas Protegidas WCPA, etc.); - Captação de recursos; - Apoio à capacitação; - Advocacia.
ONGs atuantes no território (Tiniguena, AD, CDB-habitat, etc.)	Não governamental	- Participam ativamente do Sistema de Governança do Turismo Responsável da RBABB e da Comissão Nacional de Política Pública; - Integram o corpo técnico do observatório do Turismo Responsável; - Integram órgão colegial de análise e monitorização de acordos de cessão de terras; - Captação de recursos; - Apoio à capacitação; - Parceria na execução de projetos junto às comunidades.
Associações locais (jovens, mulheres, etc.)	Comunitária	- Participação e animação dos Conselhos Locais do Sistema de Governança do Turismo Responsável da RBABB; - Representação no Conselho Regional do Sistema de Governança da RBABB e na Comissão Nacional de Política Pública; - Execução de projetos; - Fiscalização do Turismo no seu território; - Participação em capacitações.
Empresários parceiros	Iniciativa privada	- Participação dos Conselhos Locais do Sistema de Governança do Turismo Responsável da RBABB; - Representação no Conselho Regional do Sistema de Governança da RBABB e na Comissão Nacional de Política Pública; - Parceria na execução de projetos; - Disponibilização de vagas de trabalho e estágio para a população; - Parcerias em capacitações; - Parcerias para a promoção.

A lógica de implementação da estratégia do Plano considera uma perspectiva de longo prazo e leva em conta a prioridade das ações, a fase de execução das mesmas e a entidade responsável pela coordenação da ação. O quadro 12 descreve os critérios considerados na proposta de implantação da estratégia.

Quadro 10: Critérios considerados para a priorização das ações

Critérios	Descrição
Prioridade da Ação	Alta: ação fundamental e prioritária de natureza estruturante que requer atenção desde o início da implementação do Plano. Média: ação importante e necessária que para efetivar-se depende de uma estruturante. Baixa: ação necessária, mas não urgente, que depende de ações estruturantes anteriores.
Fase de Execução	Fase I: estruturante, compreende os 4 primeiros anos do Plano. Fase II: compreende o período do ano 5 ao ano 8. Fase III: consolidação, compreende o período do ano 9 ao ano 10.
Responsável	Entidade (es) que coordenará (ão) a execução da ação.

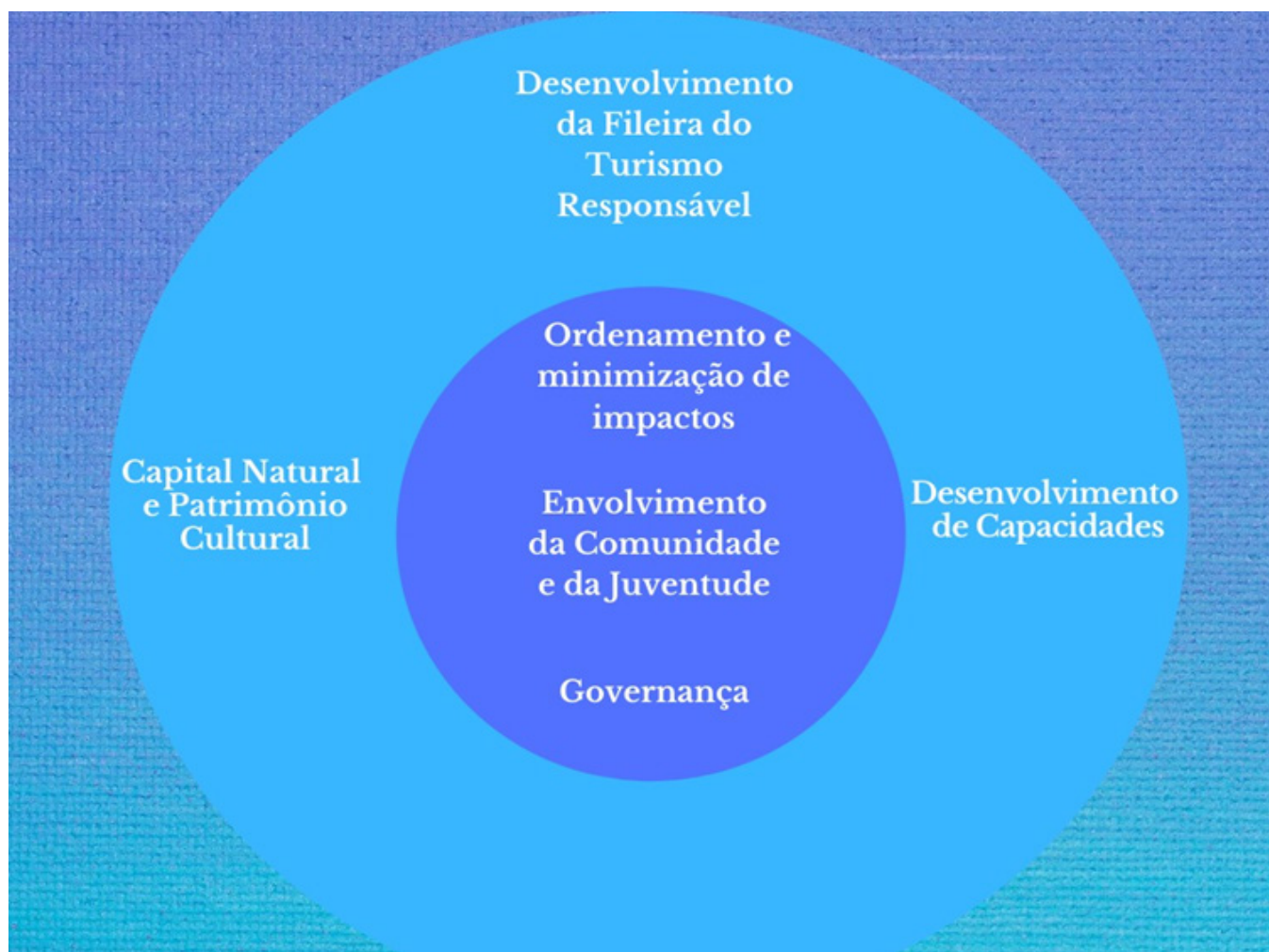
A título de exemplo da lógica de implementação proposta, podemos utilizar uma metáfora visual, imaginando uma pedra atirada a um lago, que desencadeia círculos (ondas) concêntricos na superfície. No centro, encontram-se as ações de natureza estruturante, portanto de alta prioridade, que devem ser realizadas na fase inicial do Plano e preparam a próxima onda que envolve as ações subsequentes, estas localizadas mais distantes do núcleo. As ações de prioridade média e baixa são também importantes e necessárias, porém dependem da execução prévia das ações de alta prioridade (estruturantes).

Essa metáfora busca apoiar a percepção de que, tendo em vista o caráter incipiente do Turismo Responsável na RBABB, a fragilidade das instituições, as pressões sociais, ecológicas e culturais que já estão presentes na realidade local, bem como a necessidade de dar uma resposta às comunidades da RBABB, as medidas adotadas precisam ter coerência temporal e estratégica.

Assim, os eixos de governança, ordenamento e minimização de impactos e envolvimento da comunidade e da juventude funcionam como os alicerces de uma casa e são considerados estruturantes - para assegurar a integridade do território, promover um processo de tomada de decisões inclusivo e plural e maximizar a distribuição de benefícios a nível local – concentram a maior parte das ações na Fase I. Tal estratégia não exclui a possibilidade de que algumas ações relacionadas aos demais eixos - também relevantes para o desenvolvimento integral do Turismo Responsável na RBABB - sejam realizadas na Fase I, mas as concentra, em sua maioria, nas fases II e III.

A figura abaixo busca exemplificar de forma visual essa lógica da implementação.

Figura 8: Visualização da lógica de implementação do Plano



O quadro lógico da implementação do Plano está descrito a seguir, com a conciliação das ações, nível de prioridade, fase de execução e entidade envolvida na execução da ação.

Quadro 11: Síntese da implementação da estratégia.

Eixo estratégico	Objetivo específico	Ações	Prioridade	Fase de execução	Responsável
Eixo I: Governança	I.a) Fortalecer o Turismo Responsável enquanto política pública, promovendo uma visão alinhada a nível nacional e na RBABB	Ação I.a.1: Criar uma Comissão Nacional de implementação da política pública para o Turismo Responsável	Alta	Fase I	MTA
		Ação I.a.2: Rever e realizar ajustes nas funções e organigramas das secretarias e departamentos (a nível nacional e regional)	Alta	Fase I	MTA e Administração Regional
		Ação I.a.3: Promover seminários periódicos para discutir o Turismo Responsável	Alta	Todas as fases	MTA, IBAP, UICN
		Ação I.b.1: Aprimorar o quadro jurídico e normativo associado à atividade turística (ver sub-ações para mais detalhes)	Alta	Fase I	Comissão Nacional de Política Pública
	I.b) Salvaguardar os direitos das populações tradicionais - assim como as zonas sagradas e/ou áreas de elevado interesse ecológico – do processo de especulação imobiliária	Ação I.b.2: Estruturar órgão colegial para analisar e monitorizar os acordos de cessão de terras	Alta	Fase I	Ministério da Administração Territorial
		Ação I.b.3: Dar ampla divulgação às leis e normas vigentes relacionadas ao turismo	Alta	Todas as fases	MTA, IBAP, AAAC e Casa do Ambiente
		Ação I.c.1: Fortalecer as estruturas regionais do governo (Delegacia de Turismo de Bolama-Bubaque e Administração Local)	Alta	Fase I	MTA e Administração Regional
	I.c) Fortalecer os governos locais e operacionalizar as instâncias participativas de governança para o turismo	Ação I.c.2: Criar/adaptar e validar a estrutura de governança do Turismo Responsável da RBABB (ver sub-ações para mais detalhes)	Alta	Fase I	Casa do Ambiente MTA, IBAP
		Ação I.c.3: Criar mecanismos para o financiamento das estruturas de governança (ver sub-ações para mais detalhes)	Alta	Fase I	MTA e IBAP
		Ação I.d.1: Estruturar o Observatório do Turismo Responsável da RBABB (ver sub-ações para mais detalhes)	Alta	Fase I e II	IBAP, Casa do Ambiente, MTA, AAAC
	I.d) Monitorizar e avaliar o desenvolvimento, a gestão e a coordenação do turismo no território	Ação I.d.2: Estabelecer parcerias técnico-científicas para geração de conhecimento e informação para a gestão de impactos	Alta	Fase I e II	IBAP, AAAC

Eixo II: Ordenamento e Minimização de Impactos	II.a) Definir o sistema de zonagem turística da RBABB em consonância com o processo de zonagem territorial em curso	Ação II.a.1: Concluir a identificação, seleção e cartografia dos sítios de interesse ecológico e cultural da RBABB, definindo zonas de vocação turística com tipos e níveis de uso possíveis, bem como as áreas de uso interdito (ver sub-ações para mais detalhes)	Alta	Fase I	IBAP
	II.b) Estabelecer e Implementar o sistema de gestão de visitas da RBABB	Ação II.b.1: Criar e/ou aprimorar as normas e regras de visitação dentro das zonas de uso turístico (ver sub-ações para mais detalhes)	Alta	Fase I	IBAP, Casa do Ambiente
		Ação II.b.2: Definir os respectivos limites de uso turístico de cada área	Alta	Fase I	IBAP, Casa do Ambiente
		Ação II.b.3: Implementar uma estratégia de comunicação e divulgação do Sistema de Gestão de Visitas da RBABB para os <i>stakeholders</i> e visitantes	Alta	Fase I	IBAP, MTA e Casa do Ambiente
	II.c) Estabelecer medidas de prevenção, controlo de impactos e restauração ambiental	Ação II.c.1: Mapear os principais vetores de pressão e impacto, assim como as áreas sensíveis e vulneráveis	Alta	Fase I	AAAC, IBAP, Sec. Meio Ambiente
		Ação II.c.2: Realizar plano de restauração das zonas degradadas	Média	Fase II	AAAC, IBAP e Administração regional
		Ação II.c.3: Apoiar o fortalecimento do Conselho de Concertação do Desenvolvimento Urbano em Bubaque	Alta	Fase I	Administração Regional
		Ação II.c.4: Criar e implementar uma política de saneamento básico com especial atenção a sistemas duráveis de recolha e tratamento do lixo	Alta	Fase I e II	MAB-DGDS, IBAP, Administração Regional, AAAC
	II.d) Implementar, testar e avaliar projetos pilotos de ordenamento turístico	Ação II.c.5: Fiscalizar de forma partilhada as zonas turísticas buscando a prevenção e controlo de impactos	Alta	Fase I e II	IBAP, AAAC e Administração regional
		Ação II.c.6: Promover campanhas de educação, sensibilização a respeito da vulnerabilidade ecológica e sociocultural do destino, bem como campanhas de combate a impactos negativos do turismo (ver sub-ações para mais detalhes)	Alta	Fase I	IBAP, MTA, AAAC e Casa do Ambiente
		Ação II.d.1: Realizar um projeto piloto de ordenamento de pesca desportiva responsável (ver sub-ações para mais detalhes)	Alta	Fase I	IBAP, MTA e Casa do Ambiente

		Ação II.d.2: Realizar um plano piloto de ordenamento para visitas de cruzeiros (ver sub-ações para mais detalhes)	Alta	Fase I	IBAP, MTA e Casa do Ambiente
		Ação II.d.3: Realizar um projeto piloto de turismo de tabanca (ver sub-ações para mais detalhes)	Alta	Fase I	IBAP, MTA e Casa do Ambiente
		Ação III.a.1: Reabilitar a infraestrutura aeroportuária e melhorar a eficiência dos serviços no aeroporto	Média	Fase II	Min. Infraestrutura e MTA
		Ação III.a.2: Construir um hospital de referência nas Ilhas e um barco hospital itinerante que percorra as distintas ilhas	Alta	Fase II	Min. da Saúde, Min. Infraestrutura
		Ação III.a.3: Melhorar as condições de conforto, segurança e oferta de transporte público	Média	Fase I e II	Min. Infraestrutura e MTA
		Ação III.a.4: Implementar centros de informação turística em locais estratégicos de Bissau e da RBABB	Alta	Fase I	MTA e Casa do Ambiente
		Ação III.a.5: Realizar ações de formação para a melhoria da qualidade dos serviços turísticos	Alta	Fase I e II	MTA
		Ação III.a.6: Realizar parcerias com instituições (embaixadas, fundações, universidades, organismos internacionais, empresas) para iniciar um projeto de recuperação do património arquitetónico de Bolama	Média	Fase II	Governo de Bolama, Min. Infraestrutura e MTA
		Ação III.b.1: Criar um programa de incubadora de pequenos negócios ligados ao turismo responsável	Média	Fase II	MTA
		Ação III.b.2: Criar linhas de financiamento e crédito específicos para essas iniciativas	Média	Fase II	MTA
		Ação III.b.3: Criar circuitos turísticos pilotos direcionados a quem mora no país (guineenses e residentes) de forma a estimular a demanda nacional	Média	Fase II	MTA, IBAP e negócios encubados
		Ação III.b.4: Criar circuitos turísticos diversificados e integrados na RBABB que fortaleçam a fileira do turismo responsável	Média	Fase II	MTA, IBAP e negócios encubados
		Ação III.c.1: Definir normas de qualidade turística para os empreendimentos e atividades turísticas existentes na RBABB (ver sub-ações para mais detalhes)	Alta	Fase I	IBAP, AAAC, MTA e Casa do Ambiente
Eixo III: Desenvolvimento da Fileira do Turismo Responsável	III.a) Melhorar as capacidades de acolhimento do visitante				
	III.b) Apoiar o desenvolvimento de produtos com incentivos ao empreendedorismo nacional				
	III.c) Fomentar boas práticas do Turismo Responsável no setor privado				

Eixo IV: Capital Natural e Património Cultural	III.d) Promover o Turismo no arquipélago por meio de uma estratégia de marketing responsável	Ação III.c.2: Capacitar um pool de técnicos do IBAP e Sector para realizar a avaliação	Alta	Fase I	IBAP, AAAC, MTA
		Ação III.c.3: Realizar ações de sensibilização e qualificação para empresários e gestores sobre as normas	Alta	Fase I e II	Casa do Ambiente, IBAP, AAAC, MTA
		Ação III.c.4: Aplicar a ferramenta, recolher as informações e emitir pareceres a respeito da situação dos empreendimentos	Alta	Fase II	AAAC, Casa do Ambiente, IBAP e MTA
		Ação III.c.5: Definir os parâmetros para ajustes de conduta dos empreendimentos que encontram-se em discordância com as normas	Alta	Fase II	AAAC, MTA, IBAP e Casa do Ambiente
		Ação III.c.6: Aplicar os termos de ajuste de conduta e acompanhar o seu cumprimento	Alta	Fase II	AAAC
		Ação III.c.7: Estabelecer um sistema de licença para uso turístico aplicado aos empreendimentos mediante o pagamento de uma taxa periódica para financiar a governança do Turismo Responsável no território	Alta	Fase II	AAAC, IBAP e MTA
		Ação III.c.8: Criar uma premiação nacional para as iniciativas de destaque no âmbito do Turismo Responsável	Baixa	Fase III	UICN, MTA, IBAP e AAAC
		Ação III.d.1: Elaborar um Estudo de Mercado e Plano de Marketing para o Turismo Responsável na RBABB (ver sub-ações para mais detalhes)	Média	Fase II	MTA, IBAP e UICN
	IV.a) Promover a compreensão entre os atores da RBABB de que os serviços ecossistémicos e o património cultural são essenciais para o turismo	Ação IV.a.1: Estabelecer parcerias com universidades e/ou instituições científicas para a realização de pesquisas sobre serviços ecossistémicos e património cultural na RBAAB	Alta	Fase II	IBAP
		Ação IV.a.2: Realizar ações de formação para gestores públicos, profissionais do terceiro setor, representantes comunitários e empresários em temas relacionados aos serviços ecossistémicos e o património cultural	Alta	Fase II	IBAP, UICN e MTA
		Ação IV.a.3: Desenhar uma campanha de comunicação e sensibilização acerca dos serviços ecossistémicos ligados ao turismo	Alta	Fase I	IBAP, UICN e MTA

IV.b) Apoiar o desenvolvimento de produtos que utilizem de forma sustentável os serviços ecossistêmicos e o patrimônio cultural	Ação IV.b.1: Elaborar um calendário de atividades culturais e de avistamento de fauna conciliado com as condições climáticas e a temporada de turistas	Alta		Fases I e II	IBAP e MTA
	Ação IV.b.2: Elaborar circuitos de ecoturismo com foco na observação de fauna e fotografia de natureza percorrendo distintas zonas ecológicas do Arquipélago de forma a integrar as 3 AMPs (birdwatching, tartarugas, hipopótamos, etc.)	Alta		Fases I e II	IBAP, ONGs, Associações locais, Empresários parceiros
	Ação IV.b.3: Elaborar roteiros que articulem atrativos naturais, culturais e científicos (exemplo: caminhada de longo percurso no PN Orango)	Alta		Fases I e II	IBAP, ONGs, Associações locais, Empresários parceiros
	Ação IV.b.4: Alavancar o roteiro de ecoturismo comunitário em Anhor	Alta		Fase I	IBAP e MTA
	Ação IV.b.5: Elaborar roteiros de turismo científico nas AMPs criando sinergias positivas entre o turismo e as atividades de pesquisa e conservação em curso (tartarugas marinhas, aves aquáticas, conchas, etc.)	Alta		Fases I e II	IBAP e MTA
	Ação IV.b.6: Estruturar roteiros com foco nos aspectos culturais da cultura Bijagó (turismo de tabanca ou turismo comunitário)	Alta		Fases I e II	IBAP, ONGs, Associações locais, Empresários parceiros
	Ação IV.b.7: Integrar roteiros nas AMPs do Arquipélago com outras APs e/ou destinos nacionais do continente ou da sub-região	Média		Fases II e III	IBAP, ONGs, Associações locais, Empresários parceiros
IV.c) Garantir que o Turismo Responsável possa contribuir financeiramente para	Ação IV.c.1: Desenhar mecanismo de Pagamento por Serviços Ambientais para as atividades de visitação de	Alta		Fase I	IBAP

	atividades de conservação dos serviços ecossistêmicos	cruzeiros e pesca desportiva responsável gerenciado pela Fundação Bio-Guiné	Alta		Fase I	IBAP
Eixo V: Envolvimento da Comunidade e Juventude	V.a) Melhorar as condições e oportunidades de trabalho nos empreendimentos turísticos	Ação IV.c.2: Levantar recursos para atividades de fiscalização e de pesquisas na RBABB	Alta		Fase I	MTA
		Ação V.a.1: Criar um Programa de Primeiro Emprego para jovens, em parceria com as instituições de formação académica e profissional	Alta		Fase I	MTA
		Ação V.a.2: Criar uma política de incentivo para a contratação de trabalhadores locais e para a ocupação de postos gerenciais pelos mesmos	Alta		Fase I	MTA
		Ação V.a.3: Criar um centro de formação profissional para o Turismo em Bolama ou Bubaque em parceria com organizações internacionais	Média		Fase II	MTA e Ministério da Educação
		Ação V.a.4: Estabelecer cotas de contratação de populações locais nos empreendimentos turísticos	Alta		Fase I	MTA
	V.b) Fomentar a participação e o empreendedorismo juvenil e de mulheres no Turismo Responsável	Ação V.a.5: Disseminar informações sobre Responsabilidade Social e o papel do Setor Privado no apoio ao Turismo	Alta		Fase I	Casa do Ambiente e MTA
		Ação V.b.1: Identificar coletivos interessados em participar e/ou empreender no turismo e apoiar e/ou fortalecer o processo de articulação e formação destes coletivos (ver sub-ações para mais detalhes)	Alta		Fase I	Casa do Ambiente, IBAP e MTA
		Ação V.b.2: Formar um grupo de guias/monitores ambientais locais	Alta		Fase I	Casa do Ambiente, IBAP e MTA
		Ação V.b.3: Criar um programa de apoio e financiamento de projetos de produção artística e cultural dos Jovens da RBABB	Média		Fase I	Casa do Ambiente, Sec de Cultura e MTA
		Ação V.b.4: Criar um programa de apoio e financiamento de projetos de gastronomia tradicional e artesanato para mulheres	Média		Fase I	MTA
		Ação V.b.5: Promover a qualificação das comunidades interessadas no trabalho com o turismo	Alta		Fase I	Casa do Ambiente, MTA, IBAP, ONGs

Eixo VI: Desenvolvimento de Capacidades	V.c) Garantir a distribuição dos recursos econômicos advindos do turismo	Ação V.b.6: Criar e/ou dinamizar roteiros pilotos de turismo comunitário na área de atuação dos coletivos (ver sub-ações para mais detalhes)	Alta	Fase I	SECTUR, IBAP, ONGs e Associações locais
		Ação V.b.7: Incentivar o desenvolvimento de arranjos produtivos locais que promovam a sinergia entre produtos da socio-biodiversidade e o turismo responsável (ver sub-ações para mais detalhes)	Média	Fase I	MTA, IBAP, ONGs
		Ação V.c.1: Desenhar arranjos para maximizar a distribuição dos benefícios financeiros do turismo;	Média	Fase I	MTA, IBAP, ONGs
		Ação V.c.2: Direcionar recursos do turismo para projetos sociais previamente selecionados pelo Conselho Regional de Turismo (estrutura de governança proposta)	Média	Fase II	MTA, IBAP, ONGs
	VI.a) Aprimorar a qualificação dos técnicos e gestores da área turística com foco na indústria cultural, no protagonismo juvenil e prevenção de riscos do turismo, com base em abordagens modernas de planificação e gestão;	Ação VI.a.1: Com apoio de parceiros da Cooperação, criar um programa modular de qualificação de gestores com duração de 4 anos com os temas: indústria cultural, planificação e gestão participativos, Técnicas de Hosting e Comunicação Não-Violenta;	Alta	Fases I e II	MTA, IBAP
	VI.b) Aprimorar a qualificação dos técnicos e chefes de parque e áreas protegidas em planificação participativo, facilitação de grupos e gestão de conflitos;	Ação VI.a.2: Implementar um Programa de Capacitação para o Turismo Responsável.	Alta	Fases I e II	MTA, IBAP, ONGs, Associações locais
		Ação VI.b.1: Implementar um Programa de Capacitação de Planificação e Gestão do Turismo em Áreas Protegidas;	Alta	Fase II	MTA, IBAP, ONGs
		Ação VI.b.2: Prospetar possibilidades de bolsas para técnicos do IBAP e da SECTUR para capacitação no exterior;	Média	Fase II	MTA, IBAP, ONGs
		Ação VI.b.3: Programa de Reforço de Capacidades de Gestão Participativa e de Conflitos para Chefes de Parque e de Áreas Protegidas baseado na Pedagogia da Cooperação.	Alta	Fase II	IBAP

	VI.c) Desenvolver capacidades nas comunidades e coletivos juvenis para a elaboração e gestão de projetos;	Ação VI.c.1: Programa de desenvolvimento de capacidades comunitárias e de coletivos juvenis baseado no modelo da educação por alternância das casas-família rurais;	Alta	Fase II	IBAP
		Ação VI.c.2: Promover o intercâmbio de conhecimentos e diálogo entre tabancas de diferentes ilhas do Arquipélago com experiências bem-sucedidas;	Alta	Fase II	MTA, IBAP, ONGs
		Ação VI.c.3: Promover um intercâmbio de técnicos, gestores, representantes juvenis comunitários e empresários locais em parceria com instituições internacionais, nas temáticas de Ecoturismo de Base Comunitária e Pesca Desportiva Responsável de Base Comunitária.	Alta	Fase II	MTA, IBAP, ONGs
	VI.d) Capacitar os atores da RBABB para a Gestão Compartilhada nas instâncias de Governança do Território.	Ação VI.d.1: Criar “Escolas de Governança” nas Ilhas principais do Arquipélago para apoiar o desenvolvimento de processos de gestão compartilhada.	Alta	Fase II	MTA, IBAP, ONGs, Associações locais

PARTE 7: SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

Como estratégia de seguimento e avaliação do Plano, propõe-se metas para cada objetivo específico definido, bem com indicadores de resultado. Igualmente, são sugeridas avaliações periódicas do desempenho da implementação e revisões do documento em momentos determinados.

7.1 Metas e Indicadores

Quadro 12: Metas e indicadores do Plano

Eixo estratégico	Objetivo específico	Metas	Indicadores
Eixo I: Governança	I.a) Fortalecer o Turismo Responsável enquanto política pública, promovendo uma visão alinhada em nível nacional e na RBABB	Instância nacional de concertação para o Turismo Responsável efetivada até 2022	Nº instituições envolvidas, Nº de reuniões anuais, % presença em reuniões
	I.b) Salvarguardar os direitos das populações tradicionais - assim como as zonas sagradas e/ou áreas de elevado interesse ecológico – do processo de especulação imobiliária	01 seminário sobre Turismo Responsável por semestre realizado	Nº de seminários realizados e Nº de participantes
		Legislação turística nacional (lei Base do Turismo, por exemplo) atualizada até 2023	Nº de instrumentos jurídicos revisados, criados e/ou atualizados
		Quadro legal de proteção de zonas sagradas e legislação de acesso a Terra atualizada até 2022	
		Compilação de questões fundiárias estruturado e em operação até 2022	Nº instituições envolvidas, Nº de reuniões anuais, % presença dos órgãos em reuniões
		Acesso ilegal a terra por empresários e conflitos associados reduzidos em 100% até 2023	Nº de tentativas de invasão ou negociação ilegal de áreas, Nº de conflitos
	I.c) Fortalecer os governos locais e operacionalizar as instâncias participativas de governança para o turismo	Conselho Regional do Turismo Responsável da RBABB efetivado até 2022	Nº de conselhos criados, Nº de reuniões anuais, % presença em reuniões
		100% dos Conselhos Locais Turismo Responsável da RBABB efetivados até 2024	

		Mecanismo de financiamento do Sistema de Governança do Turismo implementado até 2023	Nº empresas contribuintes, quantia arrecadada anualmente
Eixo II: Ordenamento e Minimização de Impactos	I.d) Monitorizar e avaliar o desenvolvimento, a gestão e a coordenação do turismo no território	Observatório do Turismo Responsável implementado até 2024	Nº de temáticas monitorizadas, Frequência dos relatórios emitidos
	II.a) Definir o sistema de zonagem turística da RBABB em consonância com o processo de zonagem territorial em curso	Sistema de Zonagem Turística da RBABB discutido e aprovado até 2022	Zonas turísticas, áreas sensíveis e interdições definidas e cartografadas
	II.b) Estabelecer e Implementar o sistema de gestão de visitas da RBABB	Sistema de Gestão de Visitas da RBABB implementado até 2023	Regras definidas e acordadas, capacidade de carga definida
	II.c) Estabelecer medidas de prevenção, controlo de impactos e restauração ambiental	Medidas de prevenção, controlo de impactos e restauração ambiental discutidas, validadas e estabelecidas até 2023	No. de instituições que aplicam as medidas
	II.d) Implementar, testar e avaliar projetos pilotos de ordenamento turístico	2 Projetos Piloto de Ordenamento Turístico implementados até 2024	No. de projetos implementados
Eixo III: Desenvolvimento da Fileira do Turismo Responsável	III.a) Melhorar as capacidades de acolhimento do visitante	Aeroporto reformado até 2025 Barco hospital em funcionamento até 2025 Mais duas linhas de Barcos de transporte governamentais em funcionamento até 2025	No. de novas infraestruturas implantadas
	III.b) Apoiar o desenvolvimento de produtos com incentivos ao empreendedorismo nacional	6 novos Produtos turísticos desenvolvidos pelos empresários nacionais até 2024	Número de novos produtos turísticos desenvolvidos por empresários nacionais
	III.c) Fomentar boas práticas do Turismo Responsável no setor privado	Normas de qualidade turística elaboradas e divulgadas até 2022 Aplicação da norma e implementação de sistema de fiscalização até 2023	Número de operadores que atingem a pontuação mínima no sistema de avaliação de boas práticas de Turismo Responsável
	III.d) Promover o Turismo no arquipélago por meio de uma estratégia de marketing responsável	Estratégia de Marketing Responsável elaborada e implementada até 2024	Site do turismo responsável em funcionamento
Eixo IV: Capital Natural e Património Cultural	IV.a) Promover a compreensão entre os atores da RBABB de que os serviços ecossistémicos e o património cultural são essenciais para o turismo	Capacitações, parcerias e campanhas de sensibilização implementadas até 2025	Percentagem de turistas, comunitários e empresários que se apropriaram da abordagem

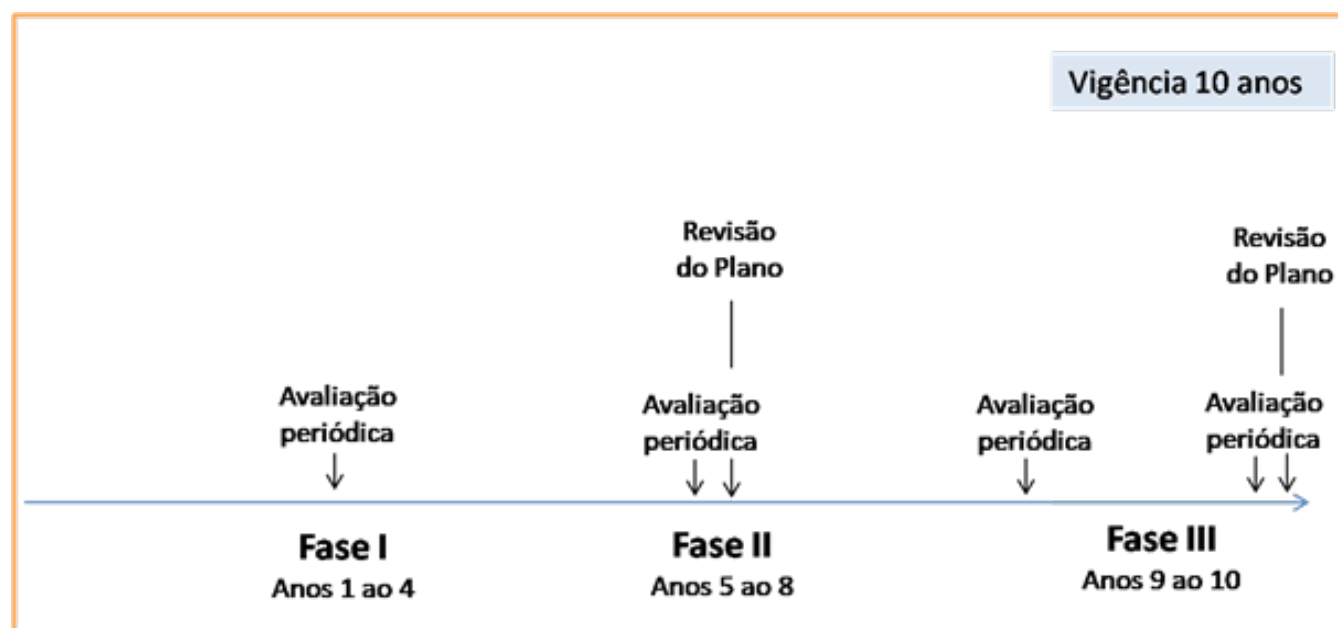
	IV.b) Apoiar o desenvolvimento de produtos que utilizem de forma sustentável os serviços ecossistêmicos e o patrimônio cultural	Produtos Turísticos adotam a abordagem dos serviços ecossistêmicos até 2025	Número de produtos turísticos que adotam a abordagem dos serviços ecossistêmicos
	IV.c) Garantir que o Turismo Responsável possa contribuir financeiramente para atividades de conservação dos serviços ecossistêmicos	30% das taxas recolhidas de operadores turísticos e de turistas reverterem em benefício da conservação dos serviços ecossistêmicos até 2024	Porcentagem das taxas e recursos auferidos com a atividade turística que é revertida para a conservação.
Eixo V: Envolvimento da Comunidade e Juventude	V.a) Melhorar as condições e oportunidades de trabalho nos empreendimentos turísticos	100% dos trabalhadores do turismo têm seus direitos trabalhistas assegurados até 2025	Número de trabalhadores regularizados
	V.b) Fomentar a participação e o empreendedorismo juvenil e de mulheres no Turismo Responsável	80% dos empreendimentos turísticos contratam jovens e mulheres Bijagós até 2025 Pelo menos 5 pequenos projetos de empreendedorismo juvenil e de mulheres financiados e implementados até 2025	Porcentagem bijagós que compõem o quadro de funcionários dos empreendimentos turísticos
Eixo VI: Desenvolvimento de Capacidades	V.c) Garantir a distribuição dos recursos econômicos advindos do turismo	Mecanismo de repasse de recursos do turismo implementado e com aprovação da maioria das comunidades até 2025	Nível de satisfação das comunidades com o mecanismo de repasse
	VI.a) Aprimorar a qualificação dos técnicos e gestores da área turística com foco na indústria cultural, no protagonismo juvenil e prevenção de riscos do turismo, com base em modernas abordagens de planejamento e gestão;	50 técnicos e gestores participando ativamente do Programa de Capacitação até 2026	Número de gestores e técnicos envolvidos no programa de capacitação
	VI.b) Aprimorar a qualificação dos técnicos e chefes de parque e áreas protegidas em planificação participativo, facilitação de grupos e gestão de conflitos;	4 Chefes de Parque e pelo menos 10 técnicos capacitados até 2026	Número de chefes de parque capacitados
	VI.c) Desenvolver capacidades nas comunidades e coletivos juvenis para a elaboração e gestão de projetos;	Pelo menos 5 coletivos juvenis elaboram e implementam projetos de turismo responsável até 2025	Número de coletivos juvenis que conseguem recursos para pequenos projetos

	VI.d) Capacitar os atores da RBABBB para a Gestão Compartilhada nas instâncias de Governança do Território.	Pelo menos 4 atores do governo, 4 empresários, 4 técnicos de ONGs e 20 comunitários das ilhas participam do Programa de capacitação para a governança até 2026	Número de representantes de cada setor envolvidos no Programa de Capacitação
--	---	--	--

7.2 Avaliação, Revisão e Vigência do Plano

A vigência do Plano Diretor de Turismo Responsável da RBABB terá um horizonte temporal de 10 anos. Neste período, são sugeridas avaliações periódicas do cumprimento das metas a cada 2 anos e meio. Igualmente, considera-se importante uma revisão do documento a cada 5 anos. É relevante também que seja garantida a natureza participativa das reuniões de avaliação, assim como o processo de revisão do documento.

Figura 9: Avaliações e revisões propostas para o Plano



PARTE 8: CONSIDERAÇÕES SOBRE POSSIBILIDADES DE FINANCIAMENTO DO PLANO

A disponibilidade e a estabilidade financeira são grandes desafios que as instituições atuantes no Arquipélago encontram para a execução de suas ações de conservação e desenvolvimento. Tal realidade faz com que esses atores institucionais tenham seu modelo de financiamento assente basicamente no curto prazo, dependendo de captação constante de recursos externos. Nesse sentido, é importante que o Plano adote uma estratégia que assegure um financiamento mínimo das ações, com a alocação de recursos oriundos de fontes estatais, assim como possibilidades de autofinanciamento (por meio da própria atividade de turismo). Além disso, é essencial também o aprimoramento dos mecanismos de financiamento vigentes e o mapeamento de modalidades não tradicionais de financiamento (inovadoras) para a alocação mais diversificada e eficiente de recursos.

Assim, uma estratégia de sustentabilidade passa por: 1) Identificação de fontes possíveis; 2) Avaliação do potencial da fonte identificada; 3) Priorização das fontes; 4) Identificação

de medidas necessárias para a captação da fonte; e finalmente, 5) Decisões estratégicas e implementação de medidas identificadas.

Sem a pretensão de realizar um mapeamento exaustivo, a presente seção busca levantar informações sobre os tipos de fontes possíveis para a obtenção de financiamento, bem como identificar algumas instituições e linhas de financiamento que destinam recursos para temáticas que possuam sinergia com o contexto no qual o plano se enquadra.

O Quadro 13 traz sugestões de tipos de fontes de arrecadação. Algumas delas já existem e podem ser aprimoradas/potencializadas (como o sistema de cobrança de taxas para a atividade turística); outras precisarão, muito possivelmente, de instrumentos jurídicos e administrativos para sua viabilização.

⁴² O IBAP, por exemplo, órgão estatal com maior presença no território, apesar de já inscrito no Orçamento Geral do Estado, não recebe financiamentos por essa via (tem, apesar de tudo, um apoio do Estado através da isenção de certas taxas e impostos) (IBAP, 2014). Como estratégia para aumentar a resiliência institucional, foi criada a Fundação Bio-Guiné, com a ideia de se receber fundos diversos que assegurem maior estabilidade e autonomia financeira para execução das ações. No entanto, a Fundação ainda precisa tornar-se operacional.

Quadro 13: Tipos potenciais de financiamento do Plano

Fontes potenciais	Formas de arrecadação	Considerações
Estatual - orçamento nacional	Via orçamento dos Ministérios e Secretarias de Estado.	Fundamental para a garantia de investimento mínimo, sem o qual não é possível promover o ordenamento do Turismo Responsável no Arquipélago. Faz-se necessário o compromisso do governo a aumentar a sua contribuição orçamentária para a atividade - com uma alocação mínima de recursos para a execução do Plano -, atuando de forma integrada no âmbito dos distintos Ministérios e Secretarias.
Taxas de visita turística	Arrecadação direta. Taxas de visita pagas por pessoas ou empresas para entrada às AMPs e para a realização de atividades específicas (pesca, ecoturismo, cruzeiros, etc.).	É importante desenvolver mecanismos de autofinanciamento. A canalização de parte da arrecadação direta do turismo pode contribuir para se levantar recursos para algumas ações fundamentais do Plano. Para tal, é importante tornar o sistema de cobrança mais eficiente e transparente. Reavaliar os valores estipulados atuais e incluir novos valores, como por exemplo, para a categoria de visitantes de cruzeiros.
Concessões e licenças operacionais	Taxas periódicas para a obtenção de licença de uso turístico por parte das empresas atuantes nas AMPs.	Criar um sistema de licença para uso turístico (alinhado ao objetivo III.c) para operadores, empreendimentos de hospedagem e cruzeiros. Parte deste recurso pode ser direcionado ao financiamento de ações do Plano.
Pagamento pelos serviços ambientais da paisagem	Mecanismo específico desenhado para o setor privado (empresa de cruzeiro, por exemplo).	Propor um mecanismo de fomento de projetos/ações socioambientais por meio de repasses financeiros a uma fundação local (similar ao arranjo da empresa &Beyond e a Fundação África descrito no eixo IV). Pode-se avaliar a viabilidade de se fazer via Fundação Bio-Guiné, por exemplo.
Penalizações por descumprimento das normas ou medidas compensatórias por impactos causados.	Pagamento de multas.	Empresas ou pessoas flagradas no descumprimento das regras das AMPs ou que tenham praticado atividade geradora de impacto.
Doações de agências internacionais de cooperação e apoio ao desenvolvimento, ONG, fundações ou indivíduos.	Editais, linhas de financiamento, etc.	Muitas instituições internacionais têm tido um papel importante no financiamento da conservação na Guiné-Bissau e na Subregião, mas ainda há espaço para se incrementar a captação de apoios, sendo a implementação do Plano Diretor de Turismo uma oportunidade.
Cooperação com instituições internacionais para execução de projetos	Convênios interinstitucionais	Parcerias com universidades, ONGs ou outras instituições internacionais para atividades de pesquisa, formação, assessoria técnica, etc. Os aportes, nesse caso, não são de natureza financeira, mas podem contribuir para a execução de ações

		do Plano. É possível pensar também em parcerias com instituições que organizam Programas de Turismo Científico e/ou voluntariado científico como a Save Alliance ou a Wildlife Act, mencionada nas inspirações do eixo V.
Fundos patrimoniais	Doações	O Turismo Responsável funciona como uma vitrine às ações de conservação e desenvolvimento sustentável da região onde ocorre e tem o potencial de sensibilizar e despertar o interesse de grandes doadores. Nesse sentido, Fundações locais que estejam estruturadas e operantes podem beneficiar-se, tais como a Fundação Bio-Guiné.

Potenciais Linhas de financiamento

Embora seja necessário o aprimoramento e/ou criação de fontes diferenciadas de obtenção de recursos a fim de uma maior diversificação, a captação de recursos financeiros via doações (por meio de editais e linhas de financiamento) seguirá sendo importante e pode ser fortalecida. Existem alguns doadores no âmbito da conservação da biodiversidade que tradicionalmente apoiam projetos na Guiné-Bissau e que são familiarizados com os desafios e potenciais do contexto do Arquipélago dos Bijagós. Além disso, várias instituições atuantes no terreno possuem um bom conhecimento sobre os procedimentos requeridos por esses doadores para a submissão de propostas.

A seguir apresentaremos algumas linhas de financiamento atuais divulgadas por instituições de grande porte e que podem ter potencial para o financiamento de eixos do Plano.

Banco Mundial (BM)

O Banco Mundial é um financiador importante de projetos ligados à temática ambiental por meio da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e diversos fundos fiduciários, dentre eles o Fundo Fiduciário do GEF, do qual o Banco Mundial é administrador. A Guiné-Bissau já teve vários projetos ligados à temática ambiental que foram financiados pelo BM, tais como o Guinea-Bissau Biodiversity Conservation Project e o Guinea Bissau Biodiversity Conservation Trust Fund Project, implementados pelo IBAP entre 2011 e 2016. Alguns fundos recentes do BM financiam temáticas ambientais (incluindo Turismo Responsável) e possivelmente podem aplicar-se à RBABB.

- **PROBLUE⁴³** é um novo fundo fiduciário de multidoadores que apoia o desenvolvimento de recursos marinhos e costeiros integrados, sustentáveis e saudáveis. PROBLUE faz parte do programa global da economia azul do Banco Mundial, com cerca de 5,6 bilhões de dólares em projetos ativos, a partir de Março de 2020. O Programa incentiva e apoia propostas de turismo responsável.

Link para o Fundo: <https://www.worldbank.org/en/programs/problue>

- **PROGREEN⁴⁴**, a Parceria Global para Paisagens Sustentáveis e Resilientes, é um Fundo Fiduciário Multi-Doadores do Banco Mundial que apoia os esforços dos países para melhorar os meios de subsistência, ao mesmo tempo em que combate o declínio da biodiversidade, a perda de florestas, a deterioração da fertilidade da terra e o aumento dos riscos, tais como incêndios florestais descontrolados, que são exacerbados por um clima em mudança. PROGREEN concentra-se em três áreas prioritárias: a) gestão de florestas e ecossistemas terrestres; b) gestão das mudanças de uso do solo a partir da agricultura e c) gestão de paisagens envolvendo setores selecionados (como o turismo responsável, por exemplo).

Link para o Fundo: <https://www.worldbank.org/en/programs/progreen/initiatives>

- **O Global Wildlife Program (GWP)⁴⁵** é uma parceria global liderada pelo Banco Mundial, financiada pelo GEF, que promove a conservação da vida selvagem e o desenvolvimento

⁴³ <https://www.worldbank.org/en/programs/problue>

⁴⁴ <https://www.worldbank.org/en/programs/progreen/initiatives>

⁴⁵ <https://www.worldbank.org/en/programs/global-wildlife-program>

sustentável, combatendo o tráfico ilícito de animais selvagens. O programa está na sua Fase II, com uma subvenção de 82 milhões de dólares e atuando em 37 projetos em 32 países da África, Ásia e América Latina. Um dos objetivos do Programa é promover a gestão comunitária dos recursos naturais e o desenvolvimento do turismo responsável.

Link para o Fundo: <https://www.worldbank.org/en/programs/global-wildlife-program>

- **O Global Program on Sustainability (GPS)**⁴⁶ é um Programa voltado especificamente à temática do Capital Natural. O Programa tem o objetivo de promover a utilização de dados e análises de alta qualidade sobre capital natural, serviços ecossistêmicos, e sustentabilidade para melhor informar as decisões tomadas pelos governos, o sector privado, e instituições financeiras. O GPS contempla a parceria Global WAVES que atua em mais de 25 países, vários deles no continente Africano, que inclusive possui uma comunidade de práticas .

Links para o programa:

<https://www.worldbank.org/en/programs/global-program-on-sustainability>

<https://www.wavespartnership.org/>

Links para a comunidade de práticas do continente africano:

<https://ecastats.uneca.org/ncacop>

Outros programas albergados pelo Banco Mundial e que podem constituir-se em fontes potenciais são:

-The Forest Investment Program : <https://www.climateinvestmentfunds.org/topics/sustainable-forests>

-The Dedicated Grant Mechanism for Indigenous Peoples and Local Communities (DGM) : <https://www.dgmglobal.org/home>

-The Forest Carbon Partnership Facility (FCPF) : <https://www.forestcarbonpartnership.org/>

-The BioCarbon Fund Initiative for Sustainable Forest Landscapes (BioCF ISFL) : <https://www.biocarbonfund-isfl.org/>

⁴⁶ <https://www.worldbank.org/en/programs/global-program-on-sustainability>

⁴⁷ <https://www.wavespartnership.org/>

⁴⁸ <https://ecastats.uneca.org/ncacop>

⁴⁹ <https://www.climateinvestmentfunds.org/topics/sustainable-forests>

⁵⁰ <https://www.dgmglobal.org/home>

⁵¹ <https://www.forestcarbonpartnership.org/>

⁵² <https://www.biocarbonfund-isfl.org/>

Global Environment Facility (GEF)

Com 25 anos de funcionamento, a Global Environment Facility (GEF) concedeu cerca de \$20,5 bilhões em subvenções e mobilizou mais \$112 bilhões em co-financiamento para mais de 4.800 projetos em 170 países⁵³. Existem atualmente 18 parceiros de implementação GEF, dentre os quais: African Development Bank (AFDB), International Union for Conservation of Nature (IUCN), United Nations Development Programme (UNDP); United Nations Environment Programme (UNEP); West African Development Bank (BOAD), World Bank Group (WBG), World Wildlife Fund U.S. (WWF)⁵⁴. Outra característica do GEF é o fato de funcionar como mecanismo financeiro para várias convenções internacionais, tais como Convention on Biological Diversity (CBD), United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC).

De acordo com o site do GEF, por volta de 23 projetos nacionais na Guiné-Bissau ligados às mudanças climáticas, biodiversidade, águas internacionais, degradação de solo, etc. já receberam financiamento do GEF por meio de suas distintas agências.

Os fundos do GEF estão disponíveis para atividades nas seguintes áreas focais: **Biodiversidade, Alterações climáticas, Águas internacionais**, Degradação do solo, **Gestão florestal sustentável**, Esgotamento da camada de ozônio, Poluentes orgânicos persistentes.

Além do GEF trust funds, há outros trust funds ligados ao GEF para os quais a Guiné-Bissau pode ser elegível:

-Adaptation fund é destinado a financiar países em desenvolvimento na construção de resiliência e adaptação para as mudanças climáticas (que inclusive já financia um projeto na Guiné-Bissau⁵⁵);

Link para o fundo: <https://www.adaptation-fund.org/>

-The Least Developed Countries Fund (LDCF) é destinado aos países com menores índices de desenvolvimento;

Link para o fundo: <https://www.thegef.org/topics/least-developed-countries-fund-ldcf>

- Special Climate Change Fund (SCCF) é um fundo complementar ligado a questões climáticas que, além de adaptação, também financia transferência de tecnologia, mitigação em setores

⁵³ <https://www.thegef.org/about-us>

⁵⁴ <https://www.thegef.org/partners/gef-agencies>

⁵⁵ <https://www.adaptation-fund.org/project/scaling-climate-smart-agriculture-east-guinea-bissau/>

selecionados, incluindo: energia, transportes, indústria, agricultura, silvicultura e gestão de resíduos; e diversificação económica.

Link para o fundo: <https://www.thegef.org/topics/special-climate-change-fund-sccf>

- **Iniciativa de reforço das capacidades para a transparência (CBIT)**⁵⁶ é destinada aos países não pertencentes ao Anexo I, a fim de cumprir os requisitos de transparência reforçados definidos no artigo 13º do Acordo de Paris.

Link para o fundo: <https://www.thegef.org/topics/capacity-building-initiative-transparency-cbit>

UNEP/PNUD

A Organização das Nações Unidas por meio dos seus distintos Programas também consiste em uma fonte importante para captação de recursos. A UNEP possui o **Fundo para o Ambiente**⁵⁷, fonte de fundos flexíveis, fornecidos pelos Estados Membros. As 7 áreas temáticas apoiadas são: alterações climáticas, catástrofes e conflitos, gestão de ecossistemas, governação ambiental, produtos químicos e resíduos, eficiência de recursos, e análises ambientais. Além dos fundos flexíveis, a UNEP administra os earmarked funds (fundos destinados a temas, países específicos) cujos principais financiadores são GEF, Green Climate Fund e European Commission.

Por sua vez, o PNUD é uma agência de implementação multilateral acreditada para o GEF, Multilateral Fund (MLF), Fundo de adaptação, bem como para o Green Climate Fund (GCF). O PNUD ajudou mais de 150 países a aceder a mais de 4,9 bilhões de dólares a partir destes fundos verticais desde 2010⁵⁸. As áreas temáticas ligadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável apoiadas pelo PNUD são: **biodiversidade e gestão de ecossistemas, florestas**, gestão sustentável da terra e desertificação, **governança da água e dos oceanos**, gestão de produtos químicos e resíduos, e indústrias extractivas. Além disso, o PNUD possui um **programa de pequenas subvenções** bastante ativo e que já apoiou 67 projetos ligados à temática ambiental na Guiné-Bissau desde 2010.

Link para o fundo: <https://sgp.undp.org/>

⁵⁶ <https://www.thegef.org/topics/capacity-building-initiative-transparency-cbit>

⁵⁷ <https://www.unenvironment.org/about-un-environment/funding-and-partnerships>

⁵⁸ <https://www.undp.org/content/undp/en/home/2030-agenda-for-sustainable-development/planet/environment-and-natural-capital.html>

⁵⁹ <https://sgp.undp.org/>

Outra oportunidade também fomentada pelo PNUD é a **Equator Initiative partnership** e que em 2019 premiou o Conselho de Gestão da Área Marinha Protegida Comunitária Urok.

Link para o fundo: <https://www.equatorinitiative.org/>

União Europeia (EU)

O Departamento de Cooperação Internacional e Desenvolvimento da Comissão Europeia possui linhas de financiamento para inúmeras temáticas socioambientais. A linha de **Ecossistemas e Biodiversidade** recebeu apoios na ordem de 2,7 bilhões de dólares no período de 2010 a 2020. Segundo a EU, a maior parte dos investimentos em biodiversidade é utilizada para apoiar as áreas protegidas. Estes fundos são fornecidos através da cooperação bilateral com países parceiros através de subsídios a ONG internacionais e locais que gerem áreas protegidas. A EU tem interesse especial em apoiar parcerias público-privadas (PPP).

Link para o fundo: https://ec.europa.eu/international-partnerships/topics/ecosystems-and-biodiversity_en

Outra linha é a de **Florestas Sustentáveis**⁶⁰ com apoio de 80 milhões de Euros anualmente para apoiar projetos em países em desenvolvimento.

Link para o fundo: https://ec.europa.eu/international-partnerships/topics/sustainable-forestry_en

Existe também a linha chamada **Vida Marinha**⁶¹ que apóia **gestão sustentável da pesca, conservação dos ecossistemas marinhos e costeiros, nomeadamente através da criação e apoio de áreas marinhas protegidas (MPA)**, gestão de resíduos e esforços para reduzir a poluição, investigação e transferência de tecnologia.

Link para o fundo: https://ec.europa.eu/international-partnerships/sdg/life-below-water_en

MAVA

A Fundação MAVA (Foundation pour la Nature) tem sido uma apoiadora importante para a conservação na África Ocidental, região considerada prioritária para atuação da instituição. Na Guiné-Bissau (e no Arquipélago dos Bijagós), a MAVA já apoiou inúmeros projetos ligados

⁶⁰ https://ec.europa.eu/international-partnerships/topics/sustainable-forestry_en

⁶¹ https://ec.europa.eu/international-partnerships/sdg/life-below-water_en

à Biodiversidade, Áreas Protegidas e Sustentabilidade Financeira⁶². No entanto, a MAVA tem um Plano de encerramento de suas atividades previsto para o ano de 2022, data em que cessará o financiamento de projetos. De acordo com a instituição, se surgirem novas oportunidades de financiamento neste período, estas serão realizadas apenas por convite⁶³.

UICN

A UICN é a maior e mais diversificada rede ambiental do mundo e tornou-se uma autoridade global sobre o status do mundo natural e as medidas para o salvaguardar. A UICN tem a colaboração de mais de 1.300 membros institucionais e 15.000 especialistas e financia suas atividades com o apoio de uma grande rede de doadores e parceiros, incluindo governos, instituições multilaterais, organizações intergovernamentais e não governamentais, convenções internacionais, fundações, empresas e indivíduos⁶⁴. A UICN por meio de suas várias comissões, como por exemplo, a Comissão Mundial em Áreas Protegidas⁶⁵ - cada qual com grupos de especialistas, força tarefa e grupos temáticos - constitui-se em importante fonte de acesso à assessoria técnica e à informação, além de um relevante canal de acesso a recursos financeiros.

Bancos de Desenvolvimento

O **Banco Africano de Desenvolvimento (AFDB)** desde 2007 é uma agência implementadora do GEF. Ao longo dos anos, o Banco tem aumentado a sua reserva de projetos relacionados com as alterações climáticas, biodiversidade, conservação da terra e águas internacionais, produtos químicos e questões relacionadas com resíduos no continente africano. Em média, por cada \$1 dos recursos do GEF, o Banco atraiu \$4 em co-financiamento desde que começou a mobilizar fundos do GEF há 13 anos⁶⁶. Alguns programas apoiados pelo AFDB: **AFAWA (Ação Financeira Afirmativa para as Mulheres em África)**⁶⁷; **Africa Climate Change Fund**⁶⁸.

O **Banco de Desenvolvimento da África ocidental**⁶⁹ tem financiado projetos de desenvolvimento público em infraestruturas de apoio à produção, desenvolvimento rural e segurança alimentar, bem como operações que incluem projetos promovidos pelo setor

⁶² Exemplos de projetos apoiados: Appui au fonctionnement et à l'opérationnalisation de la Fondation Bioguiné, Appui structurel au Bureau IUCN en Guinée-Bissau, Ecotourism activities in Orango National Park, Consolidation of sea turtle conservation in the Bijagos archipelago.

⁶³ <https://mava-foundation.org/for-grant-seekers/>

⁶⁴ <https://www.iucn.org/about/donors-and-partners>

⁶⁵ <https://www.iucn.org/commissions/world-commission-protected-areas>

⁶⁶ <https://www.afdb.org/en/topics-and-sectors/initiatives-partnerships/global-environment-facility-gef>

⁶⁷ <https://www.afdb.org/en/topics-and-sectors/initiatives-partnerships/afawa-affirmative-finance-action-women-africa>

⁶⁸ <https://www.afdb.org/en/topics-and-sectors/initiatives-partnerships/africa-climate-change-fund>

⁶⁹ <https://www.boad.org/en/>

privado. As áreas de intervenção do Banco são o desenvolvimento rural, segurança alimentar e ambiente, indústria e agroindústria, infraestruturas, transportes, hotelaria, finanças, e outros serviços. É uma das agências parceiras do GEF.

Outras fontes potenciais

O quadro 14 contempla uma lista com os sites de outras instituições importantes para a busca de apoio financeiro em temas sinérgicos aos do Plano Diretor.

Quadro 14: Instituições com potencial para busca de recursos financeiros

Instituição	Website
Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA)	https://www.international.gc.ca/
Agência de Cooperação Espanhola (AECID)	https://www.aecid.es/EN
Agência Francesa de Cooperação para o Desenvolvimento (AFD)	https://www.afd.fr/en
BIOPAMA	https://action.biopama.org/
CARE	https://www.care-international.org/who-we-are-1
CDB-Habitat	https://www.cbd-habitat.com/
Conservation International (CI)	https://www.conservation.org/places/sub-saharan-africa
Cooperação Dinamarquesa (DANIDA)	https://um.dk/en/danida-en/
Environment Defense Fund	https://www.edf.org/
FAO	http://www.fao.org/africa/en/
FINNIDA (Finlândia)	https://um.fi/development-policy-and-development-cooperation
Ford Foundation	https://www.fordfoundation.org/our-work-around-the-world/west-africa/
GIZ	https://www.giz.de/en/worldwide/africa.html
Instituto Camões	https://www.instituto-camoes.pt/activty/o-que-fazemos/cooperacao/cooperacao-portuguesa
Japan International Cooperation Agency (JICA)	https://www.jica.go.jp/english/index.html
KfW	https://www.kfw-entwicklungsbank.de/International-financing/KfW-Development-Bank/Topics/Biodiversity/
Netherlands Ministry of Foreign Affairs (DGIS)	https://www.government.nl/ministries/ministry-of-foreign-affairs
Netherlands Water Partnership	https://www.netherlandswaterpartnership.com/what-we-do/programmes-and-alliances
Norwegian Environment Agency	https://www.environmentagency.no/
OAK Foundation	https://oakfnd.org/#
Ocean Care	https://www.oceancare.org/en/startpage/
SWISSAID	https://www.swissaid.ch/en/countries/guinea-bissau-en/
The Bird life International	http://www.birdlife.org/africa
The Nature Conservancy (TNC)	https://www.nature.org/en-us/about-us/where-we-work/africa/
USAID	https://www.usaid.gov/
WCS	https://www.wcs.org/
Wetlands International	https://www.wetlands.org/
WWF	https://www.worldwildlife.org/

Para o bom aproveitamento destas fontes potenciais será necessário:

- Acompanhar os ciclos de financiamento destes doadores-chave e o lançamento de editais;
- Estar atento aos programas que não têm prazos específicos e tampouco chamadas para propostas;
- Discutir com os parceiros atuantes no território quem será a entidade a submeter a proposta, dependendo de critérios e requisitos do edital. A pluralidade de instituições na RBABB (governo, ONG, Associações, etc.) é um fator favorável, pois amplia as chances de participação em diversos tipos de editais.

Sinergias para a Cooperação Regional

A África Ocidental caracteriza-se por altos índices de biodiversidade e presença de ecossistemas críticos para a conservação. Dada a existência de espécies migratórias, recursos partilhados de habitats transfronteiriços e a mobilidade dos utilizadores, nomeadamente os pescadores da sub-região, é de fundamental importância abordar a gestão da zona costeira e dos seus recursos a nível subregional⁷⁰. Neste sentido, uma perspectiva de integração, utilizando-se de instâncias já existentes e articulando-se com atores institucionais atuantes neste amplo território, é relevante para o Plano Diretor. Ademais, representa uma oportunidade de captação conjunta de recursos técnicos e/ou financeiros.

A iniciativa RAMPAO⁷¹, a Rede Regional de Áreas Marinhas Protegidas da África Ocidental, que conta com a participação de 7 países – incluindo a Guiné-Bissau – busca promover intercâmbios e troca de conhecimentos, criar sinergias sobre questões de interesse mútuo, operacionalizar as AMPs e reforçar a advocacia, defesa de interesses e representação no cenário internacional, entre outros. Os objetivos e propósitos deste fórum indicam ser o espaço ideal para uma busca de articulação a nível da subregião, mas que dependerá da situação atual da **RAMPAO** em termos de funcionamento efetivo.

Outra iniciativa de integração é o programa **WACA⁷² (West Africa Coastal Areas Management Program)**, um projeto regional com multipaíses que busca apoiar o reforço da resiliência das comunidades e bens costeiros em seis países da África Ocidental - Benim, Costa do Marfim, Mauritânia, São Tomé e Príncipe, Senegal e Togo. Segundo o site da WACA, outros países poderiam eventualmente aderir ao Programa.

⁷⁰ <http://www.rampao.org/Finalite-et-objectif.html?lang=en>

⁷¹ <http://www.rampao.org/>

⁷² <https://www.wacaprogram.org/countries>

PARTE 9: ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO DO PLANO

A gestão da comunicação é um fator determinante para o êxito na implementação do Plano. Para tal, será importante considerar a estratégia nos distintos níveis geográficos - desde o regional ao internacional -, definindo os públicos para os quais a comunicação sobre a RBABB e o Plano se dirigirá, bem como a forma e as instâncias a serem utilizadas, além dos possíveis responsáveis pelas atividades. O processo de implementação do Plano é um processo multi-ator, sendo, portanto, necessário que a comunicação tenha uma coordenação definida e que trabalhe para propiciar o diálogo e o fluxo de informações entre os diversos públicos e instituições envolvidos. Sugere-se que a coordenação da comunicação seja realizada pela Casa do Ambiente, com o apoio de outros atores-chave, que a depender da ação assumem o protagonismo necessário.

É de grande importância uma atenção especial com a qualidade e coerência da comunicação em todas as ações realizadas - seja em documentos, campanhas virtuais, material audiovisual, palestras, etc.-; além do fato de que os materiais devem ser desenhados de forma a respeitar os diferentes públicos existentes, potencializando suas possibilidades de acesso e assimilação da informação. Dessa forma, se incrementarão as chances de se conseguir maior conscientização sobre a RBABB, adesão ao Plano e uma resposta mais eficaz aos problemas que o documento tem o objetivo de mitigar.

Igualmente essencial é a documentação de todo o processo de implementação do Plano, incluindo as lições aprendidas para aprimoramento do instrumento, divulgação entre doadores, bem como socialização de informação junto a parceiros externos. O quadro 15 sugere uma estratégia de comunicação do Plano com atividades prioritárias nos âmbitos regional, nacional e internacional.

Quadro 15: Síntese de uma estratégia de comunicação do Plano

Nível	Objetivos	Atividades	Responsáveis
Internacional	- Difundir os esforços relacionados a planificação e gestão do Turismo Responsável na RBABB, partilhando lições aprendidas no âmbito internacional; - Angariar apoio técnico, político e financeiro.	-Participar de eventos técnico-científicos, redes e fóruns internacionais⁷³; -Participar de premiações internacionais ligadas à Conservação e Turismo Responsável;	Casa do Ambiente IBAP, UICN, SECTUR

⁷³ Tais como: AFRIMAB (<http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/man-and-biosphere-programme/networks/afrimab/>), Congresso de Áreas Protegidas da UICN (World Parks Congress), RAMPAO, etc.

		- Elaborar um portal na internet sobre a RBABB em inglês, francês e português; - Apoiar a produção audiovisual sobre o Arquipélago (documentários, etc.).	
Nacional	- Incrementar o conhecimento da sociedade guineense da região continental sobre os valores naturais e culturais do Arquipélago, bem como sobre a existência da RBABB, de modo a promover o entendimento, apoio e apropriação das questões do território; - Difundir e socializar os objetivos, conteúdo e resultados do Plano Diretor junto aos <i>stakeholders</i> nacionais; - Angariar apoio político e social para ações de conservação da RBABB.	- Publicar uma versão adaptada do Plano (sintética e ilustrativa) para a sociedade civil; - Realizar eventos para socializar o conteúdo do Plano (com <i>stakeholders</i> nacionais, universidades, ministérios, parlamento, ONGs, etc.) - Elaborar material informativo para divulgação nos centros de informação turística; - Elaborar um portal na internet sobre a RBABB em português e crioulo; - Criar e gerir um perfil sobre a RBABB nas Redes Sociais; - Realizar campanhas sobre a importância das Reservas da Biosfera e da RBABB.⁷⁴ - Elaborar newsletter periódica sobre a RBABB e avanços de implementação do Plano (para atores institucionais e doadores)	IBAP, UICN, Casa do Ambiente, SECTUR, ONGs
Regional	- Difundir e socializar os objetivos, conteúdo e resultados do Plano Diretor nas diversas regiões da RBABB, junto às entidades, ao empresariado e às comunidades.	- Elaborar e veicular material de divulgação sobre o Plano (entre comunidades, entidades, empreendimentos turísticos, etc);	Casa do Ambiente, IBAP, rádios comunitárias, ONGs, empresários parceiros
		- Realizar eventos itinerantes para socializar e discutir o conteúdo do Plano; - Criar programa de rádio periódico para veiculação nas rádios comunitárias sobre a RBABB e sobre o Plano (com o envolvimento dos jovens).	

⁷⁴ Exemplo: campanha da WWF para divulgação do conceito de Reserva da Biosfera no Brasil, disponível em: <https://www.wwf.org.br/?74063/As-Reservas-da-Biosfera-explicadas-em-Animacoes>, consultado em: 20/09/2020.
 Site da Cape West Coast Biosphere Reserve: <http://www.capebiosphere.co.za/>, consultado em: 20/09/2020.

PARTE 10: CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Diretor Regional do Turismo Responsável para a Reserva da Biosfera Bolama-Bijagós foi concebido com o objetivo de ser um documento orientador para a política do setor do turismo neste território de inquestionável relevância para a conservação da socio-biodiversidade.

Seu processo de elaboração esforçou-se em fomentar encontros com diferentes grupos de atores e recolha de impressões e visões desses grupos, culminando com a presente estratégia, construída a partir dos problemas e potencialidades identificados nos espaços de diálogo, sem desconsiderar diagnósticos e estudos anteriores.

O documento preocupou-se com uma visão de Turismo alinhada aos objetivos da RBABB e que valoriza a conservação dos ecossistemas - por se tratar de um capital natural sem o qual a atividade turística perde seu valor e sustentabilidade - e também reforça os valores culturais e espirituais locais, essenciais para a manutenção do status de conservação do Arquipélago. Propõe um modelo de ordenamento territorial para a atividade com foco no mínimo impacto, bem como uma proposta de desenvolvimento responsável para a fileira do turismo que potencializa parcerias saudáveis e equitativas. Ademais, o Plano sugere um sistema de governança pensado a partir de um enfoque integrado e colaborativo que garanta a participação multissetorial nas decisões, ao mesmo tempo em que coloca o envolvimento das comunidades (sobretudo jovens e mulheres) no centro do processo - como medida de proteção social, valorização cultural e promoção do desenvolvimento económico inclusivo, equitativo e duradouro.

Entendemos ser desafiador o processo de conciliar, harmonizar e sintetizar distintas visões e entendimentos de um tema que agrega interesses do Estado, da Sociedade Civil Organizada, do setor privado e das comunidades. Reforçamos também a importância da perspectiva de longo prazo do Plano Diretor Regional do Turismo Responsável para a Reserva da Biosfera Bolama-Bijagós, entendendo-o como um documento vivo, que deve ser revisitado e re-discutido sempre que necessário, no seio das instâncias de diálogo e governança do turismo deste sagrado território.

BIBLIOGRAFIA

BANCO MUNDIAL. Crescimento Verde e Inclusivo na Guiné-Bissau: da Visão à Realização. Relatório final, No. ACS22802, junho de 2018.

BENTLEY, R. B. Prospects for Tourism Development. Bijagos Archipelago Biosphere Reserve. Sustainable Tourism Development Associates, International Finance Corporation,

Technical Assistance Trust Fund Program, Swiss Government. 1997.

BENZINHO, J.; ROSA, M. Guia Turístico à Descoberta da Guiné-Bissau 2ª edição revista e atualizada. União Europeia e Afecto com Letras, 2018.

BIORET, F.; CIBIEN, C.; GENOT, J.-C.; LECOMTE, J. A Guide to Biosphere Reserve Management: a Methodology Applied to French Biosphere Reserves. MAB Digest 19. UNESCO, Paris, 1998.

BRITO, B. et al. Turismo em Meio Insular Africano: Potencialidades, Constrangimentos e Impactos. África em Perspectiva. GERPRESS, 2010.

BRITO, B. Preservação Ambiental e Turismo de Natureza em Área Protegida: Iniciativas e Experiências em Contexto Africano. Nature and Conservation, Aquidabã, v.6, n.1, p.6-21, 2013.

CAZALET, B. The reconfiguration of MPA governance and public policies. In Governance of Marine Protected Areas in the least-developed countries, Case studies from West Africa. Edited by Weigel, J.; Féral, F.; Cazalet, B. Fao Fisheries and Aquaculture Technical Paper, N° 548, 2011.

CONSEJO DE GOBIERNO DEL RÉGIMEN ESPECIAL DE GALÁPAGOS. Plan de Desarrollo Sustentable y Ordenamiento Territorial del Régimen Especial de Galápagos. –Plan Galápagos. Puerto Baquerizo Moreno, Galápagos, Ecuador, 2016.

IBAP, MINISTÉRIO DO TURISMO E ARTESANATO E AAAC. Carta de Política Nacional do Ecoturismo na Guiné-Bissau. Bissau, Dezembro de 2018.

IBAP. As Áreas Protegidas da Guiné-Bissau. Guia do Ecoturismo. 2016.

IBAP. Estratégia Nacional para as Áreas Protegidas e a Conservação da Biodiversidade na Guiné-Bissau, 2014-2020.

IBAP. Proposition D'inscription sur la Liste Du Patrimoine Mondial. Archipel des Bijagós. Republique de Guinée-Bissau, 2012.

MTA & IBAP. Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Guiné-Bissau. 28pp. Bissau, 2018.

OZORIO, R.Z.; LIMA, D.V. Turismo Socialmente Responsável nas Ilhas Urok, Guiné-Bissau. Estudo de Caso. IMVF e TINIGUENA, 2019.

POLET F., DE BARROS M. E E. RAMOS. Dinâmicas e impactos da expansão do turismo no Arquipélago dos Bijagós – Lições para a AMPC Urok. CETRI, 2012.

RECK, G. ET AL, System of Managing Visitors of the Galapagos National Park, 2011.

SAID, R. A.; ABREU, A., A Economia Local da Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Urok: Dinâmica, Constrangimentos e Potencialidades. IMVF, TINIGUENA, Comissão Europeia e Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2011.

SARAIVA, C. Os Sítios Sagrados no Arquipélago dos Bijagós. IMVF, 2015.

Sustainable Tourism for Development Guidebook (2013) First edition: 2013

Synthese Du Rapport Diagnostic Diachronique du Tourisme en Guinee Bissau.

UNESCO. A New Roadmap for the Man and the Biosphere (MAB) Programme and its World Network of Biosphere Reserves. MAB Strategy (2015-2025), Lima Action Plan (2016-2025), Lima Declaration. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2017.

UNESCO. The MAB Programme and Ecotourism. Tracking the path of Sustainable Tourism. Unesco, 2002.

UNITED NATIONS. Mission Report: Scoping Mission to Guinea-Bissau. February 2015.

WEF. The Travel & Tourism Competitiveness Report 2017. Paving the way for a more sustainable and inclusive future. Insight Report. World Economic Forum, 2018.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. Sustainable Tourism Governance and Management in Coastal Areas of Africa, UNWTO, Madrid, 2013.

WTTC. Travel & Tourism Economic Impact 2018: Sub Saharan Africa. World Travel & Tourism Council, 2018.

Anexo 1: Proposta preliminar de modelo de Governança para o Turismo Responsável na RBABB

